



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**TARIANNA LUSTOSA SANTOS**

**ANÁLISE DA PREFERÊNCIA DO ELEITOR SOB A ÓTICA DAS PERCEPÇÕES  
ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA**

**TERESINA**  
**FEVEREIRO/2016**

**TARIANNA LUSTOSA SANTOS**

**ANÁLISE DA PREFERÊNCIA DO ELEITOR SOB A ÓTICA DAS PERCEPÇÕES  
ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade  
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

**TERESINA  
FEVEREIRO/2016**

S237a Santos, Tarianna Lustosa

Análise da preferência do eleitor sob a ótica das percepções econômicas na América Latina / Tarianna Lustosa Santos. – Teresina, 2016.

146 f. : il.

Inclui Apêndices.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Piauí, Teresina, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade.

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro.

1. Voto econômico. 2. Percepção econômica. 3. Intenção de voto. 4. América Latina. I. Andrade, Jesusmar Ximenes. II. Ribeiro, Ricardo Alaggio. III. Universidade Federal do Piauí. IV. Título.

CDD 324.609 81

**TARIANNA LUSTOSA SANTOS**

**ANÁLISE DA PREFERÊNCIA DO ELEITOR SOB A ÓTICA DAS PERCEPÇÕES  
ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade  
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Aprovada em 29 de fevereiro de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade (UFPI)  
Presidente (Orientador)

---

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (UFPI)  
Examinador Interno (Coorientador)

---

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM)  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva (UFPI)  
Examinador Interno

Dedico esse trabalho aos meus pais Antonio e Ana, e aos meus irmãos, Tissiana e Terssando, cujo apoio e incentivo foram determinantes na minha formação.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, pela força e coragem para superar os obstáculos e por todas as bênçãos que me concedeu.

Aos meus pais, Ana e Antonio, pelo apoio e incentivo que sempre me deram e todo o crédito que depositam em mim.

Aos meus irmãos, Tissiana e Terssando, pelas conversas, momentos de descontração e pela certeza de estarmos sempre juntos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade pela receptividade, pelo conhecimento transmitido e pela cuidadosa orientação ao longo da construção dessa dissertação.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro, por todas as indicações que facilitaram o percurso desse trabalho.

À Banca Examinadora de qualificação e defesa, Prof. Dr. Cléber de Deus Pereira da Silva e Prof. Dr. Ednaldo Ribeiro Aparecido, por terem aceitado o convite, pelas críticas, comentários e sugestões valiosas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, pelo tempo dedicado a nós alunos e por compartilharem sua sabedoria.

À todos os meus colegas de turma, entre os quais criei valiosas amizades, por todo o convívio e troca de experiências que tivemos ao longo do curso, em especial, Kaline Ferreira, pelas conversas, viagens, artigos e eventos acadêmicos que participamos.

À equipe da Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) da Universidade Federal do Piauí, em especial, a equipe da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI): Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria do Carmo, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Teresa Christina, Tissiana Lustosa, Márcia Milane e Elson Feitosa (*in memoriam*), os quais considero minha segunda família, obrigada pelo apoio.

À ABG Consultoria, em especial, ao consultor estatístico André Costa, por seu comprometimento, análises e importantes contribuições, fundamentais para construir a qualidade deste trabalho.

Aos muitos colegas, amigos e familiares, com os quais compartilho mais uma vitória.

“O eleitor só decide em função do que lhe é apresentado, do ‘menu’  
que lhe é apresentado.”

Maria D’Alva Gil Kinzo

## RESUMO

A decisão do voto é resultante de diversos elementos condicionantes que são originados pelo comportamento eleitoral construídos no decorrer da vida do eleitor, como o grupo social a que pertencem, interesse pessoal, identificação partidária, ideologia, religião, sistema de valores, avaliação dos candidatos e dos governos, das características pessoais dos políticos, mídia e, mais recentemente, as emoções etc. A economia, também, constitui um fator influenciador nas decisões de voto dos eleitores. A influência da economia sobre o comportamento político tem se tornado ao longo das últimas décadas um dos grandes campos de estudo da Ciência Política. Desde o início dos anos 1970, pesquisadores têm desenvolvido teorias e modelos para explicar por que os cidadãos aprovam ou desaprovam os governantes e/ou os partidos no poder, considerando o estado da economia. A Teoria do Voto Econômico ou, simplesmente, a relação entre economia e voto, desenvolveu-se pioneiramente nos países de democracia avançada, sendo principalmente concentradas nos Estados Unidos e em países europeus. Nos países latino-americanos esses estudos ainda são poucos, e contemplam análises individuais de países ou anos, eleições em específico, além de análises de grupos relativamente pequeno de países e período de tempo. Além disso, não foi encontrado, durante esse trabalho, nenhum estudo comparado sobre a região que levasse em consideração as diferenças políticos-institucionais dos países, cujo desenho pode modificar a avaliação do eleitor sobre a economia. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo examinar se as percepções dos eleitores latino-americanos sobre o desempenho econômico de seus países exerceram alguma influência sobre sua preferência pelo partido que está no poder. Para alcançar esse objetivo foi realizado um estudo *cross-sectional* multinível, com dados a nível indivíduo e a nível país, de 18 países latino-americanos em um recorte temporal de 1995 a 2013. Através da análise multinível com regressões logísticas com erros padrão cluster-robusto e com efeitos aleatórios, observou-se que, entre outras coisas, as percepções econômicas dos indivíduos exerceram influência sobre suas preferências partidárias, podendo variar de país para país.

Palavras-chave: Voto Econômico; Percepção Econômica; Intenção de Voto; América Latina.

## ABSTRACT

The decision of the vote is the result of several conditions elements that arise from the voting behavior built during the life of the voter, as a social group they belong to, self-interest, party identification, ideology, religion, values system, evaluation of candidates and governments, the personal characteristics of politicians, media and, more recently, emotions etc. The economy, too, is an influential factor in the voting decisions of voters. The influence of the economy on the political behavior has become over the past decades a major political science fields of study. Since the early 1970s, researchers have developed theories and models to explain why citizens approve or disapprove of the government and / or the parties in power, considering the state of the economy. The Economic Vote theory or simply the relationship between economics and vote, innovatively developed in advanced democracies, is mainly concentrated in the United States and European countries. In Latin American countries such studies are still few, and include individual analyzes of countries or years, in specific elections, as well as analyzes of relatively small groups of countries and time. Moreover, it was not found during this work, no comparative study on the region to take into account the political and institutional differences among the countries, whose design can change the assessment of the voter on the economy. From this perspective, the present study aimed to examine whether the perceptions of Latin American voters about the economic performance of their countries exerted some influence on their preference for the party in power. To achieve this goal we conducted a cross-sectional study multilevel, with data at individual level and country level in 18 Latin American countries in a time frame from 1995 to 2013. Through the multilevel analysis with logistic regressions with standard errors cluster-robust and random effects, it was observed that, among other things, economic perceptions of individuals exerted influence on their party preferences, which may vary from country to country.

Keywords: Economic vote; Economic perception; Voting intention; Latin America.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Funil de Causalidade de Campbell et al (1960).....	29
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Taxa de variação anual do PIB em dólares, a preços constantes de 2000, América Latina, 1951-1989.....	57
GRÁFICO 2 - Taxa de variação anual do PIB <i>per capita</i> em dólares, a preços constantes de 2000, América Latina, 1951-1989.....	58
GRÁFICO 3 - Variação anual do índice de preços ao consumidor, América Latina, 1951-1989.....	59
GRÁFICO 4 - Taxa média de desemprego urbano na América Latina, 1980-1989.....	59
GRÁFICO 5 - Taxa de variação anual do PIB em dólares, a preços constantes de 2010, América Latina, 1990-2013.....	62
GRÁFICO 6 - Taxa de variação anual do PIB <i>per capita</i> em dólares, a preços constantes de 2010, América Latina, 1990-2013.....	62
GRÁFICO 7 - Taxa média de desemprego urbano na América Latina, 1990-2013.....	63
GRÁFICO 8 - Variação anual do índice de preços ao consumidor de dezembro a dezembro, América Latina, 1990-2013.....	63
GRÁFICO 9 - Diagramas de dispersão com alisamento via método LOWESS.....	85
GRÁFICO 10 - Gráfico de barras com percentual de indivíduos que preferem votar no partido do poder entre os países.....	86
GRÁFICO 11 - Mapa perceptual para a visão sociotrópica retrospectiva.....	88
GRÁFICO 12 - Mapa perceptual para a visão sociotrópica prospectiva.....	90
GRÁFICO 13 - Mapa perceptual para a visão egotrópica retrospectiva.....	91
GRÁFICO 14 - Mapa perceptual para a visão egotrópica prospectiva.....	92
GRÁFICO 15 - Representação dos efeitos aleatórios.....	102
GRÁFICO 16 - Efeito aleatório na inclinação para a variável sexo.....	103
GRÁFICO 17 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ano.....	104
GRÁFICO 18 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (melhor/pior).....	104
GRÁFICO 19 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (mesma/pior).....	105
GRÁFICO 20 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva (melhor/pior).....	106
GRÁFICO 21 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva(mesma/pior).....	107

GRÁFICO 22 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (melhor/pior).....	108
GRÁFICO 23 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (mesma/pior).....	109
GRÁFICO 24 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (melhor/pior).....	110
GRÁFICO 25 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (mesma/pior).....	111
GRÁFICO 26 - Efeito aleatório na inclinação para a variável idade.....	111
GRÁFICO 27 - Efeito aleatório na inclinação para a variável escolaridade.....	112
GRÁFICO 28 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (casado/solteiro).....	113
GRÁFICO 29 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (separado/solteiro).....	113
GRÁFICO 30 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (democracia/indiferente).....	114
GRÁFICO 31- Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (governo autoritário/indiferente).....	115
GRÁFICO 32 - Efeito aleatório na inclinação para a variável satisfação com a democracia.....	115
GRÁFICO 33 - Efeito aleatório na inclinação para a variável renda.....	116
GRÁFICO 34 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ideologia.....	117
GRÁFICO 35 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (católico/nenhuma).....	117
GRÁFICO 36 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (evangélico/nenhuma).....	118
GRÁFICO 37 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (outras/nenhuma).....	119
GRÁFICO 38 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de inflação.....	119
GRÁFICO 39 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de desemprego.....	120
GRÁFICO 40 - Efeito aleatório na inclinação para a variável PIB.....	121
GRÁFICO 41 - Efeito aleatório na inclinação para a variável longevidade democrática.....	121

GRÁFICO 42 - Efeito aleatório na inclinação para a variável poder legislativo.....	122
GRÁFICO 43 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estrutura do Estado.....	123
GRÁFICO 44 - Efeito aleatório na inclinação para a variável duração do mandato.....	123

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Características Institucionais da América Latina.....	65
QUADRO 2 - Variável Dependente: Intenção de Voto.....	73
QUADRO 3 - Variáveis Independentes: Percepção Econômica.....	75
QUADRO 4 - Variáveis Independentes: Sociodemográficas (Sexo, Escolaridade, Estado Civil, Idade, Religião) .....	76

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de Eleições Presidenciais no Período de 1995-2013, na América Latina.....	70
TABELA 2 - Número de Amostra e Países Observados Por Ano.....	71
TABELA 3 - Número de Amostra Por País.....	72
TABELA 4 - Distribuição de indivíduos por país e ano.....	79
TABELA 5 - Descrição das variáveis ao nível do indivíduo.....	80
TABELA 6 - Descrição das variáveis ao nível do país.....	82
TABELA 7 - Comparação das variáveis do estudo entre as intenções de voto.....	83
TABELA 8 - Comparação da intenção de votos entre os países.....	87
TABELA 9 - Visão sociotrópica retrospectiva entre os países.....	87
TABELA 10 - Visão sociotrópica prospectiva entre os países.....	89
TABELA 11 - Visão egotrópica retrospectiva entre os países.....	90
TABELA 12 - Visão egotrópica prospectiva entre os países.....	91
TABELA 13 - Regressão Logística para intenção de voto.....	93
TABELA 14 - Regressão Logística com efeito aleatório no intercepto.....	98
TABELA 15 - Efeito aleatório na inclinação para a variável sexo.....	132
TABELA 16 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ano.....	132
TABELA 17 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (melhor/pior).....	133
TABELA 18 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (mesma/pior).....	133
TABELA 19 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva (melhor/pior).....	134
TABELA 20 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva (mesma/pior).....	134
TABELA 21 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (melhor/pior).....	135
TABELA 22 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (mesma/pior).....	135
TABELA 23 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (melhor/pior).....	136
TABELA 24 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica	

prospectiva (mesma/pior).....	136
TABELA 25 - Efeito aleatório na inclinação para a variável idade.....	137
TABELA 26 - Efeito aleatório na inclinação para a variável escolaridade.....	137
TABELA 27 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (casado/solteiro).....	138
TABELA 28 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (separado/solteiro).....	138
TABELA 29 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (democracia/indiferente).....	139
TABELA 30 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (governo autoritário/ indiferente).....	139
TABELA 31 - Efeito aleatório na inclinação para a variável satisfação com a democracia.....	140
TABELA 32 - Efeito aleatório na inclinação para a variável renda.....	140
TABELA 33 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ideologia.....	141
TABELA 34 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (católico/nenhuma).....	141
TABELA 35 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (evangélico/nenhuma).....	142
TABELA 36 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (outras/nenhuma).....	142
TABELA 37 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de inflação.....	143
TABELA 38 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de desemprego.....	143
TABELA 39 - Efeito aleatório na inclinação para a variável PIB.....	144
TABELA 40 - Efeito aleatório na inclinação para a variável longevidade democrática...	144
TABELA 41 - Efeito aleatório na inclinação para a variável poder legislativo.....	145
TABELA 42 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estrutura do Estado.....	145
TABELA 43 - Efeito aleatório na inclinação para a variável duração do mandato.....	146

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	América Latina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CSES	Comparative Study Of Electoral Systems
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HSUS	Historical Statistics of the United States
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPP	Índice de Predisposição Política
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NEP	Número Efetivo de Partidos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLS	Ordinary Least Squares
PWT	Penn World Tables
PIB	Produto Interno Bruto
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAL	Political Database of the America, do Observatory of Latin American Political Parties
SAUS	Statistical Abstract of the United States
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
1.1 Contextualização do problema .....	19
1.2 Problema de pesquisa .....	21
1.3 Questão de pesquisa .....	21
1.4 Justificativa.....	22
1.5 Objetivos.....	22
1.5.1 Objetivo geral .....	22
1.5.2 Objetivos específicos .....	22
1.6 Hipóteses .....	23
1.7 Organização do estudo.....	23
<b>2 TEORIAS CLÁSSICAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL</b> .....	25
2.1 Teoria Sociológica ou Escola de Columbia.....	26
2.2 Teoria Psicológica ou Escola de Michigan.....	27
2.3 Teoria da Escolha Racional .....	30
<b>3 TEORIA DO VOTO ECONÔMICO</b> .....	34
3.1 Tipologias do Voto Econômico.....	35
3.2 Estudos empíricos sobre Voto Econômico no mundo e na América Latina .....	37
3.3 Estudos empíricos sobre as tipologias do Voto Econômico no mundo e na América Latina .....	46
<b>4 CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E INSTITUCIONAL DA AMÉRICA LATINA</b> .....	53
4.1 Processo de (re) democratização e crise econômica nos anos 80.....	53
4.2 Breve contexto político e econômico da América Latina pós-anos 80 .....	60
4.3 Características institucionais da América Latina.....	64
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	69
5.1 Tipo de pesquisa .....	69
5.2 Amostra .....	69
5.3 Variáveis da pesquisa .....	73
5.3.1 Variável dependente .....	73
5.3.2 Variáveis independentes .....	75
5.4 Plano de análise .....	77
<b>6 ANÁLISES E DISCUSSÕES</b> .....	79

6.1 Identificação e descrição dos potenciais fatores associados a intenção de voto no partido que está no poder (objetivo <i>a</i> do estudo).....	79
6.2 Identificação e descrição das relações entre as percepções econômicas dos eleitores e os países da AL (objetivo <i>b</i> do estudo) .....	87
6.3 Examinar se existe relação entre os tipos de percepções econômicas e a intenção de voto no partido que está no poder na AL como um todo, controlada por outros fatores (objetivo <i>c</i> do estudo) .....	93
6.4 Exame da existência de relação entre os tipos de percepções econômicas e a intenção de voto no partido que está no poder em cada país da AL, controlada por outros fatores(objetivo <i>d</i> do estudo) .....	97
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	124
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	126
<b>APÊNDICE A</b> – Apresentação da forma de tratamento das variáveis nos modelos.....	131
<b>APÊNDICE B</b> – Tabelas representativas dos gráficos 15 a 44.....	132

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização do problema

O comportamento eleitoral, em particular a decisão do voto, é resultado de diversos elementos condicionantes que são originados no decorrer da vida dos cidadãos. Esse pode ser influenciado por diversos fatores, assim como todo objeto de estudo relacionado ao comportamento humano, como por exemplo, o grupo social a que pertencem, os interesses pessoais, a identificação partidária, a ideologia, a religião, os sistemas de valores, a avaliação dos candidatos e dos governos, as políticas públicas implementadas, as características pessoais dos políticos, a mídia e, mais recentemente, as emoções etc. (BONIFÁCIO, CASALECCHI; DEUS, 2014).

A discussão acerca da influência desses fatores nas escolhas eleitorais dos indivíduos tem sido continuamente explorada por áreas como a Economia, a Ciência Política, a Sociologia e a Psicologia, cujos estudos deram origem as teorias clássicas do comportamento eleitoral – a Teoria Sociológica, a Teoria Psicológica e a Teoria da Escolha Racional. Essas teorias são reconhecidas e habitualmente utilizadas para abordar o comportamento eleitoral na literatura clássica internacional e nacional.

Dentro do rol de fatores que podem influenciar o comportamento político-eleitoral, o econômico (variáveis macroeconômicas) ou a avaliação (percepção) da situação econômica do país, tornou-se, também, ao longo das últimas décadas, objeto de estudo da Ciência Política (DOWNS, 1999; KRAMER, 1971; NORDHAUS, 1975; KINDER; KIEWIET, 1981; LEWIS-BECK, 1988; ROGOFF, 1990).

A Teoria do Voto Econômico é conceituada como a relação causal entre economia e voto, e/ou a atribuição de valores a alternativas de escolha pelos indivíduos de acordo com as mudanças em suas percepções econômicas (PEREIRA, 2014).

A Teoria do Voto Econômico desenvolveu-se, inicialmente em países considerados economicamente estáveis e com democracia avançada, nos quais se enquadram os Estados Unidos e alguns países do continente europeu. Muitos estudos empíricos concentraram-se nesses países (KRAMER, 1971; LEWIS-BECK, 1988; POWELL; WHITTEN, 1993; CHEIBUB; PRZEWORSKI, 1999).

Apenas a partir da década de 90 é que os países considerados economicamente instáveis e com democracia recente, como é o caso da região latino-americana, passaram a ser alvos de estudo dessa corrente teórica (REMMER, 1991), MENEGUELLO, 1996;

WEYLAND, 1998, 2003; CARREIRÃO, 1999; VEIGA, 2013; SINGER, 201; LEWIS-BECK; RATTO, 2013).

Os estudos sobre o Voto Econômico podem ser divididos em três fases ou ondas de pesquisa (VEIGA, 2013). Na primeira onda, estão os estudos que examinam a relação entre indicadores macroeconômicos (taxa de inflação, PIB *per capita*, taxa de desemprego *etc.*) e voto utilizando dados agregados e, cujas análises são do tipo *cross-sectional* ou de séries temporais. Na segunda onda, as medidas econômicas objetivas são substituídas por medidas subjetivas, ou seja, os indicadores macroeconômicos foram substituídos por avaliações (percepções) que os indivíduos têm sobre a economia. Os estudos concentrados nessa segunda onda visam identificar que tipo de avaliação ou percepção os eleitores têm sobre o desempenho econômico de seu país<sup>1</sup>. Assim, utilizando essa valoração econômica eles decidem apoiar ou não o candidato ou partido incumbente com seu voto. Na terceira onda, os estudos passaram a incorporar o contexto político nos modelos (VEIGA, 2013).

Apesar dessa corrente teórica ser um campo de estudo relativamente recente<sup>2</sup>, a relação entre economia e voto não é uma constante, pois são necessárias determinadas circunstâncias específicas para que essa relação ocorra em maior ou menor intensidade (CAMARGOS, 2006). Segundo Belluci (1984), uma das condições para que o ocorra o Voto Econômico é que o eleitor tenha clareza de responsabilidade para punir ou recompensar seus governantes. Em países onde há elevada descentralização de poder ou muitas coalizões governamentais, por exemplo, a clareza de responsabilidade é menor e, portanto, menor será a capacidade dos eleitores em punir ou recompensar seus governantes (POWELL; WHITTEN, 1993; SAMUELS, 2004).

As análises para a América Latina ainda são poucas se comparadas à quantidade de estudos existentes para os Estados Unidos e para países do continente europeu, por exemplo. Em levantamento realizado por Lewis-Beck e Stegmaier (2008), existem mais de 400 livros e artigos sobre Voto Econômico nos Estados Unidos e em países do ocidente europeu. Apesar

---

<sup>1</sup> Segundo Linn, Nagler e Morales (2010) o Voto Econômico pode assumir as seguintes formas: a) o eleitor avalia a própria situação econômica comparando-as com situações no passado, tendo, portanto, uma visão egotrópica retrospectiva; b) o eleitor avalia a situação econômica nacional no passado tendo, portanto, uma visão sociotrópica retrospectiva; c) o eleitor avalia sua própria situação econômica com expectativas para o futuro, tendo, portanto, uma visão egotrópica prospectiva; e, d) o eleitor avalia a situação econômica nacional com expectativas para o futuro, tendo, portanto, uma visão sociotrópica prospectiva.

<sup>2</sup> A primeira abordagem sobre a relação entre economia e comportamento eleitoral deu-se com Anthony Downs, no seu livro “Uma Teoria Econômica da Democracia”, publicado em 1957. Downs (1999) foi o primeiro autor a especular sobre as avaliações dos eleitores, no que se refere a suas expectativas futuras sobre a performance econômica e voto para o partido que lhe garantisse a maior utilidade (benefícios).

do número considerável de estudos, Camargos (2013) considera que esses têm encontrado dificuldades em demonstrar resultados consistentes.

Os estudos encontrados para a América Latina, em sua maioria, contemplam análises individuais de países ou ano/eleição em específico (MENEGUELLO, 1996; WEYLAND, 1998, 2003; CARREIRÃO, 1999; CAMARGOS, 2013) e/ou análises de grupos relativamente pequeno de países e período de tempo (REMMER, 1991; LEWIS-BECK; RATTO, 2013). Além disso, não foi encontrado, durante essa pesquisa, nenhum estudo comparado sobre a região que levasse em consideração as diferenças políticos-institucionais dos países, cujo desenho pode modificar a avaliação do eleitor sobre a economia, como enfatiza Powell e Whitten (1993), ao defenderem que as instituições e o contexto político podem alterar as condições em que o Voto Econômico ocorre.

## 1.2 Problema de pesquisa

Levando em consideração que a) os estudos em países com democracias recentes e economias instáveis, como os países da América Latina, ainda são relativamente poucos estudados quando comparados aos países de democracias avançadas e economias estáveis; b) que os estudos existentes para a região são realizados, geralmente, em um único país ou em um grupo pequeno de países em curtos períodos de tempo; c) que os estudos existentes concentram-se em sua maioria na primeira onda apontada por Veiga (2013); d) que nos estudos encontrados para a região, durante o levantamento do referencial teórico desta pesquisa, os diferentes arranjos políticos-institucionais dos países não foram levados em consideração, propomos para esta pesquisa o preenchimento dessas lacunas com uma investigação com um número maior de países da região, com uma série temporal maior e com a inclusão de variáveis político-institucionais.

## 1.3 Questão de pesquisa

Existe influência da percepção econômica dos latino-americanos sobre a intenção de voto no partido que está no poder?

## 1.4 Justificativa

A importância desse trabalho está na contribuição à agenda de pesquisa empírica sobre comportamento eleitoral, sobretudo, a agenda de pesquisa sobre o voto econômico.

Essa pesquisa, também, se justifica pela importância de aumentar a compreensão da relação entre os valores que os eleitores atribuem ao desempenho econômico e, a partir daí, suas escolhas eleitorais. O estudo desse fenômeno tem demonstrado resultados diversos quanto ao impacto da economia. Muita dessa diversidade de resultados deriva do fato de existirem duas ideias coerentes que defendem impactos diferentes sobre a participação. Uma primeira, que incorpora o princípio da responsabilização de forma indireta, considera que o desempenho econômico pode incentivar alguns eleitores a votar com o intuito de aumentarem as possibilidades de mudanças. E, uma segunda, que defende que numa recessão econômica, por exemplo, as pessoas mais afetadas concentram-se especialmente nos seus próprios problemas e menos na política, o que diminui a propensão a participar.

## 1.5 Objetivos

### 1.5.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo examinar se as percepções dos eleitores latino-americanos sobre o desempenho econômico de seus países exercem alguma influência sobre sua preferência pelo partido que está no poder.

### 1.5.2 Objetivos específicos

A pesquisa terá como objetivos específicos:

- a) Identificar e descrever os potenciais fatores associados a intenção de voto no partido que está no poder;
- b) Identificar e descrever as relações entre as percepções econômicas dos eleitores e os países da AL;
- c) Examinar se existe relação entre os tipos de percepções econômicas e a intenção de voto no partido que está no poder na AL como um todo, controlada por outros fatores;
- d) Examinar se existe relação entre os tipos de percepções econômicas e a intenção de voto no partido que está no poder em cada país da AL, controlada por outros fatores.

## 1.6 Hipóteses

As hipóteses da pesquisa do estudo são:

**H<sub>1</sub>:** A percepção econômica dos indivíduos difere entre os países da AL.

**H<sub>2</sub>:** Indivíduos que percebem a situação econômica atual do país, em comparação com a situação econômica do país no passado – *visão sociotrópica retrospectiva* – como boa, serão mais prováveis a votar no partido que está no poder que àqueles que percebem a situação econômica atual do país, em comparação com a situação no passado, como ruim.

**H<sub>3</sub>:** Indivíduos que possuem expectativas futuras de que a situação econômica do país, em comparação com a situação econômica do país atual – *visão sociotrópica prospectiva* – será melhor, serão mais prováveis a votar no partido que está no poder que àqueles que possuem expectativas futuras de que a situação econômica do país, em comparação com a situação econômica atual, será ruim.

**H<sub>4</sub>:** Indivíduos que percebem sua situação econômica pessoal atual, em comparação com sua situação econômica pessoal no passado – *visão egotrópica retrospectiva* – como boa, serão mais prováveis a votar no partido que está no poder que àqueles que percebem sua situação econômica pessoal atual, em comparação com sua situação econômica pessoal no passado, como ruim.

**H<sub>5</sub>:** Indivíduos que possuem *expectativas futuras* de que sua situação econômica pessoal, em comparação com sua situação econômica pessoal atual – *visão egotrópica prospectiva* – será melhor, serão mais prováveis a votar no partido que está no poder que àqueles que possuem expectativas futuras de que sua situação econômica pessoal, em comparação com sua situação econômica pessoal atual, será ruim.

## 1.7 Organização do estudo

A pesquisa está apresentada em sete capítulos. O Capítulo 1, Introdução, compreendeu a contextualização do problema de pesquisa e o problema de pesquisa propriamente dito, a questão de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), as hipóteses e a

justificativa do trabalho. No Capítulo 2 apresentamos a revisão da literatura, apresentando as teorias clássicas do comportamento eleitoral – Teoria Sociológica, Psicológica e a da Escolha Racional. No Capítulo 3, apresentamos uma introdução da Teoria do Voto Econômico, bem como suas tipologias e principais estudos empíricos realizados. No Capítulo 4 apresentamos o contexto político, econômico e institucional da América Latina no período de estudo, para assim, termos uma ideia do contexto político, econômico e institucional no qual estava inserida a região. No Capítulo 5 apresentamos a trajetória metodológica da pesquisa. No Capítulo 6 apresentamos os resultados e discussões resultantes das análises dos dados. No Capítulo 7 as considerações finais sobre a pesquisa, e por fim, as referências bibliográficas.

## 2 TEORIAS CLÁSSICAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

Um dos pontos mais debatidos da investigação do comportamento eleitoral é a explicação das razões ou fatores que levam os indivíduos a decidir seu voto. Votar não é um ato tão simples quanto parece, por isso a capacidade dos eleitores em tomar decisões desse tipo estão cada vez mais sendo testadas. A literatura sobre o comportamento eleitoral é extremamente ampla, abrangente no sentido de que tem sido objeto de estudo de ciências como a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Política e a Economia. E, está em rápido crescimento, tendo em vista que cada vez mais surgem novas explicações ou mesmo novos aspectos do comportamento eleitoral a serem estudados (DALTON; WATTENBERG, 1993).

Comumente pesquisadores que estudam o comportamento eleitoral atribuem as decisões dos indivíduos a fatores como a personalidade do eleitor, a identificação partidária, a mídia, as características dos candidatos, as ideologias etc. Markus (1988, p.137), por exemplo, definiu em seu trabalho que as decisões dos eleitores e o resultado dos processos eleitorais podem depender de muitos fatores:

Decisões individuais de voto e, conseqüentemente, os resultados das eleições podem ser influenciados por uma infinidade de fatores: proximidade de partidos políticos, considerações ideológicas e políticas, as características pessoais e características dos candidatos aos cargos, lealdades regionais, associações de grupo, debate dos candidatos, mídia, imagens, e muito mais. Angus Campbell e seus colegas (1960) adicionaram a esta lista mais um fator o qual eles chamaram de "a natureza dos tempos" (MARKUS, 1988, p.37, tradução nossa).<sup>3</sup>

Ao longo do século XX, correntes teóricas sobre o voto se consolidaram como referenciais fundamentais para a área de investigação do comportamento eleitoral, cada uma defendendo a atuação de um grupo distinto de fatores como fundamentais para a preferência do eleitor: a Teoria Sociológica ou Escola de Columbia, a Teoria Psicológica (Psicossociológica) ou Escola de Michigan e a Teoria da Escolha Racional.

---

<sup>3</sup> "Individual voting decisions and, consequently, election outcomes may be influenced by a myriad of factors: prevailing attachments to political parties, ideological and policy considerations, the personal characteristics and traits of the contenders for office, regional loyalties, group memberships, candidate debates, media imagery, and more. Angus Campbell and his colleagues (1960) added to this list a factor they labeled 'the nature of the times'" (MARKUS, 1988, p.137).<sup>3</sup>

## 2.1 Teoria Sociológica ou Escola de Columbia

As bases da Teoria Sociológica do voto tiveram suas origens nos anos 1940 com os pesquisadores do *Bureau of Applied Social Research* da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Os pressupostos básicos dessa teoria estão impressos nos trabalhos “*The People’s Choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*” de Lazarsfeld de Berelson e Gaudet (1948), “*Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*” de Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954) e “*Personal Influence: The part played by people in the flow of mass communications*” de Katz e Lazarsfeld (1955), cujos estudos combinavam análise sociológica com dados de pesquisa *survey* para tentar compreender o comportamento político dos indivíduos.

Para os teóricos da Escola de Columbia, os fatores mais importantes para compreender o comportamento político são o contexto social (família, amigos, religião *etc.*) em que o indivíduo vive e as interações interpessoais as quais está exposto. Assim, para essa corrente teórica, “o voto individual é produto de várias condições sociais ou influências: suas afiliações socioeconômicas ou étnicas, sua família, suas associações pessoais, suas atitudes em assuntos do dia-a-dia, sua participação em organizações formais” (BERELSON, LAZARSELD; MCPHEE, 1954, p. 37, tradução nossa)<sup>4</sup>. Em outras palavras, “[...]variáveis sociológicas criam grupos de interesses comuns que moldam as coligações partidárias e define imagens a respeito de qual partido está mais em sintonia com as necessidades dos vários tipos de pessoas” (DALTON; WATTENBERG, 1993, p.196, tradução nossa)<sup>5</sup>.

O voto seria então compreendido com uma experiência em grupo, uma vez que os indivíduos ao conviverem e compartilharem os mesmos interesses, necessidades, experiências e visões do mundo votariam pela ideologia predominante no seu grupo (LAZARSELD; BERELSON; GAUDET, 1948).

Para verificar a associação entre o comportamento eleitoral e os grupos sociais aos quais pertenciam os indivíduos, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948), desenvolveram o Índice de Predisposição Política (IPP). O IPP consistia em um conjunto de características socioeconômicas e experiências compartilhadas dos indivíduos. A relação entre o

---

<sup>4</sup>“The individual’s vote is the product of a number of social conditions or influences: his socioeconomic and ethnic affiliations, his family tradition, his personal associations, his attitudes on issues of the day, his membership in formal organizations” (BERELSON; LAZARSELD; MCPHEE, 1954, p. 37).

<sup>5</sup> “[...] sociological variables create common group interests that shapes the party coalitions and define images concerning which party is most attuned to the needs of various types of people” (DALTON; WATTENBERG, 1993, p. 196).

comportamento eleitoral e os grupos se mostrou tão forte que as variáveis *status* socioeconômico, religião e área de residência foram suficientes para explicar a relação (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1948).

Os teóricos da Escola de Columbia consideram organizações como o sindicato, os partidos políticos e a mídia como fatores que tem influência mínima no comportamento político dos indivíduos (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1948; BERELSON; LAZARFELD; MCPHEE, 1954). Isto é, para os teóricos dessa corrente, não é o posicionamento das organizações que influenciam o voto, e sim, a interação dos indivíduos dentro dessas organizações, que possibilita a formação do comportamento dos indivíduos.

Por ter sido uma das primeiras teorias que surgiu para explicar o comportamento do eleitor, a Teoria Sociológica apresentou uma série de limitações e críticas, as quais permitiram o aparecimento de outras correntes teóricas para explicar o voto:

Embora o modelo sociológico de votação proveu um quadro útil para a identificação de um conjunto de pistas sociais que estruturaram as decisões eleitorais, o modelo teve várias limitações. Ele foi capaz de explicar apenas uma pequena proporção dos votos entre os eleitorados europeus, e uma proporção ainda menor entre o eleitorado americano menos polarizada. Além disso, uma abordagem sociológica enfatizou a continuidade e estabilidade, e, portanto, tinha um valor limitado para explicar a mudança eleitoral. A fraqueza na abordagem sociológica levou os investigadores da Universidade de Michigan para se concentrar mais diretamente no processo psicológico por trás do cálculo do comportamento individual (DALTON; WATTENBERG, 1993, p. 197, tradução nossa).<sup>6</sup>

Assim, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a Teoria Sociológica começou a perder força e uma nova corrente teórica preocupada com os aspectos psicológicos e cognitivos, sobretudo a identificação partidária, ganhou espaço e força na literatura do comportamento eleitoral.

## 2.2 Teoria Psicológica ou Escola de Michigan

Segundo Dalton (2008, p. 170, tradução nossa), a literatura do comportamento eleitoral “confrontada com as limitações de uma abordagem puramente sociológica do voto,

---

<sup>6</sup> “Although the sociological model of voting provided a useful framework for identifying a set of social cues that structured electoral decisions, the model had several limitations. It was able to explain only a modest proportion of the vote among European electorates, and an even smaller proportion among the less polarized American electorate. In addition, a sociological approach emphasized continuity and stability, and thus had limited value in explaining electoral change. The weakness in the sociological approach led investigators at the University of Michigan to focus more directly on the psychological process behind the calculus of individual behavior” (DALTON; WATTENBERG, 1993, p. 197).

[fizeram com que] pesquisadores eleitorais começassem a desenvolver modelos de voto para incluir fatores psicológicos, tais como temas e atitudes influentes nas decisões de voto e outros comportamentos políticos”.<sup>7</sup> Assim, surgiu ao final dos anos 50, a Teoria Psicológica ou Psicossociológica do voto.

As bases dessa teoria foram elaboradas por um grupo de pesquisadores do *Survey Research Center* da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Tem como figura principal Angus Campbell, psicólogo-social americano, cujo livro “*American Voter*”, escrito conjuntamente com os cientistas políticos Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes, e publicado em 1960, é considerado o marco introdutório dessa teoria na literatura do comportamento eleitoral.

A obra “*American Voter*” foi resultado da compilação de análises das eleições presidenciais norte-americanas de 1948 e 1952, conduzidas pelo *Survey Center Research*, e cujos resultados haviam sido publicados anteriormente através dos relatórios “*The People Elect a President*”, em 1952, de autoria de Campbell & Kahn e “*The Voter Decides*”, em 1954, de autoria de Campbell, Gurin & Miller, e, também, pela análise da eleição presidencial de 1956.

Para os teóricos da Escola de Michigan, o voto é compreendido como uma ação individual e não como um meio de alcançar decisões coletivas de escolhas individuais: “voto é um ato individual de cada ser humano e as decisões coletivas de um estado ou eleitorado nacional são formados de escolhas individuais de muitas pessoas (CAMPBELL et al, 1960, p. 13, tradução nossa)<sup>8</sup>, e deve ser analisado a partir de fatores psicológicos: “[...] voto é no fim um ato individual, e os motivos para esse ato deve ser procurado nas forças psicológicas em cada um dos seres humanos” (CAMPBELL et al, 1960, tradução nossa).<sup>9</sup>

Para explicar as relações entre as variáveis envolvidas no processo de escolha política dos eleitores Campbell et al (1960), criaram a metáfora do “funil de causalidade” (Ver Figura 1). A ideia do funil é de que as preferências de cada indivíduo em um determinado ponto no tempo são resultado das interações de todos os estímulos experimentados no decorrer de sua vida. O funil representaria, assim, um conjunto de acontecimentos que se

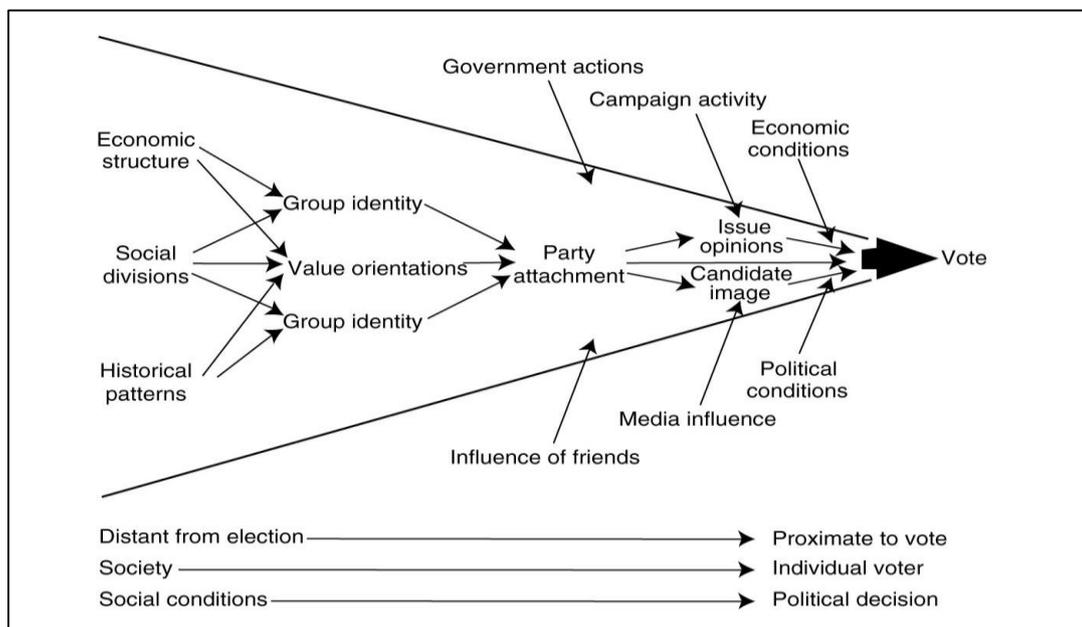
---

<sup>7</sup> “Faced with the limitations of a purely sociological approach to voting, early electoral researches developed voting models to include psychological factors such as issues and attitudes as influences on voting decisions and other political behavior” (DALTON, 2008, p. 170).

<sup>8</sup> “Voting choice is an act of individual human beings and the collective decisions of a state or national electorate are formed from the choices of a great many individual people” (CAMPBELL et al, 1960, p. 13).

<sup>9</sup> “[...] voting is in the end act of individuals, and the motives for this act must be sought in psychological forces on individual human beings” (CAMPBELL et al, 1960, p.64).

interligam e que contribuem para a decisão de voto dos indivíduos. Na Figura 1, abaixo, pode-se visualizar a metáfora do funil de causalidade.



Fonte: Dalton (2008, p 171).

FIGURA 1- Funil de Causalidade de Campbell et al (1960)

Os fatores históricos/socioeconômicos, valores/attitudes, grupos de pertencimento são considerados fatores distantes e, os temas, candidatos, campanha eleitoral, influência de amigos, situação política e econômica são considerados como fatores próximos a decisão do voto. Dessa forma, na entrada do funil estariam os fatores sociológicos, sociais e familiares que influenciariam os demais, inclusive a estruturação da identificação partidária que, por sua vez, influenciaria na avaliação dos candidatos, nas conversas sobre política etc. e, por fim, o voto que se encontra ao final do funil. Assim, para os teóricos dessa escola, a identificação partidária constitui o principal elemento explicativo do comportamento eleitoral:

Alguns dos fatores de maior importância para as nossas eleições nacionais é a fixação duradoura de dezenas de milhões de norte-americanos a um dos partidos políticos. Essas lealdades estabelecem uma divisão de base da força eleitoral onde a competição de campanhas específicas ocorre. E eles são um fator importante no sentido de garantir a estabilidade do próprio...a força e a direção da identificação partidária são de importância central sendo responsável pela atitude e comportamento (CAMPBELL et al., 1960, 121, tradução nossa).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> “Few factors of greater importance for our national elections than the lasting attachment of tens millions of Americans to one of the parties. These loyalties establish a basic division of electoral strength within the competition of particular campaigns takes place. And they are an important factor in ensuring the stability of the party system itself...the strength and direction of party identification are of central importance is accounting for attitude and behavior” (CAMPBELL et al, 1960, 121).

É possível perceber pela metáfora do funil de causalidade, a existência de um mecanismo causal ao longo do percurso, em que vários efeitos de fatores diversos influenciam outros fatores subsequentes até que se chegue ao resultado final. O modelo desenvolvido por Campbell et al (1960), mostra que

Características sociais são um aspecto importante do processo de votação, mas a sua principal influência é na formação de orientações políticas gerais e identidades de grupo. O impacto das características sociais do voto é principalmente mediado por atitudes mais perto da decisão de voto real. Atitudes, por sua vez, dependem das identidades de grupo e valores do indivíduo, bem como estímulos externos, tais como amigos, mídia, as ações do governo, e as atividades da campanha. Cada elemento do processo de votação tem um lugar no funil de causalidade, e podemos entender cada elemento em relação aos outros (DALTON, 2008, p. 172, tradução nossa).<sup>11</sup>

O modelo psicossocial do voto, assim como o modelo sociológico, também, sofreu críticas. Muitas dessas críticas contestavam o papel da identificação partidária na decisão do voto e a dificuldade da sua adequação a sistemas eleitorais que não fossem essencialmente bipartidários. Para os críticos a explicação das alterações nas opções de voto dos eleitores está ligada a fatores como o processamento de informação e a racionalidade dos eleitores (DALTON; WATTENBERG, 1993).

### 2.3 Teoria da Escolha Racional

A Teoria da Escolha Racional ou *Rational Choice Theory* surgiu, também, por volta dos anos 1950 e é, dentre as teorias que tentam explicar o comportamento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, uma das mais importantes no campo da Ciência Política e da Economia. Dentre os pressupostos para a explicação do comportamento eleitoral, essa corrente teórica coloca a racionalidade, a escolha, a incerteza e a informação.

Para a Teoria da Escolha Racional, os fatores de curto prazo, tais como temas, candidatos, campanha, situação política e econômica são muito importantes para compreender o voto, pois são informações abordadas nos cálculos de utilidade feitos pelos eleitores no momento de realizar sua decisão. Assim, não existiriam predisposições sociais ou

---

<sup>11</sup>“Social characteristics are an important aspect of the voting process, but their primary influence is in forming broad political orientations and group identities. The impact of social characteristics on voting is mostly mediated by attitudes closer to the actual voting decision. Attitudes, in turn, depend on the group identities and values of the individual, as well as external stimuli such as friends, media, government actions, and the activities of the campaign. Each element of the voting process has a place in the funnel of causality, and we can understand each element in relation to the others” (DALTON, 2008, p. 172).

psicológicas que atuam na racionalidade do voto. Por isso, elementos como a percepção que o votante possui sobre os candidatos, o desempenho do governo, as realizações passadas dos pleiteantes e suas promessas futuras pesam mais na escolha eleitoral do que as afiliações partidárias e sociológicas (MAYER, 2007).

Para os teóricos da escolha racional os indivíduos são seres racionais que tendem primordialmente a maximizar o bem-estar, através da avaliação racional das possibilidades de conexão entre meios e fins. Assim, segundo os teóricos dessa corrente teórica, os indivíduos decidem votar ou não votar através de um simples cálculo.

Dentre os teóricos da Teoria da Escolha Racional, destacamos o trabalho de Anthony Downs (1999). Um dos primeiros livros de Teoria da Escolha Racional a explorar aplicações na Ciência Política foi a obra intitulada “*Uma Teoria Econômica da Democracia*”, de Downs (1999), publicada originalmente em 1957. Nessa obra Downs (1999) pressupõe que os agentes políticos se comportam da mesma forma que os agentes econômicos, buscando sempre maximizar seus interesses pessoais.

Downs (1999), estabelece um tipo de analogia entre o mercado (perspectivas econômicas e sociológicas) e a política (democracia e seus processos políticos específicos). Para Reis (1999, p. 16), Downs trata o “processo político-eleitoral em termos análogos aos que são utilizados para dar conta do jogo de mercado na ciência econômica, salientando o cálculo realizado por partidos e eleitores em variadas circunstâncias que encontram regularmente ao tomar suas decisões”.

Downs (1999), parte do pressuposto de que os eleitores, bem como os políticos, agem racionalmente na busca de certas metas claramente especificadas. As motivações dos políticos e dos eleitores são bem semelhantes. As motivações dos políticos, segundo Downs (1999), são os desejos pessoais, tais como renda, prestígio e poder derivados dos cargos que ocupam. Como esses atributos não podem ser obtidos sem que eles sejam eleitos, suas ações visam maximizar o apoio político. Portanto, suas políticas são orientadas para ganhar voto. Assim, para Downs (1999), o governo deve descobrir alguma relação entre o que faz e como os cidadãos votam.

Buscando demonstrar como os cidadãos racionais votam, Downs (1999) desenvolveu uma “lógica básica do voto”. Partindo da ideia de que o cidadão age e vota racionalmente no partido que ele acredita que lhe proporcionará maiores benefícios (utilidades) do que qualquer outro, Downs (1999), afirmou que os eleitores estabelecem preferências entre os partidos concorrentes baseados na comparação entre rendas de utilidade.

Essa renda de utilidade, segundo Downs (1999) seriam os benefícios advindos das ações do governo que os eleitores recebem ou receberiam e incluiria, também, os benefícios que os indivíduos não percebem que estão recebendo e aqueles que ele sabe que está recebendo, mas que não conhece a fonte exata. Através desses fluxos de utilidade é que os cidadãos fariam suas escolhas, agindo para seu próprio e maior benefício. Downs (1999, p. 57) define o conceito de utilidade “[...] como medida de benefícios, na mente de um cidadão, que ele usa para decidir entre caminhos alternativos de ação”.

Apesar dessa renda utilidade incluir todos os benefícios que os indivíduos recebem, apenas aqueles os quais os indivíduos percebem que estão recebendo é que podem influenciar suas decisões de voto, de outro modo seu comportamento seria considerado irracional (DOWNS, 1999). Para exemplificar essa estrutura lógica do voto, Downs (1999, p. 60) estabeleceu uma equação que representa a decisão do voto dos eleitores:

$$E(U_{t+l}^A) - E(U_{t+l}^B) = \text{Diferencial partidário esperado}$$

Ondem,  $E(U_{t+l}^A)$  representa a renda de utilidade que o eleitor acredita que receberá, proporcionada pelo partido no poder no próximo período eleitoral e, a  $E(U_{t+l}^B)$  a renda de utilidade que o eleitor crê que o partido da oposição lhe proporcionará se estivesse no poder. A diferença entre essas duas rendas de utilidade esperada seria igual ao diferencial partidário esperado pelo eleitor. Sendo o diferencial partidário esperado positivo, o cidadão votaria no partido no poder, se negativo votaria no partido da oposição e se igual a zero se absteria. Essa seria a lógica do voto de Downs (1999) para um sistema bipartidário. Para um sistema multipartidário o eleitor seguiria as mesmas regras, comparando o partido no poder com qualquer partido de oposição que considere ter a mais alta avaliação de desempenho.

Visto dessa forma, a decisão de voto parece ser um problema bem simples. Mas essa facilidade é falsa, uma vez que não é fácil calcular essas rendas de utilidade. Para Downs (1999), o eleitor não pode simplesmente comparar desempenhos futuros, ele deve estimar o que os partidos realmente fariam se estivessem no poder. Tendo em vista que ele já tem uma ideia de como o partido que está no poder se comporta, supondo que ele dê continuidade às suas políticas, Downs (1999) considera ilógico comparar o atual desempenho deste com o desempenho futuro que se espera do outro.

Assim, a comparação deve ocorrer nas mesmas condições, ou seja, no mesmo período de tempo. O eleitor, portanto, deve levar em consideração o desempenho que o partido de oposição teria tido se estivesse naquele mesmo período de tempo. A decisão, dessa

forma, segundo Downs (1999, p. 61) se basearia em eventos atuais, isto é, em um diferencial partidário atual:

$$E(U_t^A) - E(U_t^B) = \textit{Diferencial partidário atual}$$

Apesar dessa decisão se basear em eventos atuais, Downs (1999) alerta que isso não significa que o eleitor ignora o futuro quando está decidindo em quem votar. Tanto que no modelo proposto pelo autor, o indivíduo aplica dois modificadores de orientação futura ao diferencial partidário atual afim de calcular seu diferencial partidário esperado: os fatores tendenciais e as avaliações de desempenho. Os fatores tendenciais são fatores que o eleitor acredita que se perpetuam nos próximos governos do partido no poder caso fossem reeleitos, e as avaliações de desempenho, as quais o eleitor utiliza quando não consegue identificar diferenças entre os partidos concorrentes, achando assim, que esses têm plataformas e políticas idênticas. Essas avaliações ocorrem comparando-se os desempenhos dos governos passados, uma vez que estão interessados em suas próprias rendas de utilidade (DOWNS, 1999).

### 3 TEORIA DO VOTO ECONÔMICO

Exposta as teorias clássicas do comportamento político, trataremos de uma abordagem mais recente para a explicação do comportamento do eleitor. Dentro do rol de fatores que podem influenciar o comportamento político, o econômico (variáveis macroeconômicas) ou a avaliação (percepção) da situação econômica do país, tornou-se, também, ao longo das últimas décadas, objeto de estudo da Ciência Política (DOWNS, 1999; KRAMER, 1971; NORDHAUS 1975; KINDER; KIEWIET, 1981; LEWIS-BECK, 1988; ROGOFF, 1990).

A Teoria do Voto Econômico ou, simplesmente, a relação causal entre economia e voto, e/ou a atribuição de valores a alternativas de escolha pelos indivíduos de acordo com as mudanças em suas percepções econômicas (PEREIRA, 2014), desenvolveu-se pioneiramente nos países de democracia avançada e economia estável, sendo principalmente concentradas nos Estados Unidos e em alguns países europeus.

Os estudos em democracias recentes e economia instáveis, como os países da América Latina, ainda são pouco estudados se comparados a variedade de pesquisas que o primeiro detém, e “entre os poucos que existem, a maioria deles se concentram em momentos de crise econômica”, demonstrando “[...] a centralidade da economia ou alguns dos seus aspectos em uma situação de crise” (VEIGA, 2013, p. 02).

Na literatura sobre o voto econômico prevalece a ideia de que os eleitores tendem a punir ou recompensar, por meio do voto, seus governantes ou partido de acordo com o estado da economia de seu país (KRAMER, 1971; NORDHAUS, 1975; LEWIS-BECK, 1988; ROGOFF, 1990; REMMER, 1991; ECHEGARY, 2005; VEIGA, 2013; SINGER, 2013; CARREIRÃO, 1999; MENEGUELLO, 1996).

Usualmente, os estudos sobre voto econômico são baseados em análises de dados individuais que mensuram percepções e/ou avaliações que os indivíduos fazem sobre o estado da economia ou na análise com dados agregados que levam em consideração indicadores macroeconômicos (taxa de inflação, taxa de desemprego, taxa de juros, crescimento econômico, PIB per capita etc.) oficiais das unidades de análise de estudo que podem ser estados, países, regiões etc.

Um ponto bastante interessante apontando por Bellucci (1984), é que existem três condições essenciais para que o voto econômico ocorra:

- 1) o eleitorado deverá ser capaz de identificar os governantes e de os responsabilizar pela *performance* da economia [clareza de responsabilidade];
- 2) o eleitorado deverá ter a possibilidade de votar pela oposição com hipóteses reais de alcançar o poder;
- 3) a distância ideológica entre os partidos deverá ser suficientemente pequena para permitir que cada um deles constitua uma alternativa de voto credível (BELLUCCI, 1984, p. 390, grifo do autor, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Segundo Veiga (2013), os estudos sobre voto econômico podem ser divididos em três fases ou ondas de pesquisa. Na primeira onda, estão os estudos que examinam a relação entre indicadores macroeconômicos (taxa de inflação, renda, taxa de desemprego etc.) e voto utilizando dados agregados, e suas análises usualmente são do tipo *cross-sectional* ou de séries temporais. Na segunda onda, as medidas econômicas objetivas são substituídas por medidas subjetivas, ou seja, os indicadores macroeconômicos clássicos (taxa de desemprego, taxa de inflação, PIB *per capita* e crescimento econômico) foram substituídos por avaliações (percepções) que os indivíduos têm sobre a economia.

A inclusão das percepções econômicas no estudo do voto econômico, segundo Veiga (2013), foi considerada por muitos autores como algo problemático e por outros como uma “medida confiável do sentimento econômico da massa”. Seria problemático, no sentido de que os indivíduos possam estar mal informados sobre a real situação da economia ou suas avaliações possam estar relacionadas com outros fatores não relacionados a economia, como, por exemplo, a mídia, as experiências pessoais, as atitudes políticas etc.

Na terceira onda apontada por Veiga (2013), os estudos passaram a incorporar o contexto político, cujos efeitos são fortemente significativos quando há clareza de responsabilidade, ou seja, quando os indivíduos são capazes de perceber e responsabilizar os governantes por suas ações e omissões.

### 3.1 Tipologias do Voto Econômico

Segundo Linn, Nagler e Morales (2010) o voto econômico pode assumir as seguintes formas:

- a) O eleitor avalia a própria situação econômica comparando-as com situações no passado, tendo, portanto, uma visão egotrópica retrospectiva;

---

<sup>12</sup> “1) the electorate must be able to identify and hold the incumbent responsibility for the performance of the economy;

2) the electorate must to be able to x a vote for the opposition which had a small chance to archive power;

3) the ideological distance among the parties small enough to allow each of them constitutes an alternative to vote credible” (BELLUCCI, 1984, p. 390).

b) O eleitor avalia a situação econômica nacional comparando-as com situações no passado tendo, portanto, uma visão sociotrópica retrospectiva;

c) O eleitor avalia sua própria situação econômica com expectativas para o futuro, tendo, portanto, uma visão egotrópica prospectiva; e,

d) O eleitor avalia a situação econômica nacional com expectativas para o futuro, tendo, portanto, uma visão sociotrópica prospectiva.

Essa discussão sobre as tipologias do voto econômico, segundo Linn, Nagler e Morales (2010), foram refinamentos da Teoria do Voto Econômico tendo como base os resultados apontados por Kramer (1971). Dessa forma, o primeiro desdobramento foi a discussão acerca da visão sociotrópica e egotrópica:

O primeiro refinamento do trabalho base de Kramer a ser desenvolvido foi a pesquisa analisando se os eleitores estavam realmente olhando para o estado da economia global na votação, ou se eles estavam examinando sua própria situação econômica pessoal (LINN; NAGLER; MORALES, 2010, p. 401, tradução nossa).<sup>13</sup>

No entanto, ao considerar as condições econômicas como fatores decisivos para os eleitores, não se pode deixar de atentar para a questão temporal das mudanças econômicas, visto que “o horizonte de tempo relevante para os eleitores tem importantes implicações tanto para a sofisticação dos eleitores quanto para a interpretação dos resultados eleitorais (LINN; NAGLER; MORALES, 2010, p. 404, tradução nossa)<sup>14</sup>. Dessa forma, os estudiosos do Voto Econômico voltaram-se não só a discussão do voto sociotrópico (*sociotropic*) versus voto egotrópico (*pocketbook*), mas também, para a discussão do voto retrospectivo (*retrospective*) versus voto prospectivo (*prospective*).

Nessa discussão sobre voto retrospectivo (*retrospective*) versus voto prospectivo (*prospective*), Downs (1999) foi o primeiro a especular sobre as avaliações dos eleitores, no que se refere a suas expectativas futuras sobre a performance econômica e voto para o partido que lhe garantisse a maior utilidade (benefícios).

Nas próximas seções desse trabalho serão expostos alguns estudos empíricos de importantes pesquisadores que se dedicaram a análise da Teoria do Voto Econômico tanto em países de democracia avançada quanto em países de democracia recente, alguns deles

---

<sup>13</sup> “The first refinement of the basic Kramer work to be developed was research analyzing whether voters were actually looking at the state of the *aggregate* economy in voting, or whether they were examining their own *personal* economic situation” (LINN, NAGLER; MORALES, 2010, p. 401, grifo do autor).

<sup>14</sup> “The time horizon relevant to voters has important implications both for the sophistication of voters and the interpretation of election outcomes” (LINN, NAGLER; MORALES, 2010, p. 404).

realizaram análises *single-country* e outros *cross-sectional* utilizando dados individuais e/ou dados agregados.

### 3.2 Estudos empíricos sobre Voto Econômico no mundo e na América Latina

A Teoria do Voto Econômico se expandiu e se concentrou com mais força na agenda de pesquisa dos países da América do Norte, sobretudo nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, democraticamente avançados e relativamente estáveis economicamente. Essa expansão pioneira, ocorreu devido ao fato dos pesquisadores acreditarem que o Voto Econômico somente ocorreria em países com democracias fortes e avançadas e, com economia relativamente estáveis. No que se refere aos estudos nesses países podemos destacar os trabalhos de autores como Kramer (1971), Powell e Whitten (1993), e Cheibub e Przeworski (1999).

Kramer (1971) foi o primeiro a utilizar análises empíricas no estudo da relação entre o comportamento do eleitor ao votar e a economia (LINN, NAGLER & MORALES, 2010). Seu estudo examinou, através de modelo estatístico multivariado com dados retirados do *Historical Statistics of the United States (HSUS)* e do *Statistical Abstract of the United States (SAUS)*, o impacto das condições econômicas nas eleições para a presidência e Congresso nos Estados Unidos, no período de 1896 a 1964, onde ocorreram um total de 34 eleições. Assim, o modelo proposto por Kramer (1971) foi:

$$\text{Índice de incumbência} = \beta_0 + \beta_1.\text{produto interno bruto per capita} + \beta_2.\text{índice de custo de vida do consumidor} + \beta_3.\text{renda real} + \beta_4.\text{desemprego} + \varepsilon \quad (1)$$

No modelo, a variável dependente é representada pelo índice de incumbência, mensurado como condição se o presidente incumbente é republicano ou não e, as variáveis independentes são representadas por indicadores macroeconômicos. No modelo de Kramer (1971), as variáveis econômicas PIB *per capita*, renda real e índice de custo de vida do consumidor demonstraram-se significativas, ao contrário das flutuações no desemprego. Das variáveis econômicas a renda real mostrou-se a mais importante (significativa), já as flutuações no desemprego ou na taxa de inflação, mantida a renda real constante, não têm efeitos independentes significativos.

Kramer (1971), concluiu então que as flutuações econômicas, em particular, são influências importantes nas eleições do Congresso. Assim, melhorias na economia ajudam os

candidatos do partido no poder a conseguir cadeiras no Congresso e, por sua vez, o declínio na economia beneficia os candidatos da oposição.

Ao contrário das conclusões de Kramer (1971), autores como Powell e Whitten (1993), e Cheibub e Przeworski (1999), em suas análises, discordaram e afirmaram que as condições da economia podem não ser fator decisivo e/ou explicativo do voto.

Powell e Whitten (1993, p. 391), com o argumento de que as análises *cross-sectional* demonstram “apenas fracos e inconsistentes efeitos econômicos” - apesar da vasta literatura acerca do impacto das condições econômicas sobre a popularidade do incumbente -, fazem uma análise multivariada de 102 eleições para as casas legislativas, em 19 “democracias industrializadas”<sup>15</sup>, no período de 1967 a 1988, incluindo não apenas fatores econômicos (desemprego, inflação, crescimento econômico *etc.*), mas também, fatores políticos nas suas análises.

Em seu estudo, Powell e Whitten (1993), incluem quatro importantes considerações sobre o contexto político nos quais os países analisados encontram-se inseridos: a) a performance econômica de outras democracias industrializadas no mesmo período (comparação das performances econômicas e não apenas simples variáveis econômicas); b) balanço sobre os votos que o governo recebeu em eleições anteriores; c) o contexto político no qual o governo opera (regras legislativas, controle político sobre as diferentes instituições, clareza de responsabilidade *etc.*), e d) a imagem ideológica do governo e a associação comum entre essa imagem e problemas econômicos (desemprego, inflação *etc.*)

Para a construção de seu modelo, Powell e Whitten (1993), tiveram como variável dependente o ganho ou perda em porcentagem de votos recebidos pelo partido do governo ou coligação de partidos. Para a escolha dessa variável os autores argumentam que na literatura comumente usa-se: a) a porcentagem da votação absoluta recebida pelo governo nas eleições correntes ou b) ganhos ou perdas, calculados (as) pela diferença entre o total de votos válidos ganhos pelo partido (s) do governo na última eleição. Assim, Powell e Whitten (1993) optaram por utilizar a porcentagem da votação absoluta recebida pelo governo nas eleições correntes, a mais comum na literatura.

Como variáveis independentes, os autores utilizaram a porcentagem de votos que o (s) partido (s) incumbente (s) receberam em eleições anteriores e variáveis de mensuração da

---

<sup>15</sup> Os países analisados por Powell e Whitten (1993) foram: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha Ocidental, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e EUA. A maioria dos países analisados por Powell e Whitten (1993) são democracias que adotam o sistema parlamentar de governo e o executivo depende do suporte da casa legislativa.

performance econômica, as quais foram colhidas no Fundo Monetário Internacional (FMI), na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, o modelo construído por Powell e Whitten (1993), foi:

$$\text{Mudança na porcentagem de votos do partido no governo} = \beta_0 + \beta_1.\text{inflação} + \beta_2.\text{desemprego} + \beta_3.\text{crescimento econômico} + \beta_4.\text{votos que o (s) partido (s) incumbente (s) receberam em eleições anteriores} + \varepsilon \quad (2)$$

Esse modelo, segundo Powell e Whitten (1993), não levou em consideração algumas variáveis de contexto político. Assim, para comprovar suas ideias sobre a importância do contexto político sobre o ganho ou perda de votos do incumbente, Powell e Whitten (1993) propuseram o seguinte modelo:

$$\text{Mudança na porcentagem de votos do partido} = \beta_0 + \beta_1.\text{cadeiras do comitê de oposição} + \beta_2.\text{coesão partidária fraca} + \beta_3.\text{oposição bicameral politicamente significativa} + \beta_4.\text{governo minoritário} + \beta_5.\text{números de partidos do governo} + \beta_6.\text{porcentagem de votos que o governo recebeu em eleições anteriores} + \beta_7.\text{balanços dos votos do governo em eleições anteriores} + \varepsilon \quad (3)$$

Esse modelo alcançou as expectativas dos autores, mostrando que os coeficientes de clareza de responsabilidade afetam o ganho ou a perda de votos dos partidos do governo. No entanto, no modelo acima não foram incluídas variáveis econômicas ou variáveis de ideologia. Assim, os autores chegaram a um novo modelo:

$$\text{Mudança na porcentagem de votos do partido no governo} = \beta_0 + \beta_1.\text{comparação do crescimento econômico dos países estudados e outros países no mesmo período} + \beta_2.\text{comparação da taxa de inflação dos países estudados e outros países no mesmo período} + \beta_3.\text{comparação da taxa de desemprego dos países estudados e outros países no mesmo período} + \beta_4.\text{comparação da taxa de inflação nos governos de direita} + \beta_5.\text{comparação da taxa de desemprego dos governos de direita} + \beta_6.\text{governo minoritário} + \beta_7.\text{porcentagem de votos que o governo recebeu em eleições anteriores} + \beta_8.\text{balanço dos votos do governo em eleições anteriores} + \varepsilon \quad (4)$$

Após todos esses “refinamentos”, como os próprios autores, assim, classificaram, Powell e Whitten (1993) chegaram à conclusão que o voto econômico é importante, mas só ocorre quando há clareza de responsabilidade, visto que, o eleitor deve conseguir identificar os responsáveis pela situação da economia, para assim, punir ou recompensar o governo através do voto. Assim, em países onde a clareza de responsabilidade é mais nítida os impactos das condições econômicas são mais fortes. Portanto, para Powell e Whitten (1993), há a necessidade de incluir variáveis políticas ao modelo, visto que as instituições e os contextos políticos podem alterar as condições em que o voto econômico ocorre.

Outros autores que se dedicaram a análise da relação voto e economia foram Cheibub e Przeworski (1999). Esses autores analisaram eleições em 135 países, no período de 1950 e 1990. O objetivo era descobrir se de fato a democracia é o regime político que se distingue pela *accountability* dos governantes, tendo as eleições e suas regras como mecanismos através dos quais essa *accountability* é aplicada. Para testar essa hipótese os autores analisaram o impacto das condições econômicas sobre a sobrevivência de um determinado governante no poder dada a duração de seu governo. Assim, o modelo estimado por eles foram:

$$\begin{aligned} &\text{Duração média do governo democrático (presidencialismo ou parlamentarismo)} \\ &= \beta_0 + \beta_1.\text{taxa de crescimento da renda per capita} + \beta_2.\text{taxa de crescimento da} \\ &\text{força de trabalho} + \beta_3.\text{taxa de crescimento do consumo per capita} + \beta_4.\text{proporção} \quad (5) \\ &\text{do gasto do governo no produto nacional bruto} + \beta_5.\text{taxa de alteração do índice} \\ &\text{de preços ao consumidor} + \varepsilon \end{aligned}$$

No modelo acima, a “duração média do governo democrático” é a variável dependente e os indicadores macroeconômicos são as variáveis independentes. Os dados foram coletados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do banco de dados *Penn World Tables* (PWT) da Universidade da Pensilvânia.

Com os resultados obtidos, Cheibub e Przeworski (1999) afirmaram que as condições econômicas não são decisivas para a sobrevivência dos governantes em regimes democráticos, sobretudo o presidencialismo, mesmo controlando por períodos ou testando a hipótese para a América Latina. Para os regimes parlamentaristas, a sobrevivência dos governantes demonstrou ser ligeiramente sensível a variável econômica “taxa de crescimento da força de trabalho”.

A partir da década de 90, a agenda de pesquisa do voto econômico voltou-se a análises de países considerados democraticamente recentes e economicamente instáveis,

como é o caso dos países da América Latina. No entanto, ainda é pouco, como destaca Lewis-Beck e Stegmaier (2008, p. 307, tradução nossa),

Enquanto a América Latina tem sido cada vez mais o lar de estudos de voto econômico do que a maioria das outras regiões do mundo em desenvolvimento, o número não é grande. Há vários trabalhos sobre o Peru, México e Argentina. Nós, portanto, começamos com aqueles. Certamente outras nações – Chile, Nicarágua, Uruguai, Venezuela – têm recebido alguma atenção, normalmente um único estudo separadamente. Basicamente, para o resto das nações da região, tomados individualmente, análises científicas de economia e eleições estão faltando. No entanto, é relevante a pesquisa que compara através de uma amostra de países latino-americanos, e que, eventualmente, levam para cima.<sup>16</sup>

Assim, dentre os estudos sobre voto econômico voltados para a região latino-americana destacamos os trabalhos de Remmer (1991), Meneguello (1996), Carreirão (1999), Veiga (2013) e Singer (2013).

Remmer (1991), analisou 21 eleições presidenciais em 12 países da região no período de 1982 a 1990<sup>17</sup>, sendo doze dessas eleições ocorridas após a queda dos regimes autoritários. O objetivo do autor era examinar os efeitos das crises econômicas e a privação sobre os resultados eleitorais. As fontes de dados utilizadas por Remmer (1991) foram o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os dados eleitorais foram mensurados através de três indicadores: a) porcentagem total de votos recebidos pelo partido incumbente, b) mudança percentual do partido no poder em relação à eleição presidencial anterior, e c) porcentagem total da mudança de votos de todos os partidos entre as eleições presidenciais. Os dois primeiros indicadores representam a popularidade do incumbente e o terceiro indicador representa o índice de descontinuidade eleitoral. Assim, os modelos estimados por Remmer (1991) foram:

---

<sup>16</sup> “While Latin America has been home to more economic voting studies than most of the other regions of the developing world, the number is not large. There are a handful of investigations on Peru, Mexico and Argentina. We thus start with those. Certain other nations – Chile, Nicaragua, Uruguay, Venezuela – have received some attention, usually a single study. Basically, for the rest of the area’s nations, taken individually, sound scientific examination of economics and elections is lacking. However, there is relevant research that compares across a sample of Latin American nations, and that we eventually take up” (LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2008, p. 307).

<sup>17</sup> Os países e eleições analisadas por Remmer (1991) foram: Argentina (1989), Bolívia (1985, 1989), Colômbia (1986, 1990), Costa Rica (1982, 1986, 1990), República Dominicana (1986, 1990), Equador (1984, 1988), El Salvador (1989), Honduras (1985, 1989), Nicarágua (1990), Peru (1985, 1990), Uruguai (1989) e Venezuela (1983, 1988).

Modelo 1:

$$\text{Variação na perda de voto do incumbente} = \beta_0 + \beta_1.\text{taxa de câmbio} + \beta_2.\text{produto interno bruto} + \beta_3.\text{taxa de inflação} + \beta_5.\text{porcentagem de votos recebidos pelos dois maiores partidos na eleição anterior} + \varepsilon \quad (6)$$

Modelo 2:

$$\text{Índice de descontinuidade eleitoral} = \beta_0 + \beta_1.\text{taxa de câmbio} + \beta_2.\text{produto interno bruto} + \beta_3.\text{taxa de inflação} + \beta_4.\text{porcentagem de votos recebidos pelos dois partidos na eleição anterior} + \varepsilon \quad (7)$$

Modelo 3:

$$\text{Variação no total de votos do incumbente} = \beta_0 + \beta_1.\text{taxa de câmbio} + \beta_2.\text{produto interno bruto} + \beta_3.\text{taxa de inflação} + \beta_4.\text{porcentagem de votos recebidos pelos dois maiores partidos na eleição anterior} + \varepsilon \quad (8)$$

Através de uma análise multivariada com regressão por OLS (*Ordinary Least Square*), fazendo testes com os dados de desempenho econômico tanto a curto e longo prazo, Remmer (1991) chegou à conclusão de que em condições de crise com variações na taxa de câmbio, no PIB e altos níveis de inflação, os eleitores tendem a apoiar o candidato incumbente provocando altos níveis de volatilidade eleitoral, mas, sem necessariamente, impulsionar o crescimento do extremismo político ou o esgotamento do consenso da elite associada à ruptura da ordem democrática.

Outro importante estudo foi o de Carreirão (1999), que investigou a relação entre voto para presidente da República e avaliação de desempenho governamental, e entre desempenho governamental e economia nas eleições brasileiras de 1986 a 1998. Para a análise, o autor utilizou dados agregados de avaliação do desempenho dos governos retirados dos *surveys* Datafolha e Ibope, a porcentagem de votos retirados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de indicadores macroeconômicos retirados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Analisando a relação entre desempenho do governo e voto efetivo ou intenção de voto, através de estatísticas de correlação, Carreirão (1999, p. 219) demonstrou que, no Brasil, no período de 1986 a 1998, houve uma

Forte relação entre a variação na avaliação de desempenho governamental (do presidente da República) e a variação do voto (ou intenção de voto) em candidatos ligados ao governo: declinando a avaliação do desempenho do presidente diminui também a intenção de voto (e o voto efetivo) nos candidatos “governistas” (defendidos pelo governo ou associados, pelos eleitores, ao governo).

Quanto ao desempenho do governo (geral e quanto aos planos econômicos) e a economia, Carreirão (1999), concluiu que a avaliação dos resultados da política econômica do governo federal influencia fortemente a avaliação de seu desempenho geral. Fazendo a correlação entre a avaliação de desempenho do governo e indicadores econômicos (inflação, desemprego, renda real e crescimento econômico), também, comprovou-se relações significativas. Dentre os indicadores econômicos, a inflação foi a que apresentou maior correlação com a avaliação do governo seguida pelo indicador renda real. Com isso, Carreirão (1999) destacou que o aumento da inflação e consequente declínio da renda real diminuiu o grau de aprovação da política econômica e do governo. Já a queda da inflação e o crescimento da renda real provocou um aumento do grau de aprovação.

Outro estudo que destacamos é o de Meneguello (1996), que analisou o comportamento eleitoral dos brasileiros nas eleições de 1994. Utilizando-se de dados do *survey* Datafolha sobre intenção de voto e avaliação do Plano Real, a autora demonstrou que o principal motivo para a vitória de Fernando Henrique Cardoso foi fruto da estratégia econômica de implantar o Plano Real e o controle da hiperinflação.

Veiga (2013) foi outra autora que realizou importantes análises para a região latino-americana. A autora analisou 58 eleições presidenciais e 60 eleições para o legislativo em 18 países latino-americanos<sup>18</sup> no período de 1995 a 2010. O objetivo do trabalho de Veiga (2013) era investigar como e se o voto econômico se inseria em um contexto social, econômico e político caracterizado por uma significativa redução da pobreza provocada pelo crescimento econômico e pelos investimentos sociais, analisando os efeitos diretos e indiretos das variáveis econômicas sobre os resultados eleitorais em períodos sem crise.

Analisando dados retirados do Latinobarômetro, do *Political Database of the America*, do *Observatory of Latin American Political Parties (OPAL)* e da CEPALSTAT (base de dados da CEPAL), tanto a nível agregado quanto a nível individual, e partindo dos pressupostos de que: a) as performances econômicas e os investimentos sociais têm impacto sobre as eleições presidenciais, b) os indicadores macroeconômicos de medida subjetiva da

---

<sup>18</sup> Os países analisados por Veiga (2013) foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, República Dominicana e Venezuela.

economia afeta os resultados das eleições presidenciais, e c) as performances econômicas e os investimentos sociais tem impacto sobre as avaliações subjetivas da economia, Veiga (2013), construiu seu modelo de análise da seguinte forma:

$$\begin{aligned} & \text{Percentual de cadeiras conquistados pelo partido no poder (para a análise das} \\ & \text{eleições legislativas) ou votos válidos recebidos pelo partido do governo ou} \\ & \text{coalizão no primeiro turno (para a análise das eleições presidenciais)} = \beta_0 + \\ & \beta_1 \cdot \text{taxa de crescimento econômico} + \beta_2 \cdot \text{taxa de inflação} + \beta_3 \cdot \text{investimentos sociais} \quad (9) \\ & + \beta_4 \cdot \text{avaliações sociotrópicas prospectivas} + \beta_5 \cdot \text{avaliações sociotrópicas} \\ & \text{retrospectivas} + \beta_6 \cdot \text{porcentagem de voto que o partido incumbente recebeu na} \\ & \text{última eleição} + \varepsilon \end{aligned}$$

Através de um modelo de regressão hierárquica, onde as variáveis vão sendo adicionadas a cada etapa da análise, Veiga (2013), concluiu que sozinho os indicadores macroeconômicos não afetam significativamente os resultados eleitorais do partido no poder seja em eleições presidenciais ou legislativas, ao contrário dos investimentos sociais e das avaliações econômicas que impactam positivamente as eleições presidenciais. Em resumo, o trabalho de Veiga (2013), concluiu que os efeitos macroeconômicos sobre os resultados eleitorais ocorriam indiretamente, ou seja, os resultados macroeconômicos têm impacto sobre as avaliações econômicas dos eleitores que, por sua vez, determinam os resultados eleitorais do partido no poder.

Singer (2013), também, contribuiu para a agenda de pesquisa na região. Em sua análise sobre o voto econômico na América Latina apresentou uma série de preocupações. Segundo o autor, vários estudos incluem taxa de crescimento, taxa de inflação e taxa de desemprego em seus modelos e tentam identificar qual deles têm a relação mais forte com os resultados das eleições, mas não se preocupam em saber como os eleitores decidem quais áreas do desempenho econômico são mais importantes para os políticos controlarem. Outra preocupação demonstrada por Singer (2013), foi a não atenção desses estudos a questão de como diferentes resultados econômicos variam ao longo do tempo e entre contextos.

Singer (2013), pressupõe que os eleitores tendem a se preocupar com assuntos econômicos que têm apresentado instabilidade recente por causa da pouca atenção dada pelo governo a esses temas, em detrimento de outras políticas econômicas que têm se mostrado mais estáveis. Dessa forma, Singer (2013) supõe que o voto econômico é esperado nos períodos de volatilidade quando os indicadores econômicos decrescem drasticamente ou em

períodos de crise, como ocorreu, por exemplo, nos anos 80 e 90 na América Latina, e entre aqueles grupos que são mais vulneráveis às crises.

Na tentativa de buscar respostas e confirmar suas hipóteses Singer (2013, p. 04, tradução nossa), procurou investigar “[...] se a atenção dos eleitores mudou assim como os preços estabilizaram-se na América latina nas últimas décadas”<sup>19</sup>. Primeiramente, utilizando-se de dados de indicadores do desenvolvimento mundial retirados do Banco Mundial, de dados do *Comparative Study Of Electoral Systems* (CSES) e de dados do *survey* Latinobarômetro, Singer (2013), buscou descobrir qual ou quais foram os problemas mais importantes da América Latina, no período de 1995 a 2009, os quais ele classificou em seis categorias: a) de natureza macroeconômica (preços, salários etc.), b) questões econômicas remanescentes (desemprego e desempenho econômico mais geral), c) política social (educação, saúde, questões raciais etc.), d) problemas com governança (corrupção e escândalos políticos), e) preocupações com segurança (crime, terrorismo, tráfico de drogas etc.), e f) preocupações com o meio ambiente. Após análises, Singer (2013) identificou que os problemas econômicos foram os mais apontados pelos cidadãos.

A seguir, Singer (2013), estimou, através do método de regressão linear *Prais-Winsten*<sup>20</sup>, um modelo agregado de níveis de preocupação com inflação, outros problemas econômicos e economia global, retirados do *survey* Latinobarômetro, em função da taxa de inflação e da taxa de crescimento econômico retirados de banco de dados do Banco Mundial. As análises de Singer (2013), sugeriram que a ligação entre problemas econômicos e resultados eleitorais mudam ao longo do tempo na região com a inflação desempenhando um papel cada vez menor.

Para confirmar essa hipótese, Singer (2013) analisa os resultados eleitorais de 79 eleições, em 18 países, no período de 1982 a 2010. Utilizando-se de dados econômicos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), estimou o seguinte modelo:

---

<sup>19</sup> “[...] whether voter attention has shifted as prices have stabilized in Latin America in the last decade” (SINGER, 2013, p. 04).

<sup>20</sup> O método *Prais-Winsten* é um modelo autorregressivo que controla a autocorrelação serial, corrigindo problemas de heterocedasticidade e autocorrelação (GUJARATI; ;PORTER, 2011).

**Mudança na porcentagem de votos que o candidato do partido no poder recebeu no primeiro turno na eleição atual em relação à anterior =  $\beta_0 + \beta_1.taxa$  de inflação +  $\beta_2.taxa$  de crescimento econômico +  $\beta_3.variáveis$  de controle (candidato concorrendo a reeleição ou não, número efetivo de partidos que conseguiram assentos no congresso) + $\epsilon$**  (10)

Com o modelo acima, Singer (2013) identificou que durante os anos 80 e 90 o suporte dado pelos eleitores ao candidato do partido no poder esteve fortemente ligada à sua habilidade de evitar a inflação. No entanto, nos anos 2000-2010 essa associação não mais existiu, uma vez que os eleitores voltaram sua atenção para outros problemas econômicos como o crescimento econômico do país e sua capacidade de reduzir as desigualdades criando novas oportunidades econômicas.

Apesar da diversidade de estudos e opiniões acerca do voto econômico, o que predomina entre os cientistas políticos é que de fato a economia tem efeito sobre as eleições. No entanto, não há consenso de como os eleitores analisam o estado da economia. Segundo Linn, Nagler e Morales (2010, p.400, tradução nossa), “os cientistas políticos têm concordado por mais de trinta anos que o estado da economia afeta eleições. Mas, explicar como e porque a economia afeta eleições tornou-se difícil.”<sup>21</sup>

### 3.3 Estudos empíricos sobre as tipologias do Voto Econômico no mundo e na América Latina

Nessa parte do trabalho será apresentado as principais pesquisas empíricas sobre as tipologias ou visões do voto econômico, dando ênfase aos métodos, fontes utilizadas e os resultados obtidos. Como dito anteriormente dentro da literatura do voto econômico desenvolveu-se uma discussão sobre as visões ou formas como os eleitores avaliam a economia e decidem seu voto. Ou seja, será que os eleitores tendem a avaliar a economia a nível agregado ou a nível individual? E ao fazer essa avaliação estes levam em consideração, ainda, as situações econômicas presentes comparando-as com o passado ou com as expectativas para o futuro?

Na análise da influência da economia agregada e da situação econômica individual nas decisões políticas dos eleitores destacam-se os estudos de Kinder e Kiewiet (1981), que

---

<sup>21</sup> “Political scientists have agreed for over thirty years that the state of the economy affects elections. But, explaining how and why the economy affects elections has turned out to be difficult “(LINN; NAGLER; MORALES (2010, p.400).

introduziram na literatura os conceitos de *pocketbook voting* (voto egotrópico) e *sociotropic voting* (voto sociotrópico), Lewis-Beck (1988), Markus (1988), e Price e Sanders (1993). Todos esses autores concentram-se na análise das tipologias do voto econômico em países democraticamente e economicamente desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos e alguns países europeus.

Kinder e Kiewiet (1981), analisaram as eleições norte-americanas no período de 1956 a 1976, concluindo que há uma forte evidência de que os eleitores norte-americanos se utilizam de uma visão sociotrópica da economia em suas decisões políticas.

Outro estudioso das formas do voto econômico foi Lewis-Beck (1988). Para Lewis-Beck (1988, p.05) “o horizonte de tempo do voto econômico é incerto”<sup>22</sup>, apesar de todos os estudos, teóricos ou empíricos, a nível agregado ou individual, assumirem que os eleitores são “míopes e retrospectivos”. No entanto, apesar do voto retrospectivo dominar a literatura, algumas investigações mostram que o voto prospectivo também é importante (LEWIS-BECK, 1988).

Partindo dessas ideias, Lewis-Beck (1988), utilizando-se de dados da pesquisa *Surveys of Consumer Attitudes*<sup>23</sup> conduzidas pelo Centro de Pesquisa da Universidade de Michigan, buscou analisar a dimensão tempo nas ponderações dos eleitores norte-americanos sobre as condições econômicas, especificamente nas eleições de 1984, na qual Ronald Reagan saiu vitorioso. Isto é, o autor realizou uma análise sobre a existência ou não do voto retrospectivo e do voto prospectivo naquele período especificamente. Assim, o modelo estimado por Lewis-Beck (1988) foi:

$$\begin{aligned} \text{Intenção de voto para presidente} = & \beta_0 + \beta_1.\text{finanças pessoais (cinco anos atrás)} + \\ & \beta_2.\text{finanças pessoais (um ano atrás)} + \beta_3.\text{finanças pessoais (próximo ano)} + \\ & \beta_4.\text{finanças pessoais (nos próximos cinco anos)} + \beta_5.\text{variáveis de controle} \\ & (\text{identificação partidária, renda, sexo e sexo}) + \varepsilon \end{aligned} \quad (11)$$

Nesse modelo, a variável dependente “intenção de voto” para presidente varia entre candidato republicano ou candidato democrata. Já as variáveis independentes “finanças pessoais” variam entre melhor, igual ou pior e as variáveis de controle “identificação partidária” varia entre republicano, independente ou democrata, “renda” varia em uma escala

<sup>22</sup> “The time horizon of economic voting is unsettled” (Lewis-Beck, 1988, p.05).

<sup>23</sup> Essa pesquisa abordou temas como finanças da família, condições gerais de negócios, desemprego, preços, taxa de juros e decisão de compra de bens de consumo.

de zero a dez, onde zero representa baixa e dez representa alta, “raça” varia entre branco ou outras e “sexo” entre feminino e masculino. Através de uma análise de regressão por OLS com um N = 190, Lewis-Beck (1988) nesse primeiro modelo, chegou à conclusão que o voto egotrópico prospectivo foi importante, ou seja, a expectativa por parte dos indivíduos de futuros ganhos financeiros no futuro influenciou sua escolha de voto.

Lewis-Beck (1988), também, estimou modelos levando em consideração a avaliação dos indivíduos sobre a política econômica do governo e o impacto desta sobre a intenção de voto para presidente e para o Congresso. Assim, os modelos estimados pelo autor foram:

Modelo 1:

$$\text{Intenção de voto para presidente} = \beta_0 + \beta_1.\text{política econômica do governo} + \beta_2.\text{variáveis de controle (identificação partidária, renda, raça e sexo)} + \varepsilon \quad (12)$$

Modelo 2:

$$\text{Intenção de voto para congresso} = \beta_0 + \beta_1.\text{política econômica do governo} + \beta_2.\text{variáveis de controle (identificação partidária, renda, raça e sexo)} + \varepsilon \quad (13)$$

Modelo 3:

$$\text{Política econômica do governo} = \beta_0 + \beta_1.\text{finanças pessoais (um ano atrás)} + \beta_2.\text{finanças pessoais (próximo ano)} + \beta_3.\text{finanças pessoais (nos próximos cinco anos)} + \varepsilon \quad (14)$$

Com esses modelos, Lewis-Beck (1988), encontrou resultados que apontaram para a existência, também, do voto sociotrópico nas eleições de 1984 tanto nas eleições para presidente como para o Congresso. Assim, um eleitor racional descontente com a performance econômica nacional acaba ficando insatisfeito com as políticas do governo o que afeta suas decisões de voto (LEWIS-BECK, 1988).

Com todos os seus modelos, Lewis-Beck (1988) chegou à conclusão de que apesar da vasta literatura predominar o paradigma do voto econômico retrospectivo – em parte, por limitação de dados disponíveis –, o voto prospectivo também pode ser importante para explicar as decisões políticas dos eleitores. Assim, os eleitores na concepção de Lewis-Beck (1988), tendem a combinar orientações prospectivas e retrospectivas.

Já para Markus (1988), os estudos realizados sobre as consequências das mudanças econômicas sobre as eleições não foram capazes de distinguir os impactos dos efeitos

macroeconômicos (sociotrópico) dos efeitos das condições econômicas pessoais (egotrópico) sobre o comportamento do eleitor. Isso porque, segundo Markus (1988), os estudos têm se concentrando exclusivamente em análises longitudinais de informações em nível agregado ou em análises *cross-sectional* de informações em nível individual.

Markus (1988) propõe, assim, em seu estudo analisar, de forma agrupada dados de pesquisas individuais, o impacto das condições econômicas pessoais e nacionais em 08 eleições presidenciais norte-americanas ocorridas no período de 1956-1984, excluindo-se os dados de 1960 e 1968, tendo em vista que durante esses anos não houveram candidatos incumbentes a reeleição. Além disso, o autor buscou avaliar a vantagem do incumbente nas eleições presidenciais. Para isso, utilizou uma série histórica de estatísticas econômicas nacionais retiradas do *National Election Studies* e do *Statistical Abstract of the United States*. Assim, o modelo estimado por Markus (1988) foi:

$$\text{Voto} = \beta_0 + \beta_1.\text{visão egotrópica} + \beta_2.\text{taxa anual de variação no rendimento per capita} + (\beta_3 + \beta_4.\text{identificação partidária} + \beta_5.\text{raça}). \text{partido do incumbente} + \varepsilon \quad (15)$$

No modelo de Markus (1988), a variável dependente representa o voto no candidato do partido no poder ou o candidato do outro partido e as variáveis dependentes foram a avaliação de mudanças nas finanças pessoais (visão egotrópica), a taxa anual de variação no rendimento pessoal derivada das avaliações das recentes mudanças nas finanças pessoais (representa no modelo as condições econômicas nacionais), a identificação partidária do respondente classificada em cinco categorias – a) republicanos fortes, b) fracos e que inclinam-se republicanos, c) independentes, d) fracos e que inclinam-se democratas, e e) democratas fortes –, raça mensurada em brancos ou não brancos e, partido do candidato do partido no poder.

Com esse modelo, Markus (1988) identificou que os eleitores são sensíveis as flutuações macroeconômicas bem como as mudanças em suas finanças pessoais. No entanto, as condições econômicas pessoais (visão egotrópica) têm peso nas decisões individuais de voto. No entanto, as mudanças macroeconômicas são mais importantes como determinantes do resultado das eleições. Assim, o eleitor tende a votar sociotropicamente. Quanto a avaliação da vantagem do incumbente nas eleições presidenciais, essa dependente, segundo o modelo de Markus (1988), das circunstâncias econômicas do ano eleitoral.

Price e Sanders (1993), também, dedicaram-se ao estudo das formas do voto econômico. Em suas análises, o sujeito de estudo foi o Reino Unido no período pós-guerra.

Os autores buscaram analisar o quanto as mudanças na agenda política dos anos 1979-1990 (período do governo de Thatcher) afetaram a relação entre atividades macroeconômicas e a popularidade do governo. Assim, o modelo estimado por Price e Sanders (1993) foi:

$$\text{Popularidade do governo} = \beta_0 + \beta_1.\text{taxa de inflação} + \beta_2.\text{taxa de juros real} + \beta_3.\text{taxa de desemprego} + \beta_4.\text{eventos políticos} + \beta_5.\text{taxa de "decadência" de influências passadas na popularidade atual} + \varepsilon \quad (16)$$

Os resultados das análises de Price e Sanders (1993), sugeriram que os indivíduos podem levar vários meses para assimilar o que está acontecendo com a economia, demonstrando, também, terem memória curta, no sentido de que as percepções atuais têm maior peso do que eventos bastante recentes, por exemplo.

Os estudos sobre as visões ou formas de voto econômico na América Latina ainda são poucos e quase sempre contemplam análises individuais, além de períodos de tempo curtos ou apenas um ano/eleição em específico. Dentro dessa perspectiva, destacam-se os trabalhos de Weyland (1998, 2003) e Lewis-Beck e Ratto (2013).

Weyland (1998) examinou o impacto das avaliações econômicas da Venezuela no período de 1989 a 1993, período em que Carlos Andrés Pérez governou o país. O objetivo desse estudo era descobrir como as avaliações das condições econômicas no passado e as expectativas para o futuro afetam o julgamento político e as escolhas dos indivíduos. Utilizados dados agregados de um *survey* realizado na Venezuela por uma empresa de pesquisa conceituada no país, a Consultores 21, Weyland (1998), estimou o seguinte modelo de análise:

$$\text{Taxa de aprovação do presidente} = \beta_0 + \beta_1.\text{avaliação sociotrópica prospectiva} + \beta_2.\text{egotrópica retrospectiva} + \beta_3.\text{avaliação egotrópica prospectiva} + \beta_4.\text{variáveis de controle (impeachment do Presidente Pérez em maio de 1993, campanhas eleitorais municipais e governamental entre 1989 e 1992, período de "lua-de-mel" do presidente Pérez)} + \varepsilon \quad (17)$$

Com os resultados, Weyland (1998) concluiu que a popularidade do presidente Pérez durante seu mandato teve claramente bases econômicas, e que, particularmente, as avaliações egotrópicas prospectivas da economia têm impacto significativo sobre a popularidade do presidente.

Weyland (2003) realizou, ainda, outra análise na Venezuela. Dessa vez, na eleição venezuelana de 1998 na qual Hugo Chávez foi eleito. Para esse estudo, utilizou dados de uma pesquisa de opinião conduzida por diversos pesquisadores de várias universidades venezuelanas e de institutos de pesquisa. A amostra coletada foi de  $N = 1.500$  entrevistas realizadas entre 13 de novembro a 27 de dezembro de 1998. O modelo de regressão logística multinomial construída pelo autor foi:

$$\text{Intenção de voto} = \beta_0 + \beta_1.\text{avaliação sociotrópica retrospectiva} + \beta_2.\text{avaliação sociotrópica prospectiva} + \beta_3.\text{avaliação egotrópica retrospectiva} + \beta_4.\text{avaliação egotrópica prospectiva} + \beta_5.\text{variáveis de controle (educação e classe)} + \varepsilon \quad (18)$$

Através desse modelo, Weyland (2003) comprovou que as avaliações econômicas tiveram impacto significativo sobre as preferências eleitorais por Chávez. As avaliações sociotrópicas mostraram-se mais significativas que as avaliações egotrópicas, sendo que foram as avaliações retrospectivas negativas e as expectativas prospectivas otimistas que impulsionaram significativamente a eleição de Hugo Chávez em 1998.

Em sua análise Weyland (2003) buscou, ainda, comprovar se as avaliações econômicas, sobretudo a sociotrópica, continuam sendo preditores significativos na intenção de voto quando variáveis políticas e ideológicas são levadas em consideração. Assim, em seu modelo foi incluído fatores ideológicos e políticos. No entanto, a inclusão desses fatores não alterou o fato de que as avaliações econômicas afetaram a eleição presidencial de 1998 na Venezuela. O novo modelo estabelecido por Weyland (2003) foi:

$$\text{Intenção de voto} = \beta_0 + \beta_1.\text{avaliação sociotrópica retrospectiva} + \beta_2.\text{avaliação sociotrópica prospectiva} + \beta_3.\text{avaliação egotrópica retrospectiva} + \beta_4.\text{avaliação egotrópica prospectiva} + \beta_5.\text{variáveis de controle (educação e classe)} + \beta_6.\text{fatores ideológicos e políticos (privatização, satisfação com a democracia e intervencionismo)} + \varepsilon \quad (19)$$

Lewis-Beck e Ratto (2013), também, realizou estudo sobre as formas do voto econômico na América Latina. Os autores realizaram uma análise em 12 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) para os períodos de 1996, 2000 e 2004 com dados do Latinobarômetro. A justificativa apresentada pelos autores para a delimitação do estudo em

apenas 12 países deu-se pelo fato de terem encontrado, apenas para esses países, amostras de tamanho aceitável ( $N > 300$ ) e em períodos igualmente espaçados. Dessa forma, a análise contou com uma população  $N > 7000$ . Foram estabelecidas como variável dependente a intenção de voto (1 = intenção de voto para partido do governo e 0 = intenção de voto em outro partido) e como variáveis independentes a ideologia, a classe socioeconômica, a religião, a percepção econômica sociotrópica retrospectiva (condição da economia nacional no passado variando de pior a melhor), o número de meses desde a última eleição e o país. Assim, o modelo de regressão logística binomial estabelecido foi:

$$\text{Voto} = \beta_0 + \beta_1.\text{ideologia} + \beta_2.\text{classe} + \beta_3.\text{religião} + \beta_4.\text{economia} + \beta_5.\text{meses desde a última eleição} + \beta_6.\text{país} + \varepsilon \quad (20)$$

A análise de Lewis-Beck e Ratto (2013) concluiu que a avaliação econômica sociotrópica retrospectiva tem um impacto altamente significativo na variável dependente. Portanto, conclui os autores, que existe voto econômico na região e, que assim como nos países desenvolvidos democraticamente, os eleitores fazem uma avaliação econômica sociotrópica retrospectiva.

Como se pôde observar os estudos sobre as formas do voto econômico para os países latino-americanos ainda são poucos se comparado aos estudos em países de outras regiões. Esses estudos limitam-se análise em um país como no estudo de Weyland (1998, 2003) ou ao estudo de uma única forma de voto econômico como na análise de Lewis-Beck e Ratto (2013) para um número maior de países.

## 4 CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E INSTITUCIONAL DA AMÉRICA LATINA

### 4.1 Processo de (re) democratização e crise econômica nos anos 80

Durante a década de 1980 e meados da década de 1990, os países latino-americanos vivenciaram um contexto de transformações políticas e econômicas. Foi durante esse período que a maioria dos países latino-americanos abandonaram seus regimes autoritários e se (re) democratizaram e, no aspecto econômico, enfrentaram crises e instabilidades com forte estagnação econômica, retração da produção, alta de preços, elevadas taxas de desemprego e baixo crescimento econômico.

No que diz respeito as transformações políticas, ocorridas na década de 80 e meados da década de 90, destacamos as transições democráticas pelas quais os países da região passaram. Embora, existam muitas especificidades nas histórias dos regimes militares latino-americanos e em suas respectivas experiências de transição, exporemos em linhas gerais as principais características desse processo e seus impactos. Para isso, abordaremos a tese de Huntington (1994) acerca das “ondas de democratização” que transcorreram pelo mundo, com foco na região latino-americana.

Para Huntington (1994), o processo de transição democrática da maioria dos países deu-se através de “ondas de democratização” que se caracterizaram como

[...] um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período. Uma onda normalmente envolve também liberalização ou democratização parcial nos sistemas políticos que não se tornam completamente democráticos (HUNTINGTON, 1994, p.23).

Segundo Huntington (1994), houveram três distintas ondas democráticas na história mundial e cada onda de democratização afetou um grupo relativamente pequeno de países. No entanto, Huntington (1994) alerta para o fato de que nem todas as transições democráticas ocorreram durante as ondas de democratização e, que pelo menos as duas primeiras ondas foram seguidas por “ondas reversas” nas quais alguns países, não todos, retornaram a regimes não-democráticos.

A “primeira onda de democratização”, ocorreu entre 1828 a 1926, em alguns países da Europa, América do Norte e América Latina, sendo um fenômeno decorrente das

Revoluções Americana e Francesa. Países como os Estados Unidos, Suíça, França, Grã-Bretanha, Itália, Argentina, Uruguai, Chile, Espanha e alguns pequenos países europeus tornaram-se democráticos estabelecendo instituições democráticas nacionais mínimas. Essa primeira onda foi seguida por uma “onda reversa” compreendida entre 1922 a 1942. Essa onda reversa ocorreu sobretudo devido a ascensão de Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha, que provocaram retrocesso ou a adoção de formas autoritárias de governo principalmente nos países que tinham recém-adotado formas democráticas antes ou após a Primeira Guerra Mundial. Especificamente na América Latina, Brasil e Argentina sofreram golpes militares e o Uruguai retornou ao autoritarismo em 1936 (HUNTINGTON, 1994).

A “segunda onda de democratização” transcorreu entre 1943 a 1962, foi uma onda mais curta e teve início com a Segunda Guerra Mundial. A vitória dos aliados liderada pelos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética e a ocupação dos territórios inimigos (descolonização) provocaram “a inauguração de instituições democráticas na Alemanha Ocidental, Itália, Áustria, Japão e Coreia [...]” (HUNTINGTON, 1994, p. 28). Ainda, durante a guerra, o Uruguai tornou-se democrático novamente, o Brasil e a Costa Rica retornaram no final dos anos 1940, a Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela realizaram eleições populares em 1945 e 1946, mas no início dos anos 1950 retornaram a ditaduras.

A “segunda onda de democratização”, também, assim como a primeira, foi acompanhada por uma “onda reversa” que durou entre 1958 a 1975. Segundo Huntington (1994), essa segunda “onda reversa” foi mais “dramática” para a América Latina:

O deslocamento na direção do autoritarismo começou no Peru em 1962, quando os militares intervieram para alterar os resultados de uma eleição. No ano seguinte, um civil aceitável pelos militares foi eleito presidente, mas acabou deposto por um golpe militar em 1968. Em 1964, golpes militares derrubaram os governos civis do Brasil e da Bolívia. A Argentina seguiu o exemplo em 1966, e o Equador, em 1972. Em 1973, regimes militares tomaram o poder no Uruguai e no Chile. Os governos militares do Brasil, da Argentina e, mais discutivelmente, do Chile e do Uruguai, foram exemplos, segundo uma teoria de um novo tipo de sistema político, o “autoritarismo burocrático” (HUNTINGTON, 1994, p. 29).

A “terceira onda de democratização” ocorreu entre 1974 a 1990 e foi impulsionada pelo fim da ditadura portuguesa e pelo colapso da ditadura grega, ambas em 1974, e pela morte do ditador espanhol Francisco Franco, em 1975. A terceira onda foi o período em que mais de trinta países pertencentes a Europa, a América Latina e a Ásia passaram de regimes autoritários para sistemas democráticos de governo. Especificamente para a América Latina, essa onda chegou no final dos anos 1970:

Em 1977, os líderes militares do Equador anunciaram seu desejo de se retirar da política; em 1978 uma nova Constituição foi elaborada; e o resultado das eleições, em 1979, foi um governo civil. No Peru, um processo similar de retirada dos militares possibilitou a eleição de uma Assembléia Constituinte em 1978, uma Constituição em 1979, e a eleição de um presidente civil em 1980. Na Bolívia, o afastamento dos militares produziu quatro anos confusos de golpes e eleições abortadas, que começaram em 1978 e terminaram com a eleição de um presidente civil em 1982. Nesse mesmo ano, a derrota da Argentina na guerra contra a Grã-Bretanha abalou seu governo militar e levou à eleição, em 1983, de um presidente civil. Negociações entre militares e líderes políticos no Uruguai conduziram à eleição de um presidente civil em novembro de 1984. Dois meses mais tarde, o longo processo de *abertura* que tinha começado no Brasil em 1974 atingiu o ponto decisivo, com a escolha do primeiro presidente civil do país desde 1964. Enquanto isso na América Central, os militares também estavam se retirando. Honduras instalou um presidente civil em janeiro de 1982; os eleitores salvadorenos escolheram, em maio de 1984, José Napoléon Duarte para presidente em uma eleição calorosamente disputada; e a Guatemala elegeu em uma Assembléia Constituinte em 1984 e um presidente civil em 1985. [...] pela primeira vez, o partido governante mexicano teve uma vitória apertada na eleição presidencial de 1988 e, em 1989, pela primeira vez perdeu um governo de Estado. Em 1988, o povo chileno votou em um plebiscite para decidir o fim do longo domínio do gal. Augusto Pinochet e, no ano seguinte, elegeu um presidente civil. Em 1983, uma intervenção militar dos Estados Unidos acabou com a ditadura marxista-leninista de Granada e, em 1989, com a ditadura militar do gal. Manuel Noriega, no Panamá. Em fevereiro de 1990, o regime marxista-leninista na Nicarágua caiu com a derrota eleitoral, e em dezembro de 1990 um governo democrático foi eleito no Haiti (HUNTINGTON, 1994, p. 31-33).

Segundo Huntington (1994), o fenômeno da “terceira onda de democratização” ocorreu, diferentemente das duas primeiras, devido a insatisfação com o desempenho dos governos autoritários e problemas com a legitimidade desse sistema, além, da incapacidade destes de lidar com os problemas econômicos, com as mudanças nas políticas de atores externos, com as mudanças na doutrina da Igreja Católica, e com o sucesso da democratização ocorrida em alguns países, que acabou encorajando esse processo em outros (efeito *snowballing*).

No que se refere ao aspecto econômico, durante a década de 80 e início dos anos 90, a América Latina vivenciou um período de intensa recessão econômica. Após a Segunda Guerra Mundial, a região latino-americana vivenciou décadas de prosperidade econômica com crescimento econômico sustentado. Segundo dados da CEPAL (2009), durante as décadas de 1950 a 1980, a região obteve taxas médias de variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,1%, 5,5% e 5,9%, respectivamente, superior inclusive as taxas médias obtidas pelas outras regiões no mesmo período. A partir da década de 1980, a região enfrentou uma crise econômica com altos índices de inflação, desemprego, concentração de renda, queda do crescimento do PIB *etc.*

Bresser-Pereira (1991), aponta duas teorias explicativas para a deflagração da crise econômica na região: a abordagem de Washington e a abordagem da crise fiscal. Para os defensores da abordagem de Washington ou Consenso de Washington<sup>24</sup>, as causas da crise foram o crescimento excessivo do Estado, que ocasionou um excesso de regulação, protecionismo e um número excedente de empresas estatais ineficientes, e o populismo econômico, ou seja, as políticas econômicas populistas incapazes de controlar o déficit público e as demandas salariais. Dessa forma, para que os países retomassem o crescimento, essa abordagem, considerava suficiente estabilizar, liberalizar e privatizar a economia, através de reformas orientadas para o mercado (*oriented market*) (BRESSER-PEREIRA, 1991).

Já para a abordagem fiscal, a crise dos anos 80 não foi gerada pelo populismo econômico, pela inexistência de estabilização ou pela “natureza intrinsecamente equivocada do Estado”, uma vez que esses fatos já existiam no contexto latino-americano, inclusive durante os períodos de prosperidade econômica, mas “pelo crescimento excessivo e distorcido do Estado e pelo esgotamento da estratégia de intervenção”, ou seja, o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações, e “[...] pela crise fiscal [excesso de endividamento externo] a que foi levado o Estado na América Latina nos anos 80, uma crise que imobiliza o Estado e transforma em obstáculo ao invés de promotor de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 08). Assim, para os defensores dessa abordagem seria necessário resolver a crise fiscal e reduzir a dívida pública, para com isso definir políticas de retomada de crescimento.

Ambas as abordagens não foram totalmente opostas, em alguns pontos a abordagem da crise fiscal concordou com as reformas econômicas propostas pelo Consenso de Washington, as quais foram adotadas pelos governos latino-americanos, no início da década de 90, apesar de considerar seu “diagnóstico da crise incompleto e em parte equivocado” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 08). Bresser (1991, p.14), considera que a abordagem da crise fiscal seria “mais adequada ou correta do que a abordagem de Washington”, visto que esta não reconheceu a crise fiscal e rejeitou qualquer ideia de política industrial e tecnológica.

Para compreendermos as condições da economia da região durante a década de 80, demonstramos comparativamente, nos gráficos abaixo, alguns indicadores macroeconômicos da região retirados da base CEPALSTAT (base de dados da CEPAL).

---

<sup>24</sup> O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas econômicas elaboradas a partir do trabalho do economista John Williamson, do *Institute for International Economics*, as quais tentam explicar a natureza da crise latino-americana e apontam as reformas necessárias para superá-la (BRESSER, 1991).

O primeiro indicador econômico é o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>25</sup>, um dos mais importantes e utilizados para mensurar o nível de atividade econômica de um país ou região. No Gráfico 1, abaixo, temos a variação anual do PIB da América Latina, a partir da década de 50 ao final da década de 80.

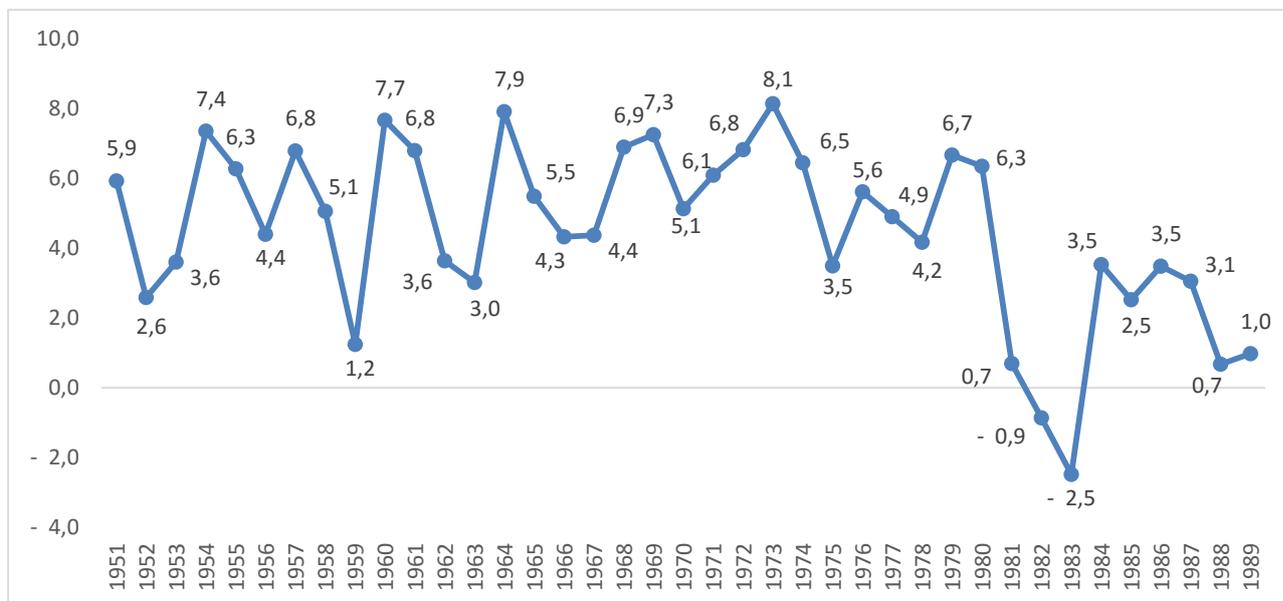


GRÁFICO 1 – Taxa de variação anual do PIB em dólares, a preços constantes de 2000, América Latina, 1951-1989. Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Observando as taxas de crescimento do PIB para a América Latina, esta apresentou nos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial, um crescimento econômico sustentado, tendo alcançado taxas superiores as taxas verificadas a partir dos anos 80. A taxa média anual do PIB, a preços constantes de 2000, no período de 1980 a 1990 foi de 1,2%, enquanto que entre 1950 a 1960 foi de 5,5%, entre 1960 a 1970 foi de 5,5% e de 1970 a 1980 foi de 5,9% (CEPAL, 2009). Observou-se, então, uma drástica reversão do desempenho econômico na década de 80. A América Latina retroagiu nesta década, com o produto interno caindo à taxa média de 1,2% (CEPAL 2009).

Essa queda no PIB da região é explicada pela crise da dívida externa, cujo estopim deu-se em 1982. Segundo Bresser-Pereira (1993), a crise latino-americana foi consequência da estratégia de crescimento e do modo de intervenção estatal adotados pela região e, sobretudo, pelos desequilíbrios externos ocasionados pelas crises do petróleo, ocorridas em 1973 (1º choque) e 1979 (2º choque), quando as grandes nações capitalistas articularam uma

<sup>25</sup> O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma região ou país em um determinado período.

política econômica comum visando sustentar o ritmo de atividade econômica e, assim, enfraquecer os preços internacionais das matérias-primas.

Essa política econômica, apesar das altas taxas de juros, conseguiu estimular os países emergentes a manter suas economias abertas, sustentando níveis de importações incompatíveis com uma economia mundial em posição defensiva, com um padrão de financiamento baseado no crescente endividamento. Dessa forma, os países industrializados conseguiram transferir a conta do petróleo para as economias mais frágeis, que assim, embora pouco dependentes de combustíveis importados, surgiram ao final da década de 1970 como os grandes devedores internacionais.

Outro indicador importante é o PIB *per capita*<sup>26</sup>. No Gráfico 2, abaixo, temos a variação anual do PIB *per capita* da América Latina, a partir da década de 50 ao final da década de 80.

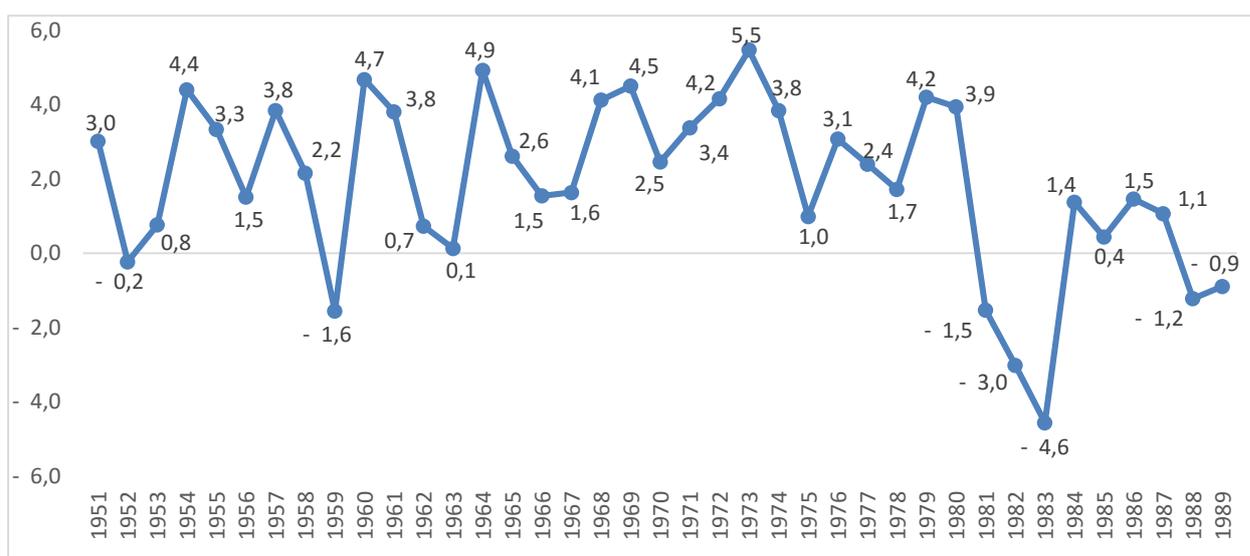


GRÁFICO 2 – Taxa de variação anual do PIB *per capita* em dólares, a preços constantes de 2000, América Latina, 1951-1989.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Semelhantes as taxas de crescimento do PIB, observa-se com as taxas de crescimento do PIB *per capita* (Gráfico 2), nos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial, de 1951 a 1980, apresentou variações sustentadas, tendo alcançado taxas bem superiores as verificadas a partir de 1981. A taxa média anual do PIB *per capita*, a preços constantes de 2000, no período de 1980 a 1990 foi de -0,9%, enquanto que entre 1950 a 1960 foi de 2,2%, entre 1960 a 1970

<sup>26</sup> O PIB *per capita* é o produto interno bruto (PIB), dividido pela quantidade de habitantes de um país.

foi de 2,6% e de 1970 a 1980 foi de 3,3% (CEPAL, 2009). Isso demonstra que na década de 80, o nível de renda interna da população latino-americana diminuiu consideravelmente.

A região latino-americana, também, vivenciou altas taxas de inflação e de desemprego durante a década de 80. Nos Gráficos 3 e 4, abaixo, temos a variação anual da inflação e do desemprego para a região.

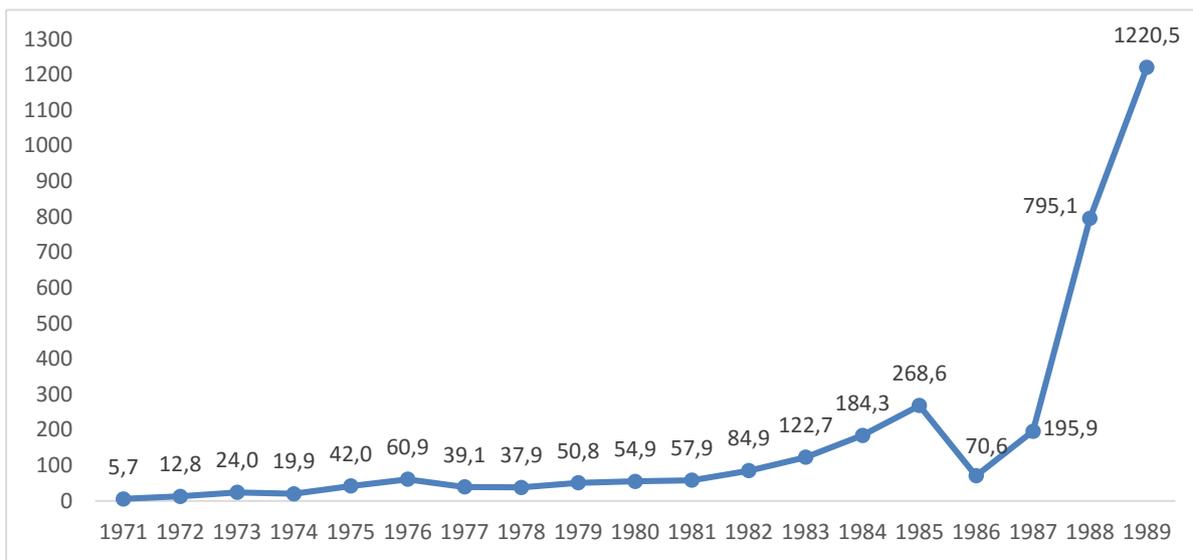


GRÁFICO 3 – Variação anual do índice de preços ao consumidor, América Latina, 1971-1989.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

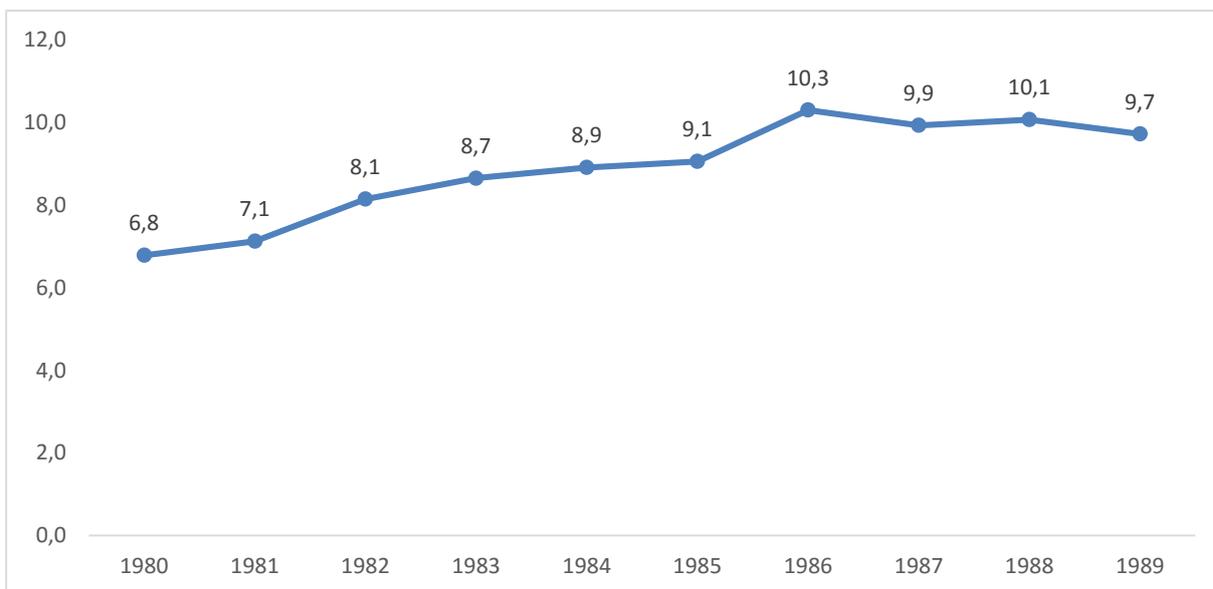


GRÁFICO 4 – Taxa média de desemprego urbano, na América Latina, 1980-1989.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Observando o Gráfico 3, as taxas de inflação da região, a partir da década de 80, caracterizaram um quadro de hiperinflação. Nesse período, atingiram-se taxas mais elevadas

do que em qualquer outro período do pós-guerra. Assim, como os outros indicadores econômicos apresentados, a taxa média de desemprego (Gráfico 4) urbano, também, apresentou um crescimento elevado durante toda a década de 80.

O quadro econômico latino-americano, na década de 80, é de crise generalizada e de estagnação. Grande parte dos países defrontaram-se com gravíssimos impasses econômicos, com condições sociais de altíssima tensão e, conseqüentemente, com sérias dificuldades políticas. Apenas Colômbia e Chile não tiveram crescimento negativo na década de 80, isso porque o Chile iniciou suas reformas em meados da década de 70 e a Colômbia foi o país latino-americano com melhor desempenho econômico (LOAYZA, FAJNZYLBER; CALDERÓN, 2004).

#### 4.2 Breve contexto político e econômico da América Latina pós-anos 80

Nos anos 90, a maioria dos países da América Latina tentam retomar, mesmo que timidamente o crescimento, embora os problemas que deram origem à crise estejam longe de terem sido resolvidos plenamente (BRESSER-PEREIRA, 1993). Nesse contexto de crise, o contexto político e econômico da América Latina foi marcado por reformas econômicas e institucionais, baseadas em ideais neoliberais, com a abertura comercial, reforma do mercado financeiro, liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos, descentralização, privatização de empresas públicas, reforma tributária, reforma dos sistemas de previdência, reforma da legislação trabalhista etc.

Do ponto de vista econômico, nos anos 90, os governos conseguiram resultados importantes para a região com as reformas realizadas, com exceção do Equador, Paraguai e Colômbia. Em países como Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Panamá, a melhora nos indicadores macroeconômicos foi notável. Nesses países foram realizadas reformas voltadas para o mercado, além de processos de estabilização política e econômica. No entanto, apenas na Argentina, Chile, Costa Rica, El Salvador e Peru a recuperação na década de 1990 resultou em taxas de crescimento econômico que ultrapassaram ou, pelo menos, foram correspondentes aos dos anos 60 e 70 (LOAYZA, FAJNZYLBER; CALDERÓN, 2004).

Os impactos da globalização econômica sobre as economias em desenvolvimento da América Latina revelaram tendências diversas devidas às especificidades de cada país (KON, 2000). No geral, a América Latina conseguiu certa estabilidade econômica, permitindo a entrada de capital estrangeiro e um maior investimento de empresários locais nos setores

produtivos. No entanto, os resultados macroeconômicos não foram acompanhados por melhorias no histórico déficit social da região. Assim, pobreza e má distribuição de renda continuaram sendo marcas importantes da região. Esse cenário, acabou abrindo caminho para uma onda de ascensão de governos de esquerda<sup>27</sup> na região, os quais pautavam-se no discurso de que era fundamental priorizar uma agenda social para a redução das desigualdades, para a eliminação da pobreza e a ampliação dos direitos sociais.

Ainda, no ponto de vista econômico, a partir da década de 90, observou-se, um processo de integração econômica regional, sobretudo entre os países da América do Sul, com a formação de importantes blocos econômicos para a eliminação de barreiras alfandegárias e estabelecimento de tarifas comuns, como, por exemplo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), instituído em 1991, e, mais recentemente, o União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), instituído em 2008 (AZEVEDO, 2012).

Para compreendermos as condições da economia da região no período pós-anos 80 até anos recentes, bem como os impactos das reformas econômicas e institucionais adotadas pelos governos latino-americanos, demonstramos comparativamente, nos gráficos abaixo, alguns indicadores macroeconômicos da região retirados da base CEPALSTAT (base de dados da CEPAL).

Observando o Gráfico 5, a taxa média anual do PIB, a preços constantes de 2010, no período de 1990 a 2000 foi de 2,8%, enquanto que entre 2000 a 2010 foi de 3,5%, e entre 2010 e 2013 foi de 4,2%. A crise financeira internacional<sup>28</sup>, ocorrida em 2008, levou a uma queda brusca do PIB da região. Em 2009, o PIB da região foi de -1,2%, no entanto, o ano de 2010 foi marcado por uma forte recuperação que tem se mantido, porém em um ritmo menor. No geral, as taxas de crescimento do PIB a partir da década de 90 foram notadamente superiores as observadas na década de 80.

---

<sup>27</sup> O movimento de ascensão dos governos de esquerda na América Latina, começou na Venezuela, em 1998, com a eleição de Hugo Chávez. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a faixa presidencial no Brasil, e Nestor Kirchner, na Argentina. Em 2005, os bolivianos elegeram o primeiro presidente indígena, Evo Morales e, em 2007, Rafael Correia, assumiu a presidência no Equador.

<sup>28</sup> A crise financeira global, ocorrida em 2008, teve como principal causa “a virtual quebra de bancos norte-americanos como resultado do calote de hipotecas que, em um mercado financeiro crescentemente desregulamentado, puderam crescer sem verificação. [...] a turbulência, que no início estava limitada ao setor bancário, tornou-se uma crise econômica” (BRESSER-PEREIRA, p.07, 2009).

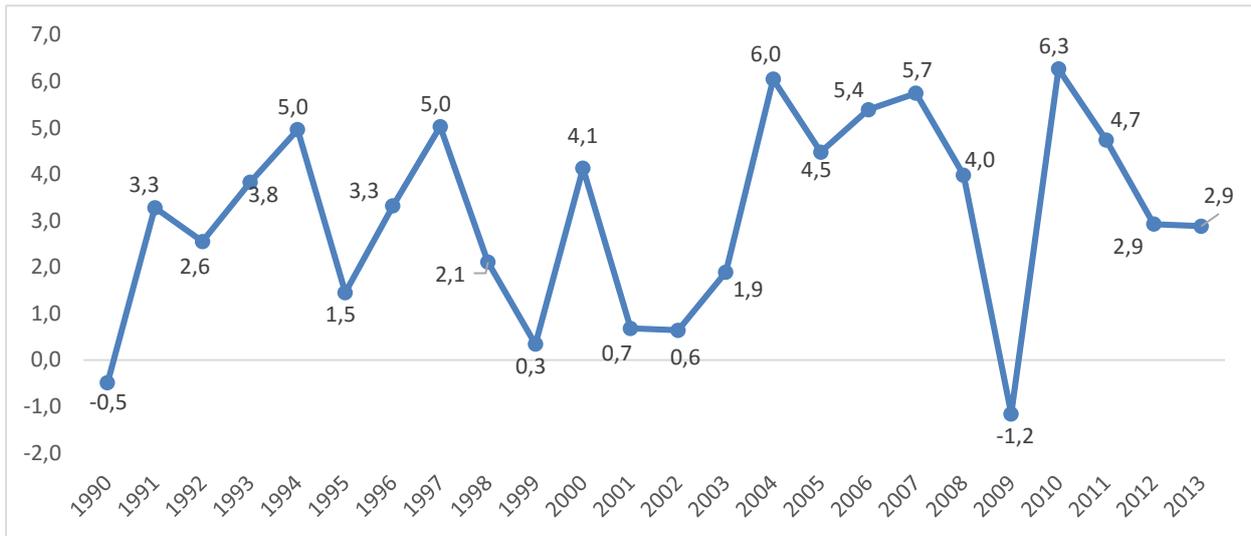


GRÁFICO 5 – Taxa de variação anual do PIB em dólares, a preços constantes de 2010, América Latina, 1990-2013. Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em relação ao PIB *per capita*, este acompanhou as tendências do PIB, mantendo-se em taxas estáveis a partir da década de 90. Observando, o Gráfico 6, a taxa média anual do PIB *per capita*, a preços constantes de 2010, no período de 1990 a 2000 foi de 1,1%, enquanto que entre 2000 a 2010 foi de 2,1%, e entre 2010 e 2013 foi de 3,0%. Observou-se brusca queda em 2009 (-2,4%), em decorrência da crise internacional já mencionada.

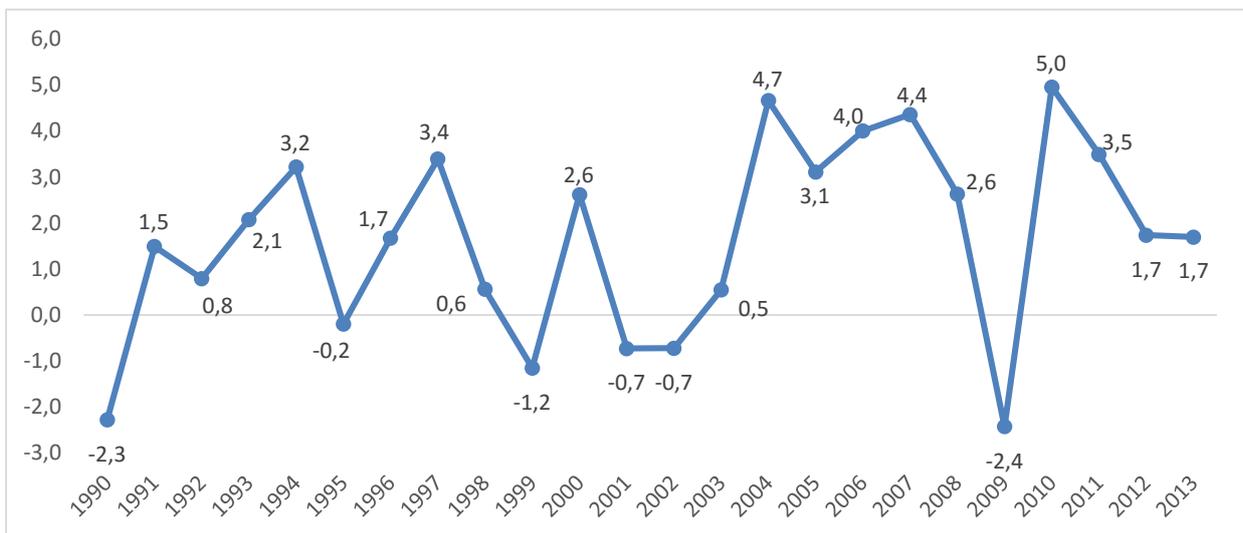


GRÁFICO 6 – Taxa de variação anual do PIB *per capita* em dólares, a preços constantes de 2010, América Latina, 1990-2013.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em relação ao desemprego na região, a taxa média manteve-se elevada durante toda a década de 90, apresentando níveis sustentados, apresentando queda a partir de meados da década de 2000. Observando, o Gráfico 7, as taxas médias de desemprego no período de 1990

a 2000 foi de 10,2%, enquanto que entre 2000 a 2010 foi de 8,9%, e entre 2010 e 2013 foi de 7,6%.

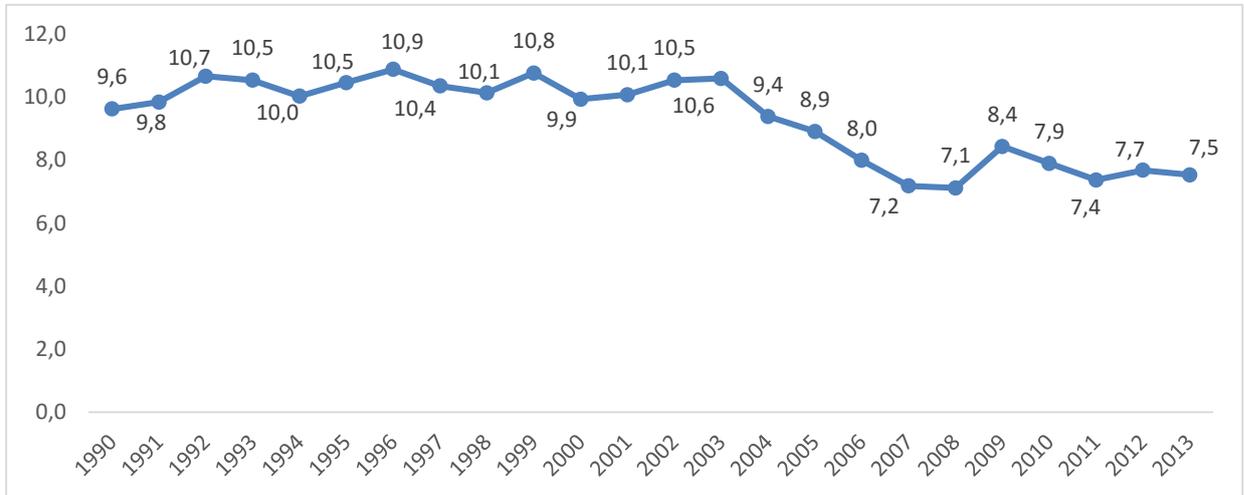


GRÁFICO 7 – Taxa média de desemprego urbano na América Latina, 1990-2013.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em relação a taxa de inflação, Gráfico 8, esta apresentou níveis elevados durante toda a década de 80 até meados da década de 90, apresentando posteriormente uma queda significativa, e mantendo-se a níveis mais baixos.

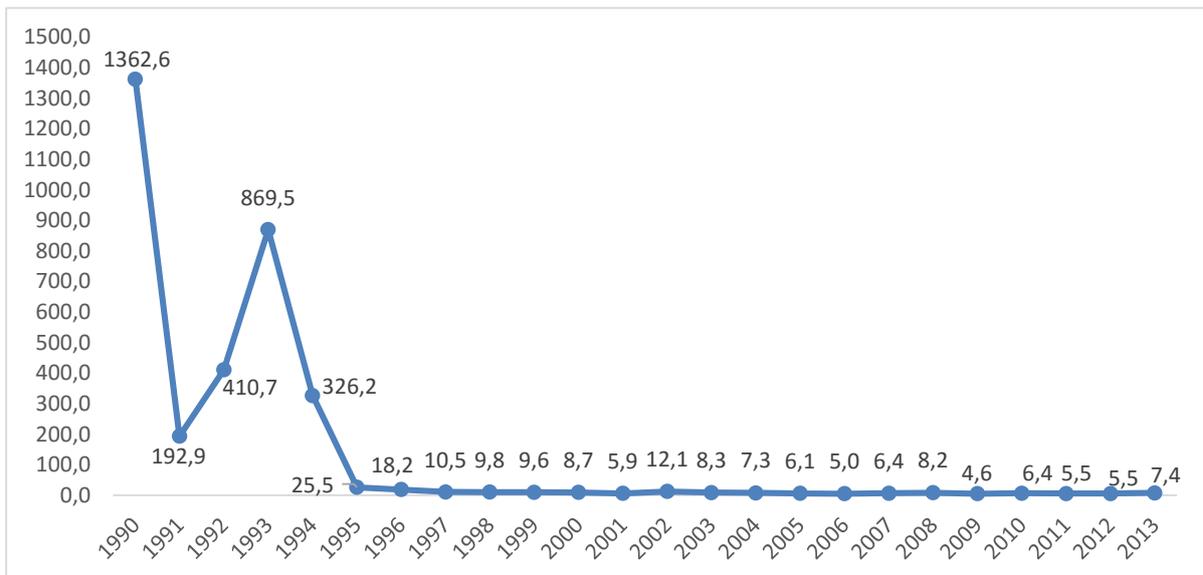


GRÁFICO 8 – Variação anual do índice de preços ao consumidor, América Latina, 1990-2013.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

A queda da taxa de inflação na América Latina, ocorreu devido as políticas de estabilização da inflação e políticas monetárias que alguns países da região adotaram a partir

do final dos anos 80 e durante toda a década de 90. O Brasil, por exemplo, adotou uma série de planos econômicos como o Plano Brasil Novo, Plano Cruzado, Plano Real *etc.*

#### 4.3 Características institucionais da América Latina

Os países da América Latina apresentam características institucionais diferenciadas entre si, apesar de existir um grau de semelhança entre alguns desses países. As características institucionais dos países sistematicamente exercem influência no comportamento dos atores políticos, uma vez que as regras e prerrogativas que regulam o processo de tomada de decisão política são organizadas constitucionalmente e distribuídas entre os atores e instituições.

Para melhor compreendermos como se caracteriza o desenho institucional dos países dessa região, apresenta-se no Quadro 1, um comparativo sobre algumas características do sistema político e eleitoral desses países.

Na região, prevalece o sistema presidencialista multipartidário, onde o presidente é, ao mesmo tempo, chefe de governo e chefe de estado, com exceção do Haiti cujo sistema é semipresidencialista, sendo o chefe do estado, o presidente, e o chefe de governo, o primeiro-ministro. Todos os países adotam como forma de governo<sup>29</sup> a República. No entanto, Cuba designa-se como socialista e a Venezuela como bolivariana, inspirada nos ideais de Simón Bolívar.

Com relação a estrutura (forma) do Estado, os países maiores, como Brasil, México, Argentina e Venezuela são Estados Federais, com pelo menos dois níveis de governos subnacional. Os outros países da região são caracterizados como Estados Unitários, com poder centralizado sobre todo o território, sem as limitações impostas por outra fonte do poder. O sistema eleitoral latino-americano é bastante diversificado. Isso ocorre devido as reformas constitucionais ocorridas nas últimas décadas:

A América Latina apresenta um quadro bastante diverso, em que prevalecem várias mudanças nos marcos jurídicos, a partir dos anos 80. Nada menos do que 11 países (Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela) promulgam novas Cartas Magnas ainda no século XX. Neste século, foi a vez de mais quatro fazerem a mudança (Bolívia, Colômbia, Equador e República Dominicana). E, mesmo quando não houve promulgação de novo texto, em todos os países aconteceram inúmeras reformas constitucionais e novos códigos e leis alterando os sistemas eleitorais e partidários (SAISI, 2011, p. 40).

---

<sup>29</sup>Na ciência política, chama-se forma de governo o conjunto de instituições políticas por meio das quais um Estado se organiza a fim de exercer o seu poder sobre a sociedade.

QUADRO 1 - Características Institucionais da América Latina

<b>País</b>	<b>Sistema político</b>	<b>Sistema eleitoral (Presidente)</b>	<b>Duração mandato (Presidente)</b>	<b>Estrutura do Estado</b>	<b>Poder legislativo</b>	<b>Tamanho do corpo legislativo</b>	<b>Voto</b>	<b>Possibilidade de reeleição</b>
<b>Argentina</b>	República Federativa	Maioria relativa* e segundo turno	4 anos	Federalismo	Bicameral	Câmara Alta – 72 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 6 anos). Câmara Baixa – 257 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos).	Obrigatório (com sanções)	Permite reeleição imediata
<b>Bolívia</b>	República Plurinacional	Maioria relativa** e segundo turno	5 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta – 36 membros (lista fechada sistema de representação proporcional, mandato de 5 anos). Câmara Baixa – 130 membros: 70 membros (voto majoritário em circunscrições uninominais, mandatos de 5 anos), 53 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 5 anos) e 07 membros (voto majoritário em circunscrições uninominais, mandato de 5 anos).	Obrigatório (com sanções)	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Brasil</b>	República Federativa	Maioria absoluta e segundo turno	4 anos	Federalismo	Bicameral	Câmara Alta – 81 membros (voto pluralidade em círculos plurinominais, mandato de 8 anos). Câmara Baixa – 513 membros (lista aberta, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos).	Obrigatório (com sanções)	Permite reeleição imediata
<b>Costa Rica</b>	República	Maioria relativa*** e segundo turno	4 anos	Unitarismo	Unicameral	57 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos).	Obrigatório (sem sanções)	Não permite reeleição em nenhuma hipótese
<b>Colômbia</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	4 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta – 102 membros (lista do partido, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos). Câmara Baixa – 166 membros (lista do partido, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos).	Facultativo	Permite reeleição imediata
<b>Chile</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	4 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta – 48 membros: 38 membros (lista fechada do partido, sistema majoritário) e 10 membros (designados) para mandato de 8 anos. Câmara Baixa – 120 membros (lista fechada do partido, sistema majoritário, mandato de 4 anos).	Facultativo ****	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Cuba</b>	República socialista	Eleição indireta	5 anos	Unitarismo	Unicameral	609 membros (maioria absoluta, mandato de 5 anos).	Facultativo	Permite reeleição indefinida

<b>Equador</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	4 anos	Unitarismo	Unicameral	124 membros. 15 membros (lista aberta, sistema de representação proporcional), 116 membros (voto majoritário em circunscrições uninominais) e 06 membros (maioria de votos em círculos plurinominais), para mandato de 4 anos.	Obrigatório (com sanções)	Permite reeleição imediata
<b>El Salvador</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	5 anos	Unitarismo	Unicameral	84 membros (sistema de lista aberta, representação proporcional, mandato de 3 anos).	Obrigatório (sem sanções)	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Guatemala</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	4 anos	Unitarismo	Unicameral	158 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos).	Facultativo	Não permite reeleição em nenhuma hipótese
<b>Haiti</b>	República semi-presidencial (com primeiro ministro)	Maioria absoluta e segundo turno	5 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta - 30 membros (voto da maioria absoluta, podendo haver segundo turno, mandato de 6 anos). Câmara Baixa - 99 membros (voto da maioria absoluta em círculos uninominais, mandato de 4 anos).	Facultativo	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Honduras</b>	República	Maioria simples sem segundo turno	4 anos	Unitarismo	Unicameral	128 membros (lista aberta, sistema de representação proporcional, mandato de 4 anos).	Obrigatório (sem sanções)	Não permite reeleição em nenhuma hipótese
<b>México</b>	República Federativa	Maioria simples sem segundo turno	6 anos	Federalismo	Bicameral	Câmara Alta – 128 membros: 96 membros (voto majoritário em círculos plurinominais) e 32 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional) para mandato de 6 anos. Câmara Baixa – 500 membros: 300 membros (voto majoritário em circunscrições uninominais), e 200 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional) para mandato de 3 anos.	Obrigatório (sem sanções)	Não permite reeleição em nenhuma hipótese
<b>Nicarágua</b>	República	Maioria relativa e segundo turno	5 anos	Unitarismo	Unicameral	92 membros: 90 membros (lista fechada sistema de representação proporcional) e 02 membros (reservados para o ex-presidentes) para mandato de 5 anos.	Facultativo	Permite reeleição apenas após intervalo

<b>República Dominicana</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	4 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta - 32 membros (voto majoritário em circunscrições uninominais, mandato: 4 anos). Câmara Baixa - 195 membros: 78 membros (lista aberta, sistema de representação proporcional), 05 membros (representação proporcional) e 07 membros (representação proporcional a nível provincial), mandato: 4 anos.	Obrigatório (sem sanções)	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Panamá</b>	República	Maioria simples sem segundo turno	5 anos	Unitarismo	Unicameral	71 membros: 45 membros (representação proporcional, lista aberta em círculos plurinominais) e 26 membros (voto pluralidade em círculos uninominais) para mandato de 5 anos.	Obrigatório (sem sanções)	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Paraguai</b>	República	Maioria simples sem segundo turno	5 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta - 45 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 5 anos). Câmara Baixa - 80 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 5 anos).	Obrigatório (com sanções)	Não permite reeleição em nenhuma hipótese
<b>Peru</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	5 anos	Unitarismo	Unicameral *****	130 membros (representação proporcional, lista aberta em círculos plurinominais, mandato de 5 anos).	Obrigatório (com sanções)	Permite reeleição imediata
<b>Uruguai</b>	República	Maioria absoluta e segundo turno	5 anos	Unitarismo	Bicameral	Câmara Alta - 31 membros: 30 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional) e 01 membro (preenchido <i>ex officio</i> ) para mandato de 5 anos. Câmara Baixa - 99 membros (lista fechada, sistema de representação proporcional, mandato de 5 anos).	Obrigatório (com sanções)	Permite reeleição apenas após intervalo
<b>Venezuela</b>	República Bolivariana	Maioria simples sem segundo turno	6 anos	Federalismo	Unicameral *****	165 membros: 110 membros (maioria de votos), 52 membros (representação proporcional) e 03 membros (reservados para povos indígenas) para mandato de 5 anos.	Facultativo	Permite reeleição imediata

Fonte: Elaborado pela pesquisadora de acordo com dados dos sites *Political Data Base Of Americas (Georgetown University)*, *Election Guide (USAID)*, *Legislativa e de Saisi (2011)*.

\* Com pelo menos 45% dos votos válidos ou 40% dos votos válidos com uma vantagem de 10% sobre o segundo.

\*\* Ou ter obtido um mínimo de 40% dos votos válidos com uma diferença de pelo menos 10%.

\*\*\* Com 40% dos votos válidos.

\*\*\*\* A partir de 2012.

\*\*\*\*\* Foi bicameral até 1993.

\*\*\*\*\* Foi bicameral até 1999.

A eleição para presidente nos países da região se dá pelo voto direto e secreto, com exceção de Cuba, onde a eleição é indireta sendo o presidente eleito pela Assembleia Nacional do Poder Popular. Em alguns países o voto é facultativo, sendo na maioria deles obrigatório, com sanções ou não. O quórum de votação varia entre maioria simples, absoluta ou relativa com ou sem segundo turno e o mandato presidencial varia de 4 a 6 anos.

Em relação a possibilidade de reeleição do presidente, países como a Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Paraguai não permitem reeleição presidencial em nenhuma hipótese. Em contrapartida, Cuba permite a reeleição indefinida. Em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, é permitida a reeleição imediata, sem intervalos como ocorre na Bolívia, Chile, El Salvador, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Uruguai.

Na América Latina, o tipo de cameralismo é balanceado, os países dividem-se igualmente entre o unicameralismo e o bicameralismo (Câmara de Deputados e Senado). No entanto, o número de membros que compõem as duas casas, o quórum de votação e a duração do mandato é bem diversificada, porém, observa que o legislativo latino-americano é em sua maioria eleito pelo sistema proporcional.

Independentemente do tipo de cameralismo adotado (uma ou duas casas), os parlamentares em todos os países da América Latina podem ser reeleitos, ainda que em alguns países não o possam de modo imediatamente consecutivo, havendo necessidade de um intervalo, como é o caso da Costa Rica e México.

Outra característica importante do desenho institucional latino-americano é o seu sistema partidário fragmentado, que possibilita a ocorrência de governos minoritários, majoritários ou de coalizão. Em estudo produzido por Gallagher (2015)<sup>30</sup> sobre sistemas eleitorais, os dados demonstram que entre os países latino-americanos, o Brasil possui o legislativo mais fragmentado com um número efetivo de partidos (NEP)<sup>31</sup> de 13,22 (2014), seguido pela Argentina e Colômbia, com NEP de 7,50 (2013) e 5,69 (2010), respectivamente. Os menos fragmentados da região são Nicarágua, Bolívia e Venezuela, com NEP de 1,80 (2011), 1,91 (2014) e 1,97 (2010), respectivamente.

---

<sup>30</sup> Michael Gallagher é cientista político do Departamento de Ciência Política, da *University of Dublin*, e publica anualmente base de dados de índices eleitorais, como o NEP, em mais de 132 países e eleições.

<sup>31</sup> O número efetivo de partidos (NEP) foi criado no final de 1970 por Markku Laakso e Rein Taagepera como uma medida da fragmentação do sistema partidário. Ele baseia-se numa medida de fracionalização proposta, em 1968, por Douglas Rae.

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa utilizou uma abordagem empírico-analítica com corte transversal agrupado (*pooled cross-section*), pois agrupa cortes transversais em diferentes anos de forma a assumir tanto características transversal quanto de séries temporais (WOOLDRIDGE, 2011).

### 5.2 Amostra

A amostra da pesquisa foi retirada da base de dados do *Polity IV Project*<sup>32</sup>, do CEPALSTAT da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), do *World Development Indicators* do Banco Mundial, no nível de país, e do *survey* Latinobarômetro, no nível de indivíduo. O Latinobarômetro é uma pesquisa de opinião pública anual que representa as opiniões, atitudes, comportamentos e valores dos cidadãos latino-americanos, proporcionando melhor compreensão dos problemas políticos, econômicos e sociais de cada país e da região, além da compreensão dos fenômenos sociais.

As pesquisas são desenvolvidas pela *Corporación Latinobarómetro*, uma Organização Não-Governamental cuja sede fica em Santiago, no Chile. A pesquisa realizada, através de questionários, é realizada desde 1995 na Espanha e em 18 (dezoito) países da América Latina e versa sobre variados temas como: desenvolvimento da democracia, percepção da economia, da sociedade, atitudes públicas, política, cultura política, confiança, valores, comportamentos *etc.*

Nessa pesquisa propomos a análise de 18 (dezoito) países latino-americanos constantes na base de dados do Latinobarômetro: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, República Dominicana e Venezuela<sup>33</sup>.

O período de análise estabelecido para esta pesquisa foi de 1995 a 2013<sup>34</sup>, considerando que este foi o período em que se encontraram dados disponíveis na base de

---

<sup>32</sup> O *Polity IV Project* é um projeto de pesquisa quantitativa em organizações políticas governamentais conduzido pelo European Data Center for Work and Welfare (EDAC)<sup>32</sup>.

<sup>33</sup> A pesquisa é realizada em quase todos os países da América Latina, com exceção de Cuba e Haiti.

<sup>34</sup> Segundo a *Corporación Latinobarómetro*, por questões de logística, nos anos de 1999 e 2012 o *survey* não foi realizado.

dados da Organização, e que representa uma amostra significativa de sujeitos e suficiente para a realização dos testes empíricos.

No período de 1995 a 2013, nos 18 países selecionados, foram observadas 75 eleições, uma média de 4,4 eleições por país. A Tabela 1 apresenta o número de eleições presidenciais que foram realizadas em cada país no período de tempo desta análise.

TABELA 1 – Número de Eleições Presidenciais no Período de 1995-2013, na América Latina

Países	Anos	Nº de Eleições Presidenciais
Argentina	1995, 1999, 2003, 2007, 2011	05
Bolívia	1997, 2002, 2005, 2009	04
Brasil	1998, 2002*, 2006*, 2010*	04
Costa Rica	1998, 2002*, 2006, 2010	04
Colômbia	1998*, 2002, 2006, 2010*	04
Chile	1999*, 2005, 2009, 2013*	04
Equador	1996*, 1998*, 2002*, 2006*, 2009, 2013	06
El Salvador	1999, 2004, 2009	03
Guatemala	1995*, 1999*, 2003*, 2007*, 2011*	05
Honduras	1997, 2001, 2005, 2009, 2013	05
México	2000, 2006, 2012	03
Nicarágua	1996, 2001, 2006, 2011	04
República Dominicana	1996*, 2000, 2004, 2008, 2012	05
Panamá	1999, 2004, 2009	03
Paraguai	1998, 2003, 2008, 2013	04
Peru	1995, 2000*, 2001*, 2006*, 2011*	05
Uruguai	1999*, 2004, 2009*	03
Venezuela	1998, 2000, 2006, 2013	04
<b>Total</b>		<b>75</b>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em informações da *International Foundation for Electoral Systems (IFES)* e do *Political Data Base Of Americas*.

\* Eleições com segundo turno.

O tamanho da amostra da pesquisa Latinobarômetro variou ao longo dos anos de coleta. Isso porque a coleta das informações é realizada por várias empresas que são contratadas em cada país para realizar essa coleta.<sup>35</sup> No entanto, as metodologias utilizadas

<sup>35</sup> As empresas contratadas para a coleta das informações no Brasil foram a *CBPA Mori*, em 1995 e 1996, a *Vox Populi*, em 1997, e a partir de 1998, a coleta dos no país foi conduzida pelo *Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)*. Na Argentina, as empresas contratadas foram a *Mori Argentina*, de 1995 a 2004 e, a partir de 2005 a *IPSOS Argentina*. Na Bolívia, as empresas contratadas foram a *Encuestas y Estudios*, em 1996, a *Equipos Mori Consultores*, em 1997, 1998, 2001, 2003-2011, a *Apoyo, Opinión y Mercado*, em 2000 e 2002. No Chile, a empresa contratada foi a *Mori Chile*, que realizada a coleta desde 1995. Na Colômbia, as empresas contratadas foram a *Yankelovich Partners*, de 1996 a 2002, a *Yanhaas*, em 2003 e, o Centro Nacional de Consultoria, a partir de 2004. Na Costa Rica, as empresas contratadas foram a *Borge y Asociados*, de 1995 a 1996, a *CEOP*, de 1998 a 2000 e, a *CID GALLUP*, a partir de 2001. No Equador, as empresas contratadas foram a *Informe Confidencial*, de 1996 a 2001 e, a *Apoyo, Opinión y Mercado*, a partir de 2002. Em El Salvador, as empresas contratadas foram a *Borges y Asociados*, de 1996 a 1997, a *CEOP*, de 1998 a 2000 e, a *CID GALLUP*, a partir de 2001. Na Guatemala, as empresas contratadas foram a *Borges y Asociados*, de 1996 a 1997, a *CEOP*, de 1998 a 2000 e, a *CID GALLUP*, a partir de 2001. Em Honduras, as empresas contratadas foram a *Borges y Asociados*, de 1996 a 1997, a *CEOP*, de 1998 a 2000 e, a *CID GALLUP*, a partir de 2001. No México, as empresas foram a *Mori MÉXICO*, de 1995 a 2000, a *Mund Americas*, a partir de 2001. Na Nicarágua, as empresas contratadas foram a *Borges y Asociados*, de 1996 a 1997, a *CEOP*, de 1998 a 2000 e, a *CID GALLUP*, a partir de 2001. No Panamá, as empresas contratadas foram a *Borges y Asociados*, de 1996 a 1997, a *CEOP*, de

são uniformes e estabelecidas pela *Corporación Latinobarómetro*. A seleção dos entrevistados e o tamanho amostral por país foi definido por etapas, sendo que o tipo de seleção utilizada é a aleatória simples com sorteio domiciliar ou por cotas de sexo ou idade. Na Tabela 2 estão relacionadas o número de amostras por ano e número de países que serão trabalhadas no banco de dados.

TABELA 2 – Número de Amostra e Países Observados Por Ano

<b>Ano</b>	<b>Número de Amostra</b>	<b>Nº de Países da Amostra</b>
1995	9.069	08
1996	18.719	17
1997	17.767	17
1998	17.839	17
2000	18.038	17
2001	18.135	17
2002	18.522	17
2003	18.638	17
2004	19.605	18
2005	20.222	18
2006	20.232	18
2007	20.212	18
2008	20.204	18
2009	20.204	18
2010	20.204	18
2011	20.204	18
2013	20.204	18
<b>Total da Amostra</b>	<b>318.018</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Latinobarómetro 1995-2013.

Na Tabela 3 estão relacionadas o número de observações (amostra) por país. No total temos um N = 318.018 para 18 (dezoito países) e para um período de 17 (dezesete) anos.

---

1998 a 2000 e, a CID GALLUP, a partir de 2001. No Paraguai, a empresa contratada foi a Equipo Mori Consultores, que realiza a coleta desde 1995. No Peru, a empresa contratada foi a *Apoyo, Opinión y Mercado*, desde 1995. Na República Dominicana, as empresas contratadas foram a *ESA Consultores*, em 2002 e, a CID GALLUP, a partir de 2004. No Uruguai, a empresa contratada foi a *Equipo Mori Consultores*, que realiza a coleta desde 1995. Na Venezuela, a empresa contratada foi a *Doxa Instituto de Pesquisa*, que realiza a coleta desde 1995.

TABELA 3 – Número de Amostra Por País

<b>Países</b>	<b>Nº da Amostra</b>
Argentina	20.395
Bolívia	17.760
Brasil	19.317
Chile	20.393
Colômbia	19.201
Costa Rica	15.999
El Salvador	16.066
Equador	19.200
Guatemala	15.998
Honduras	16.016
México	20.664
Nicarágua	16.067
Panamá	16.057
Paraguai	14.966
Peru	19.818
República Dominicana	9.000
Uruguai	20.401
Venezuela	20.700
<b>Total</b>	<b>318.018</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Latinobarômetro 1995-2013.

Pode-se observar pela Tabela 2 e 3, que o banco de dados pode ser considerado uma espécie de “pseudo” painel desbalanceado, visto que cada unidade (país) e ano tem um número diferente de observações e, que em todos os anos da pesquisa diferentes indivíduos são entrevistados.

A amostra final utilizada nas análises foi de 135.634 indivíduos que responderam na intenção de votos a preferência pelo partido no poder ou pelo partido de oposição em 18 países.

A escolha da América Latina deu-se pelo fato de que os estudos em democracias recentes e com economias instáveis, como são caracterizados os países dessa região, ainda são relativamente poucos se comparados a gama de estudos que os países com democracia consolidada e economia estável e, “entre os poucos [estudos] que existem, a maioria deles se concentram em momentos de crise econômica” (VEIGA, 2013, p. 02).

A América Latina caracteriza-se como uma região de história política, econômica e social muito específica, caracterizada por grande volatilidade econômica, instabilidades institucionais e grandes mudanças nos modelos de desenvolvimento. Durante a década de 1980 e meados da década de 1990 os países latino-americanos vivenciaram um contexto de transformações políticas e econômicas. Foi durante esse período que a maioria dos países latino-americanos abandonaram seus regimes autoritários e se (re)democratizaram e, no aspecto econômico, enfrentaram crises e instabilidades com forte estagnação econômica, retração da produção, concentração de renda e riqueza, alta de preços, elevadas taxas de desemprego, deterioração nos salários reais dos trabalhadores, colapso do emprego formal e

baixo crescimento econômico, advindas do esgotamento do modelo de desenvolvimento e intervenção do Estado adotado pelos países da região e da crise fiscal.

### 5.3 Variáveis da pesquisa

A escolha das variáveis que compuseram o (s) modelo (s) foram feitas baseadas na literatura e nas análises já realizadas para a região, as quais já foram discutidas nas subseções 2.4.2 e 2.4.3 do Capítulo 2 deste trabalho, contanto que estivessem disponíveis nas bases de dados e repetidas em todos os anos analisados.

#### 5.3.1 Variável dependente

Nos estudos sobre Voto Econômico, tanto em países com democracias avançadas e democracias recentes, as análises utilizam-se de dados tanto a nível agregado quanto a nível subjetivo. No entanto, os estudos com dados subjetivos não são tão comuns, e as variáveis dependentes frequentemente encontradas são a popularidade ou a intenção de voto. (LEWIS-BECK; STEGMAIER, 2000, 2008).

Para esta pesquisa, selecionaremos a intenção de voto como variável dependente. A escolha dessa variável deu-se por sua recorrência em todos os anos estudados e pela disponibilidade no banco de dados. A intenção de voto, na base de dados do Latinobarômetro, é medida utilizando-se a preferência dos indivíduos por um partido. O Quadro 2 apresenta como a variável dependente foi perguntada e a forma como deveria ser respondida no *survey* Latinobarômetro de 1995 a 2013.

QUADRO 2 – Variável Dependente: Intenção de Voto

Pergunta dos Questionários <sup>36</sup>	Respostas Possíveis
Se domingo tivessem eleições, em qual partido você votaria?	Partidos políticos dos países Não tem idade legal/ não vota/ não se aplica Vota nulo/Branco Vota por pessoas, não por partidos Não respondeu/ recusou/ não sabe Voto secreto

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Questionário do Latinobarômetro 1995-2013.

Como a variável dependente “intenção de voto” possui um grande número de categorias, visto que os países latino-americanos se caracterizam como sendo um sistema

<sup>36</sup> A pergunta no questionário de 1998 para a intenção de voto foi: “se amanhã tivessem, eleições, em qual partido você votaria?”.

multipartidário com uma média de 30 partidos políticos por país, optou-se por recategorizar a variável, classificando-a como partido (ou coalizão) no poder e partido (ou coalizão) de oposição. Para essa classificação foi realizado um levantamento<sup>37</sup> dos partidos (ou coalizões) que estiveram no poder durante todo o período de 1995 a 2013. As demais categorias não agrupadas (Não tem idade legal/ não vota/ não se aplica; Vota nulo/Branco; Vota por pessoas, não por partidos; Não respondeu/ recusou/ não sabe e Voto secreto) foram considerados como dados ausentes (*missing*).

Pode-se argumentar que o uso da variável “intenção de voto” poderá ocasionar erros de mensuração, pois porque dependendo do momento da coleta da pesquisa o cenário da disputa eleitoral pode ainda não está consolidado. No entanto, argumentamos que a variável “intenção de voto” indica uma preferência do eleitor e não um comportamento. No que se refere ao problema de memória dos eleitores quanto a responsabilização dos governantes, Benton (2003), argumenta que a memória econômica dos eleitores latino-americanos é de longo prazo devido aos vinte anos de instabilidade vivenciados entre as décadas de 1980 e 1990.

Eu argumento que graças às recorrentes crises econômicas ao longo dos últimos 20 anos, os latino-americanos têm desenvolvido longas, sofisticadas memórias econômicas. Mais de um partido tem exposto os cidadãos a dificuldades, e os eleitores esperam punir vários partidos nas urnas. Embora o declínio econômico de longo prazo tenha levado os cidadãos a questionar as capacidades dos governos eleitos para atender suas necessidades, as preocupações econômicas afetam o comportamento eleitoral de acordo com o contexto eleitoral. Quando os arranjos políticos-institucionais permitem a entrada e sobrevivência de vários partidos no sistema, os eleitores adotam prazos mais longos ao escolher os partidos nas votações (BENTON, 2003, p. 418).<sup>38</sup>

Assim, conforme o argumento de Benton (2003), os eleitores seriam capazes de responsabilizar os partidos incumbentes, e também, os partidos não incumbentes estabelecidos no sistema partidário, pelas crises econômicas sofridas pelo país, caso tal partido tenha ocupado a presidência durante esse período.

---

<sup>37</sup> Levantamento realizado através de dados dos sites *Political Data Base of Americas (Georgetown University)* e *Election Guide (USAID)*.

<sup>38</sup> “I argue that thanks to recurrent economic crisis over the past 20 years, Latin Americans have developed long, sophisticated economic memories. More than one party has exposed citizens to hardship, and voters hope to punish multiple parties at the polls. Although long-term economic decline has led citizens to question the capacities of elected governments to meet public needs, economic concerns affect voting behavior according to electoral context. When political institutional arrangements allow the entry and survival of multiple parties in systems, voters adopt longer time frames when choosing among parties at the polls” (BENTON, 2003, p.418).

### 5.3.2 Variáveis independentes

Para essa pesquisa selecionamos como variáveis independentes, variáveis comumente utilizadas na literatura para esse tipo de estudo. Serão incluídas, assim, variáveis que indicam a percepção dos eleitores sobre as condições econômicas nacionais e individuais. O Quadro 3 apresenta as variáveis que demonstram como os eleitores avaliam as condições econômicas do país e sua situação econômica individual.

QUADRO 3 – Variáveis Independentes: Percepção Econômica

Pergunta dos Questionários <sup>39</sup>	Respostas Possíveis	Tipo de Percepção
Você considera que a atual situação econômica do país está melhor, um pouco melhor, a mesma, um pouco pior ou muito pior do que há 12 meses?	Muito Melhor, Um Pouco Melhor, A Mesma, Um Pouco Pior, Muito Pior, Não Sabe, Não Respondeu.	Visão Sociotrópica Retrospectiva
E nos próximos 12 meses, você acha que, em geral, a situação econômica de seu país será muito melhor, um pouco melhor, a mesma, um pouco pior ou muito pior do que agora?	Muito Melhor, Um Pouco Melhor, A Mesma, Um Pouco Pior, Muito Pior, Não Sabe, Não Respondeu.	Visão Sociotrópica Prospectiva
Você considera que a sua situação econômica e da sua família está muito melhor, um pouco melhor, quase igual, um pouco pior ou muito pior do que há 12 meses atrás?	Muito Melhor, Um Pouco Melhor, A Mesma, Um Pouco Pior, Muito Pior, Não Sabe, Não Respondeu.	Visão Egotrópica Retrospectiva
E nos próximos 12 meses, você acha que a sua situação econômica e da sua família será muito melhor, um pouco melhor, quase igual, um pouco pior ou muito pior do que a que tem hoje?	Muito Melhor (1), Um Pouco Melhor (2), A Mesma (3), Um Pouco Pior (4), Muito Pior (5), Não Sabe (8), Não Respondeu (0)	Visão Egotrópica Prospectiva

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Questionário do Latinobarômetro 1995-2013.

Além das variáveis de percepção econômica serão incluídas, também, variáveis macroeconômicas como o PIB *per capita*, taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego e a taxa de inflação. A importância da inclusão dessas variáveis no modelo está na literatura já discutida no Capítulo 2. Essas variáveis macroeconômicas serão coletadas na base de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do *World Development Indicators*, base de dados do Banco Mundial.

Serão incluídas, ainda, variáveis sociodemográficas como sexo, renda, escolaridade, estado civil, idade e religião, bem como, auto-posicionamento ideológico do eleitor, satisfação

<sup>39</sup> A pergunta nos questionários de 1995 a 2000 para a percepção da visão sociotrópica atual foi: “você considera a situação econômica atual do país melhor, igual ou pior do que há doze meses? ”. Para a visão sociotrópica prospectiva foi: “e nos próximos 12 meses, você acha que, em geral, a situação econômica de seu país será melhor, igual ou pior do que agora? Para a visão sociotrópica retrospectiva foi: “você considera que sua situação econômica e de sua família é melhor, igual ou pior do que dozes meses atrás? ” E para a visão egotrópica prospectiva foi: “e nos próximos 12 meses, você acha que a sua situação econômica e da sua família será melhor, igual ou pior do que a que tem hoje? ”. A pergunta no questionário de 2011 para a visão sociotrópica prospectiva foi: “como crê que será a situação econômica do país daqui a três anos? ”.

com a democracia e apoio a democracia (Quadro 4), que também, com base na literatura, demonstraram-se importantes para estudos desse tipo. Todas essas variáveis constam no Latinobarômetro 1995-2013.

QUADRO 4 – Variáveis Independentes: Sociodemográficas (Sexo, Escolaridade, Estado Civil, Idade, Religião)

Pergunta dos Questionários	Respostas Possíveis
Sexo do entrevistado	Masculino, Feminino.
Qual a sua idade?	As respostas variam de 15 a 99 anos
Qual a sua religião?	Adventista, Culto Afro-Americano, Umbanda, etc., Agnóstico, Ateu, Acredita, mas não pertence a nenhuma igreja, Católica, Christian, Evangélica Batista, Evangélica Metodista, Evangélica Pentecostal, Evangélico sem especificações, Testemunha de Jeová, Judaica, Mórmon, Protestante, Espírita, Espírita / Kardecista, Não Sei, Nenhuma, Outras, Nenhuma resposta/ Recusada/Sem resposta.
Qual o seu estado civil?	Casado/Vive com o parceiro, Solteiro, Divorciado/Separado, Não sabe/Não respondeu.
Qual a sua escolaridade?	Analfabeto, Primário incompleto, Primário completo, Ensino médio completo/Técnico, Ensino médio incompleto/Técnico, Ensino superior incompleto, Ensino superior completo, Não sabe, Não respondeu/Recusada, Não aplicável, Não perguntada.
Na política fala-se normalmente em “esquerda” e “direita”. Numa escala onde “0” é a esquerda e “10” a “direita”, onde você se posicionaria?	Escala de “0” a “10”, valores mais próximos a “0” correspondem a “esquerda”, valores mais próximos a “10” correspondem a direita. Nenhuma, Não sabe, Não sabe/Não respondeu.
O salário que você recebe e a renda total de sua família permite que você cubra suas necessidades de forma satisfatória? Qual das seguintes afirmações descreve a sua situação?	É suficiente e conseguimos economizar, É suficiente e nós não temos problemas, Não é suficiente e temos problemas, Não é suficiente e temos grandes problemas, Não sabe, Não respondeu.
Em geral, você diria que está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia?	Muito satisfeito, Um pouco satisfeito, Não muito satisfeito, Insatisfeito.
Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?	Democracia é preferível do que qualquer outro tipo de governo, Para pessoas como eu, não importa se temos uma democracia, Sob algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser melhor, Não sabe/não respondeu/ Recusou.

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Questionário do Latinobarômetro 1995-2013.

Tendo em vista que os países da América Latina apresentam uma engenharia institucional diferenciada entre si e, que estas podem modificar a avaliação do eleitor sobre o estado da economia, serão inseridas algumas variáveis que caracterizem o desenho institucional dos países latino-americanos. As variáveis pertinentes ao desenho institucional dos países foram coletadas nos sites da *Political Data Base Of Americas* desenvolvido pela *Georgetown University*, do *Election Guide* desenvolvido pela *Internacional Foundation For Electoral Systems/USAID* e de Saisi (2011).

Ainda, na caracterização do desenho institucional foi incluída a variável “longevidade democrática” coletada do banco de dados *Polity IV Project*. A estabilidade

democrática é parte recorrente do debate acadêmico sobre as instituições políticas da região e continua a fazer parte das preocupações da Ciência Política. A variável “longevidade democrática” é medida pelo número de anos desde a mais recente mudança de regime ou o fim de um período de transição definido pela falta de instituições políticas estáveis.

#### 5.4 Plano de análise

Os dados examinados tinham uma estrutura multinível composta por indivíduos (nível 1) e países (nível 2). Para descrever e apresentar as variáveis ao nível do indivíduo e do país foram utilizadas frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas, e média e desvio padrão para as variáveis quantitativas. A distribuição do percentual da preferência pelo partido que está no poder, assim como, da preferência pelo partido de oposição foi comparada entre as demais variáveis categóricas utilizando tabela de contingência. Já para verificar o comportamento do percentual da preferência pelo partido que está no poder entre as variáveis quantitativas foram utilizados diagramas de dispersão com alisamentos via LOWESS (CLEVELAND, 1981).

Para comparar a percepção econômica entre os países foram utilizadas tabelas de contingências, teste qui-quadrado (AGRESTI; KATERI, 2011) e mapas perceptuais via análise de correspondência (HAIR et al., 2009).

O banco de dados apresenta uma estrutura multinível, com variáveis ao nível do indivíduo e variáveis ao nível do país, sendo que ao nível do país temos variáveis tempo-dependentes e outras fixas no tempo. As estruturas hierárquicas ou múltiplas estruturas de agrupamento em respostas binárias são frequentemente encontradas e devem ser devidamente tratadas, uma vez que violam o pressuposto básico de independência das observações. Como os agrupamentos ocorrem pelos países, pressupõem-se que existe alguma correlação entre as respostas dos indivíduos do mesmo país, enquanto que não exista nenhuma correlação entre as respostas de indivíduos de países diferentes.

Dessa forma, para verificar o efeito das variáveis ao nível do indivíduo e ao nível do país sobre a intenção de votos, foram realizados dois modelos, o primeiro, uma regressão logística (AGRESTI; KATERI, 2011) com erros padrões cluster-robustos (STOCK; WATSON, 2006), e posteriormente, regressão logística com efeitos aleatórios normalmente distribuídos no intercepto e nas inclinações (FITZMAURICE, et al, 2011), a fim de ajustar o melhor modelo aos dados.

A regressão logística com erros padrão cluster-robusto permitirá realizar inferências não condicionais aos países. Logo, as interpretações do modelo serão feitas para toda a população. Já na regressão logística com efeitos aleatórios no intercepto e inclinações, as interpretações serão condicionais aos países, ou seja, específicas para cada país.

Foram consideradas além do tempo, 13 variáveis independentes ao nível do indivíduo e 09 variáveis ao nível do país nos modelos ajustados. Por inviabilidade computacional, os efeitos aleatórios nas inclinações foram inseridos por vez sobre os modelos completos. Para testar a significância do efeito aleatório foi realizado o teste da razão de verossimilhança (CASELLA; BERGER, 2001).

Para verificar a qualidade do ajuste foram calculados os pseudo- $R^2$  (NAGELKERKE, 1991) e área sobre a curva ROC (ALTMAN; BLAND, 1994). Já a multicolinearidade foi verificada pela estatística GVIF (fator de inflação de variância generalizada) (FOX, 1997). Todas as análises foram realizadas no software R (versão 3.2.2).

## 6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

### 6.1 Identificação e descrição dos potenciais fatores associados a intenção de voto no partido que está no poder (objetivo *a* do estudo)

As Tabelas 4 a 6 descrevem de forma univariada os potenciais fatores associados a intenção de voto no partido que está no poder. A Tabela 7 descreve de forma bivariada a relação não ajustada existente entre os potenciais fatores e a intenção de voto no partido que está no poder, enquanto a Tabela 8 e os Gráficos 9 e 10 complementam as análises.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos participantes do estudo por país e ano:

TABELA 4 - Distribuição de indivíduos por país e ano

Variáveis	Categorias	N	%
País (n=135.634)	Argentina	8.386	6,18%
	Bolívia	6.713	4,95%
	Brasil	8.457	6,24%
	Chile	9.242	6,81%
	Colômbia	7.575	5,58%
	Costa Rica	5.794	4,27%
	Equador	7.419	5,47%
	El Salvador	6.855	5,05%
	Guatemala	5.268	3,88%
	Honduras	7.639	5,63%
	México	10.351	7,63%
	Nicarágua	6.539	4,82%
	Panamá	6.279	4,63%
	Paraguai	7.425	5,47%
	Peru	6.891	5,08%
República Dominicana	5.598	4,13%	
Uruguai	10.632	7,84%	
Venezuela	8.571	6,32%	
Ano (n=135.634)	1995	4.537	3,35%
	1996	9.586	7,07%
	1997	8.118	5,99%
	1998	9.604	7,08%
	2000	1.056	0,78%
	2001	8.222	6,06%
	2002	1.570	1,16%
	2003	7.979	5,88%
	2004	1.876	1,38%
	2005	10.355	7,63%
	2006	10.764	7,94%
	2007	10.054	7,41%
	2008	10.353	7,63%
	2009	9.970	7,35%
	2010	10.205	7,52%
2011	10.412	7,68%	
2013	10.973	8,09%	

Como se observa na Tabela 4, o país que apresentou o menor tamanho amostral foi a Guatemala, com 5.268 indivíduos, enquanto que o país que apresentou o maior tamanho amostral foi o Uruguai, com 10.632 indivíduos. O ano que apresentou o menor tamanho amostral foi 2000, com 1.056 indivíduos, enquanto que o ano que apresentou o maior tamanho amostral foi 2013, com 10.973 indivíduos.

A Tabela 5 apresenta o perfil dos indivíduos participantes da análise.

TABELA 5 - Descrição das variáveis ao nível do indivíduo

Variáveis	Categorias	continua	
		N	%
Sexo (n=135.611)	Feminino	66.579	49,10%
	Masculino	69.032	50,90%
Intenção voto partido (n=135.634)	Partido (ou coalizão) no poder	52.782	38,92%
	Partido (ou coalizão) de oposição	82.852	61,08%
Visão Sociotrópica Retrospectiva (n=124.399)	Muito pior	10.732	8,63%
	Pior	13.965	11,23%
	Um pouco pior	20.468	16,45%
	Quase a mesma	24.932	20,04%
	Mesma	21.195	17,04%
	Um pouco melhor	24.168	19,43%
	Melhor	4.860	3,91%
Visão Sociotrópica Prospectiva (n=126.169)	Muito pior	8.379	6,64%
	Pior	9.658	7,65%
	Um pouco pior	15.157	12,01%
	Quase a mesma	26.286	20,83%
	Mesma	18.341	14,54%
	Um pouco melhor	32.132	25,47%
	Melhor	8.461	6,71%
Visão Egotrópica Retrospectiva (n=124.271)	Muito pior	4.804	3,87%
	Pior	9.332	7,51%
	Um pouco pior	14.974	12,05%
	Quase a mesma	31.109	25,03%
	Mesma	25.439	20,47%
	Um pouco melhor	26.938	21,68%
	Melhor	6.627	5,33%
Visão Egotrópica Prospectiva (n=120.073)	Muito pior	3.714	3,09%
	Pior	3.828	3,19%
	Um pouco pior	8.884	7,40%
	Quase a mesma	2.7041	22,52%
	Mesma	15.549	12,95%
	Um pouco melhor	38.297	31,89%
	Melhor	11.137	9,28%
Idade (n=135.606)	Média (Desvio Padrão)	39,43	(16,24)
	Analfabeto	10.112	7,57%
Escolaridade (n=133.523)	Primário incompleto	24.918	18,66%
	Primário Completo	21.710	16,26%
	Ensino Médio Incompleto	23.666	17,72%
	Ensino Médio Completo	27.997	20,97%
	Ensino Superior Incompleto	12.822	9,60%
	Ensino Superior Completo	12.298	9,21%

Variáveis	Categorias	continuação	
		N	%
Estado Civil (n=134.560)	Solteiro	42.396	31,51%
	Casado/Vivendo com um parceiro	77.156	57,34%
	Separado/Divorciado/Viúvo	15008	11,15%
Suporte Democracia (n=127.721)	Indiferente	22.425	17,56%
	Democracia	82.191	64,35%
	Governo Autoritário	23.105	18,09%
Satisfação Democracia (n=131.045)	Insatisfeito	21.758	16,60%
	Não muito satisfeito	53.430	40,77%
	Um pouco satisfeito	33.678	25,70%
	Satisfeito	6.864	5,24%
	Muito satisfeito	15.315	11,69%
Renda (n=132.959)	É suficiente, sem maiores problemas	53.879	40,52%
	Não é suficiente, tenho problemas	66.393	49,93%
	É suficiente, consigo guardar	12687	9,54%
Ideologia (n=118.413)	Direita	51.701	43,66%
	Esquerda	66.712	56,34%
Religião (n=134.068)	Católico	98.044	73,13%
	Ateu	1.385	1,03%
	Judeu	119	0,09%
	Evangélico Pentecostal	1.519	1,13%
	Evangélico Batista	814	0,61%
	Protestante	875	0,65%
	Evangélico sem especificações	15.298	11,41%
	Adventista	789	0,59%
	Culto Afro-americano, Umbanda <i>etc.</i>	270	0,20%
	Agnóstico	309	0,23%
	Cristão	13	0,01%
	Evangélico Metodista	195	0,15%
	Testemunha de Jeová	772	0,58%
	Mórmon	651	0,49%
	Espírita	62	0,05%
	Crente, mas não pertence a nenhuma igreja	1.845	1,38%
Nenhuma	10.038	7,49%	
Outras	1.070	0,80%	

Na Tabela 5 observamos que 50,90% da amostra foi composta por indivíduos do sexo masculino e 61,08% dos entrevistados tinham intenção de voto para o partido de oposição. A idade média dos indivíduos foi de 39,43 anos, sendo, em sua maioria (57,34%), casados ou viviam com um parceiro, 16,60% dos indivíduos estavam insatisfeitos com a democracia, enquanto que 5,24% estavam satisfeitos, 73,13% dos respondentes eram católicos, enquanto que 7,49% não tinham nenhuma religião. A amostra foi composta, em sua maioria, de indivíduos com grau de escolaridade ensino médio completo e com auto-posicionamento ideológico de esquerda.

Quanto as percepções econômicas dos indivíduos da amostra, aproximadamente 37% dos indivíduos acreditam ser a mesma ou quase a mesma a situação econômica atual do país quando comparada a situação do passado (visão sociotrópica retrospectiva), 25,47% dos respondentes declararam possuir expectativas futuras de que a situação econômica do país, em comparação com sua situação atual (visão sociotrópica prospectiva), seria um pouco melhor,

enquanto que 12,01% declararam possuir expectativas de que a situação econômica seria um pouco pior, 45,5% dos indivíduos acreditam ser a mesma ou quase a mesma a situação econômica atual pessoal (visão egotrópica retrospectiva) quando comparada a situação do passado, e 50,85% dos indivíduos têm expectativas futuras de que sua situação econômica pessoal seria melhor do que sua situação econômica atual pessoal (visão egotrópica prospectiva).

Observando as percepções econômicas dos indivíduos e fazendo uma comparação com o cenário econômico discutido no capítulo 4, podemos afirmar que as percepções foram bem próximas da real situação da região apresentada pelos indicadores macroeconômicos da região para o recorte temporal do estudo.

A Tabela 6 apresenta a descrição das variáveis ao nível do país, sendo que algumas variáveis são tempo dependentes e outras fixas no tempo. Para as variáveis quantitativas foram calculadas a média e o desvio padrão.

TABELA 6 - Descrição das variáveis ao nível do país

Variáveis	Categorias	N	%
Taxa de Inflação (n=283)	Média (Desvio Padrão)	9,58	(11,67)
Taxa de desemprego (n=265)	Média (Desvio Padrão)	7,45	(3,72)
PIB (n=283)	Média (Desvio Padrão)	3,92	(3,57)
PIB per capita (n=283)	Média (Desvio Padrão)	2,38	(3,56)
Longevidade Democrática (n=283)	Média (Desvio Padrão)	20,96	(18,87)
Poder Legislativo (n=283)	Bicameral	145	51,24%
	Unicameral	138	48,76%
Região (n=18)	América do Sul	10	55,56%
	América do Norte	1	5,56%
	América Central	7	38,89%
Estrutura do Estado (n=18)	Federalismo	4	22,22%
	Unitarismo	14	77,78%
Duração do mandato (n=18)	4	9	50,00%
	5	7	38,89%
	6	2	11,11%
	Média (Desvio Padrão)	4,61	(0,70)

Pelos resultados da Tabela 6, acima, a taxa de inflação média dos países ao longo dos anos da pesquisa foi de 9,58%, enquanto que a taxa de desemprego média foi de 7,45%, e a taxa de crescimento e o PIB *per capita* foi de 3,92% e 2,38%, respectivamente.

Quanto as características institucionais, os países detêm em média 20,96 anos de longevidade democrática, 51,24% dos países ao longo dos anos possuem um poder legislativo bicameral, 22,22% dos países têm uma estrutura de estado federalista e 50% dos países apresentam uma duração de 4 anos de mandato.

A distribuição do percentual da preferência pelo partido que está no poder, assim como da preferência pelo partido da oposição foram comparados entre as demais variáveis

categóricas utilizando tabela de contingência e regressão logística de efeito aleatória não-ajustada, conforme apresentado na Tabela 7.

TABELA 7 - Comparação das variáveis do estudo entre as intenções de voto

Variáveis	Categorias	Partido no poder		Partido de oposição		O.R.n.a.	I.C. - 95%
		N	%	N	%		
Sexo	Feminino	26379	39,6%	40200	60,4%	1	-
	Masculino	26396	38,2%	42636	61,8%	0,95	[0,93; 0,97]
Visão Sociotrópica Retrospectiva	Pior	12846	28,4%	32319	71,6%	1	-
	Melhor	17569	53,1%	15538	46,9%	3,08	[2,99; 3,18]
	Mesma	17014	36,9%	29113	63,1%	1,62	[1,57; 1,66]
Visão Sociotrópica Prospectiva	Pior	9390	28,3%	23804	71,7%	1	-
	Melhor	23825	49,3%	24523	50,7%	2,66	[2,58; 2,74]
	Mesma	16140	36,2%	28487	63,8%	1,57	[1,52; 1,62]
Visão Egotrópica Retrospectiva	Pior	8790	30,2%	20320	69,8%	1	-
	Melhor	18008	46,6%	20605	53,4%	2,17	[2,10; 2,24]
	Mesma	20684	36,6%	35864	63,4%	1,44	[1,40; 1,49]
Visão Egotrópica Prospectiva	Pior	10504	37,4%	17545	62,6%	1	-
	Melhor	21618	43,7%	27816	56,3%	1,39	[1,34; 1,43]
	Mesma	15734	36,9%	26856	63,1%	1,02	[0,99; 1,05]
Idade	Média (Desvio Padrão)	39,80	16,41	39,19	16,13	1,00	[1; 1]
	Analfabeto	4351	43,0%	5761	57,0%		
Escolaridade	Primário Incompleto	10136	40,7%	14782	59,3%		
	Primário Completo	9377	43,2%	12333	56,8%		
	Ensino Médio Incompleto	9515	40,2%	14151	59,8%	0,95	[0,94; 0,96]
	Ensino Médio Completo	10234	36,6%	17763	63,4%		
	Ensino Superior Incompleto	4609	35,9%	8213	64,1%		
	Ensino Superior Completo	4116	33,5%	8182	66,5%		
Estado Civil	Solteiro	16211	38,2%	26185	61,8%	1	-
	Casado/Vive com um parceiro	30017	38,9%	47139	61,1%	1,06	[1,03; 1,08]
	Separado/Divorciado/Viúvo	6146	41,0%	8862	59,0%	1,08	[1,04; 1,12]
Suporte Democracia	Não importa	7900	35,2%	14525	64,8%	1	-
	Democracia	33452	40,7%	48739	59,3%	1,11	[1,08; 1,15]
	Governo Autoritário	8241	35,7%	14864	64,3%	0,97	[0,93; 1]
Satisfação Democracia	Insatisfeito	5736	26,4%	16022	73,6%		
	Não muito satisfeito	17776	33,3%	35654	66,7%		
	Um pouco satisfeito	14969	44,4%	18709	55,6%	1,37	[1,35; 1,38]
	Satisfeito	4157	60,6%	2707	39,4%		
	Muito satisfeito	8287	54,1%	7028	45,9%		
Renda	É suficiente	27068	40,7%	39498	59,3%	1	-
	Não é suficiente	24654	37,1%	41739	62,9%	0,85	[0,83; 0,87]
Ideologia	Direita	20036	38,8%	31665	61,2%	1	-
	Esquerda	25979	38,9%	40733	61,1%	1,03	[1; 1,05]
Religião	Nenhuma/Agnóstico/Ateu	4957	43,4%	6466	56,6%	1	-
	Católico	37455	38,2%	60589	61,8%	0,91	[0,87; 0,94]
	Evangélico	7657	40,9%	11044	59,1%	1,03	[0,98; 1,08]
	Outras	2141	36,3%	3759	63,7%	0,81	[0,76; 0,86]
Taxa de Inflação	Média (Desvio Padrão)	9,10	8,38	9,95	11,80	0,97	[0,97; 0,97]
Taxa de Desemprego	Média (Desvio Padrão)	7,52	3,63	7,33	3,48	0,91	[0,9; 0,92]
PIB	Média (Desvio Padrão)	4,30	3,37	3,98	3,37	1,04	[1,03; 1,04]
Longevidade Democrática	Média (Desvio Padrão)	22,25	18,32	19,98	17,52	1,02	[1,02; 1,02]
Poder Legislativo	Bicameral	29314	38,5%	46834	61,5%	1	-
	Unicameral	23468	39,5%	36018	60,5%	20,02	[16,73; 23,96]
Estrutura do Estado	Federalismo	15739	44,0%	20026	56,0%	1	-
	Unitarismo	37043	37,1%	62826	62,9%	0,72	[0,48; 1,07]

continua

continuação

Variáveis	Categorias	Partido no poder		Partido de oposição		O.R. <sub>na.</sub>	I.C. - 95%
		N	%	N	%		
Duração do mandato	Mais que 4 anos	27794	39,6%	42462	60,4%	1	-
	4 anos	24988	38,2%	40390	61,8%	0,97	[0,7; 1,35]

O.R.<sub>na.</sub> = *Odds Ratio* (Razão de chances não ajustada): é definida como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de ocorrer em outro grupo.

I.C.= Intervalo de Confiança: é um intervalo estimado para um parâmetro estatístico. Em vez de estimar o parâmetro por um único valor é dado um intervalo de estimativas prováveis. Um intervalo de 95% de confiança garante que o parâmetro pontual estimado com 95% de confiança estará dentro do intervalo estimado em outras amostras da mesma

Observando a Tabela 7, os indivíduos do sexo feminino apresentaram uma maior intenção de votar no partido do poder (39,06%), enquanto os indivíduos do sexo masculino apresentaram uma maior intenção de votar no partido de oposição (61,8%). Os indivíduos sem nenhum grau de escolaridade são mais propensos a votar no partido que está no poder e os indivíduos com grau de escolaridade “ensino superior completo” são mais propensos a votar no partido de oposição. Os indivíduos solteiros tendem a votar no partido de oposição, enquanto que os indivíduos separados, divorciados ou viúvos são mais propícios a votar no partido que está no poder. Assim, a preferência pelo partido no poder geralmente parece estar associada aos indivíduos com menor escolaridade, com estado civil separado, divorciado ou viúvo e, do sexo feminino.

Os indivíduos que apresentaram uma visão melhor para as questões “sociotrópica retrospectiva”, “sociotrópica prospectiva”, “egotrópica retrospectiva” e “egotrópica prospectiva” tiveram uma maior preferência pelo partido que está no poder, e os que consideram a situação econômica como pior tiveram uma maior preferência pelo partido de oposição.

Os indivíduos que apoiam a democracia possuem um maior percentual de indivíduos que preferem votar no partido que está no poder, sendo que quanto maior a satisfação com a democracia maior tende a ser o percentual de indivíduos que preferem votar no partido que está no poder. Os indivíduos que apresentaram renda suficiente possuem um maior percentual de indivíduos que preferem votar no partido que está no poder. Praticamente não houve diferença entre o percentual de indivíduos que preferem votar no partido que está no poder quando se compara as ideologias (esquerda ou direita) do indivíduo. Os indivíduos que não apresentaram religião ou são ateus ou agnósticos possuem um maior percentual de indivíduos que preferem votar no partido que está no poder. Os países com poder legislativo unicameral, com estrutura do estado federalista, com duração do mandato maior que 4 anos possuem um maior percentual de indivíduos com preferência a votar no partido que está no poder. Na

análise das relações não-ajustadas (Tabela 7), apenas os fatores Duração do Mandato, Estrutura do Estado, Ideologia e Idade não estavam associados a intenção de voto no partido que está no poder.

Para verificar o comportamento do percentual da preferência pelo partido que está no poder entre as variáveis quantitativas da análise foram utilizados diagramas de dispersão com alisamentos via LOWESS (CLEVELAND, 1981), conforme ilustrado no Gráfico 9.

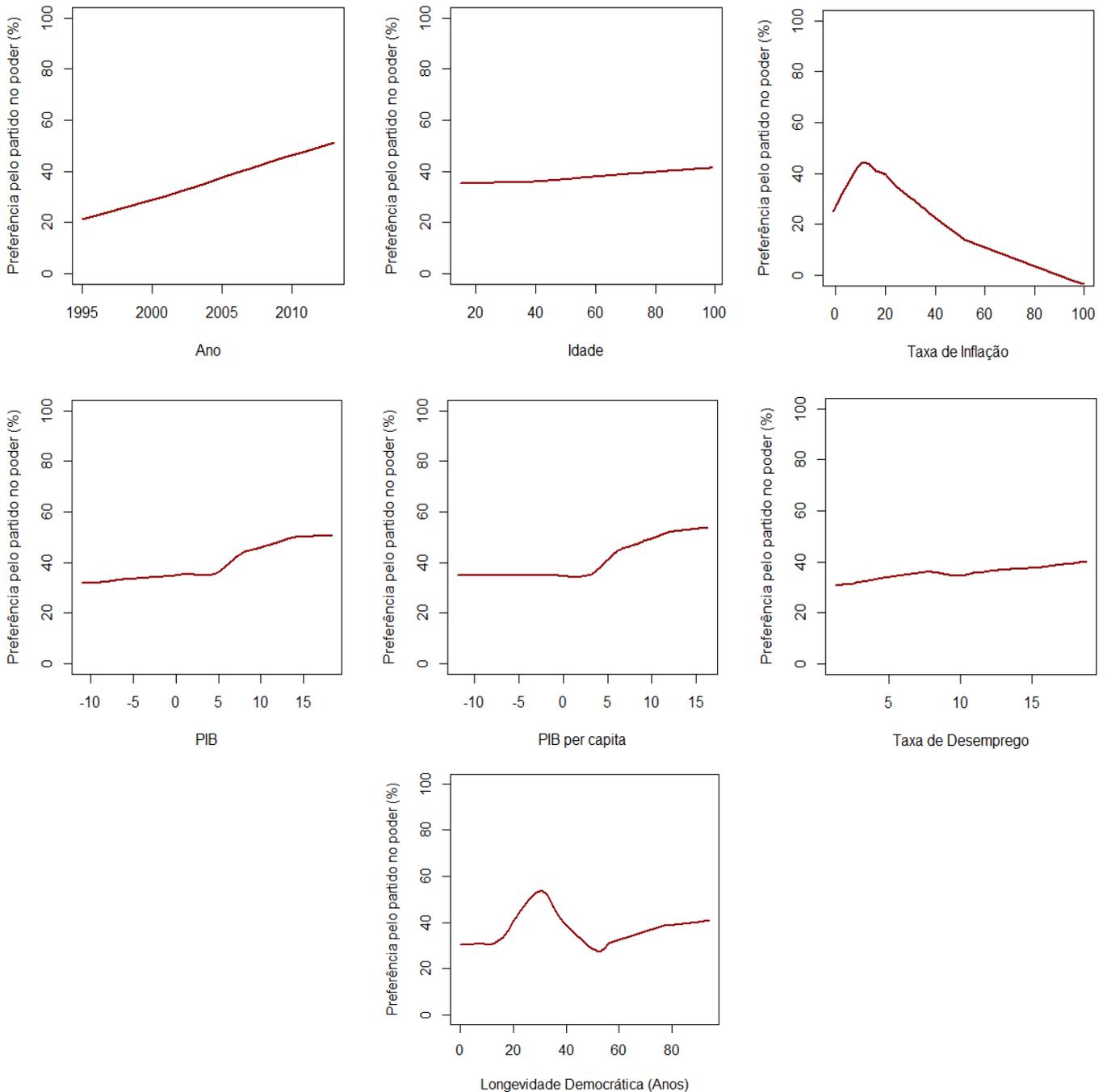


GRÁFICO 9 - Diagramas de dispersão com alisamento via método LOWESS

Pelo Gráfico 9 observamos que à medida que se passam os anos, o percentual de indivíduos com preferência a votar no partido que está no poder aumenta. Quando se compara a preferência pelo partido no poder com a idade, embora pequeno o efeito da idade, os mais velhos apresentaram uma maior tendência a votar no partido que está no poder. Comparando a preferência pelo partido que está no poder com a taxa de inflação, após determinado limite, aproximadamente 10, quanto maior a inflação menor o percentual de indivíduos com preferência a votar no partido que está no poder. Já o PIB e o PIB *per capita* tem uma relação positiva, ou seja, quanto maior o PIB ou o PIB *per capita* maior será a tendência a votar no partido que está no poder. Levando em consideração a taxa de desemprego e a longevidade democrática, não há mudanças muito significativas.

No Gráfico 10 e Tabela 8, temos a comparação da intenção de voto dos indivíduos por país. No gráfico, abaixo, temos a representação visual dos dados constantes Tabela 8, para cada país.

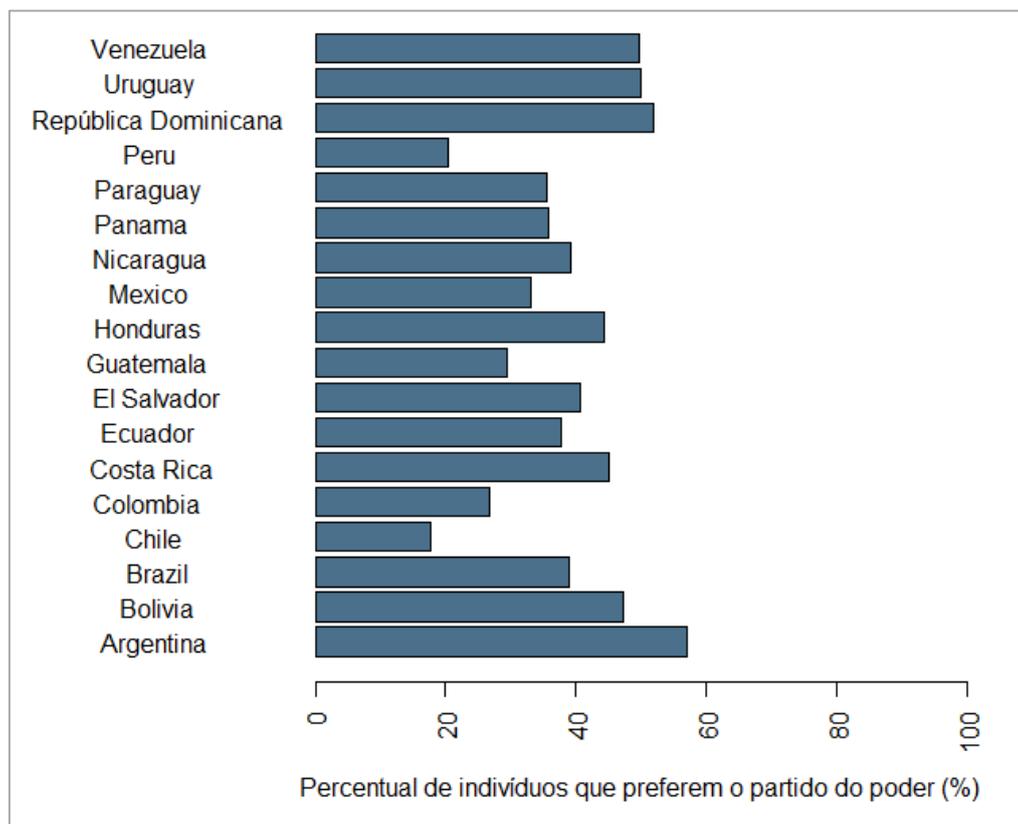


GRÁFICO 10 - Gráfico de barras com percentual de indivíduos que preferem votar no partido que está no poder entre os países

TABELA 8 - Comparação da intenção de votos entre os países

País	Partido de oposição		Partido no poder	
	N	%	N	%
Argentina	3.610	43,0%	4.776	57,0%
Bolívia	3.543	52,8%	3.170	47,2%
Brasil	5.160	61,0%	3.297	39,0%
Chile	7.600	82,2%	1.642	17,8%
Colômbia	5.549	73,3%	2.026	26,7%
Costa Rica	3.183	54,9%	2.611	45,1%
Equador	4.622	62,3%	2.797	37,7%
El Salvador	4.063	59,3%	2.792	40,7%
Guatemala	3.723	70,7%	1.545	29,3%
Honduras	4.252	55,7%	3.387	44,3%
México	6.935	67,0%	3.416	33,0%
Nicarágua	3.983	60,9%	2.556	39,1%
Panamá	4.033	64,2%	2.246	35,8%
Paraguai	4.785	64,4%	2.640	35,6%
Peru	5.486	79,6%	1.405	20,4%
República Dominicana	2.691	48,1%	2.907	51,9%
Uruguai	5.313	50,0%	5.319	50,0%
Venezuela	4.321	50,4%	4.250	49,6%

Comparando-se a intenção de voto entre os países, observamos que os países Argentina, Bolívia, República Dominicana, Uruguai e Venezuela foram os que apresentaram a maior quantidade de indivíduos que preferem o partido do poder, enquanto que o Chile, Peru e Colômbia apresentaram a menor quantidade de indivíduos que preferem o partido do poder.

## 6.2 Identificação e descrição das relações entre as percepções econômicas dos eleitores e os países da AL (objetivo *b* do estudo)

As Tabelas 9 a 12 descrevem de forma bivariada as relações entre as percepções econômicas dos eleitores e os países. Os Gráficos 11 a 14 complementam as análises. A Tabela 9 apresenta a comparação da visão sociotrópica retrospectiva entre os países.

TABELA 9 - Visão sociotrópica retrospectiva entre os países

Países	continua					
	Pior		Melhor		Mesma	
	N	%	N	%	N	%
Argentina	2753	35,1%	2440	31,1%	2656	33,8%
Bolívia	1894	31,1%	1780	29,3%	2409	39,6%
Brasil	2081	26,5%	3426	43,7%	2332	29,7%
Chile	2248	25,9%	2109	24,3%	4330	49,8%
Colômbia	2669	38,6%	1847	26,7%	2392	34,6%
Costa Rica	2142	40,8%	1036	19,7%	2074	39,5%
Equador	2261	33,8%	1921	28,7%	2517	37,6%
El Salvador	2341	36,8%	1107	17,4%	2922	45,9%
Guatemala	2049	43,7%	769	16,4%	1866	39,8%

Países	continuação					
	Pior		Melhor		Mesma	
	N	%	N	%	N	%
Honduras	3887	55,4%	1091	15,6%	2038	29,0%
México	4243	44,3%	1805	18,8%	3532	36,9%
Nicarágua	2422	40,9%	1400	23,6%	2103	35,5%
Panamá	1631	27,8%	1876	32,0%	2355	40,2%
Paraguai	2576	38,4%	1648	24,6%	2488	37,1%
Peru	2102	32,7%	1696	26,4%	2623	40,9%
República Dominicana	2295	46,8%	1362	27,8%	1246	25,4%
Uruguai	2647	27,0%	3158	32,2%	3995	40,8%
Venezuela	2924	37,4%	2636	33,8%	2249	28,8%

Valor-p do teste Qui-Quadrado = 0,000.

Os resultados da Tabela 9, confirmam que houve diferença significativa das visões entre os países (valor- $p=0,000$ ). Os indivíduos de Honduras, México e República Dominicana são os que mais perceberam a situação econômica atual, em comparação com a situação econômica no passado (visão sociotrópica retrospectiva) como “pior”. O Brasil foi o país em que mais indivíduos apresentaram uma visão sociotrópica retrospectiva como “melhor” que os demais. E, os indivíduos da Bolívia, Chile, El Salvador, Panamá, Peru e Uruguai foram os que mais apresentaram uma visão sociotrópica retrospectiva como “mesma”. O Gráfico 11 apresenta o mapa perceptual realizado via análise de correspondência, para os dados da Tabela 9.

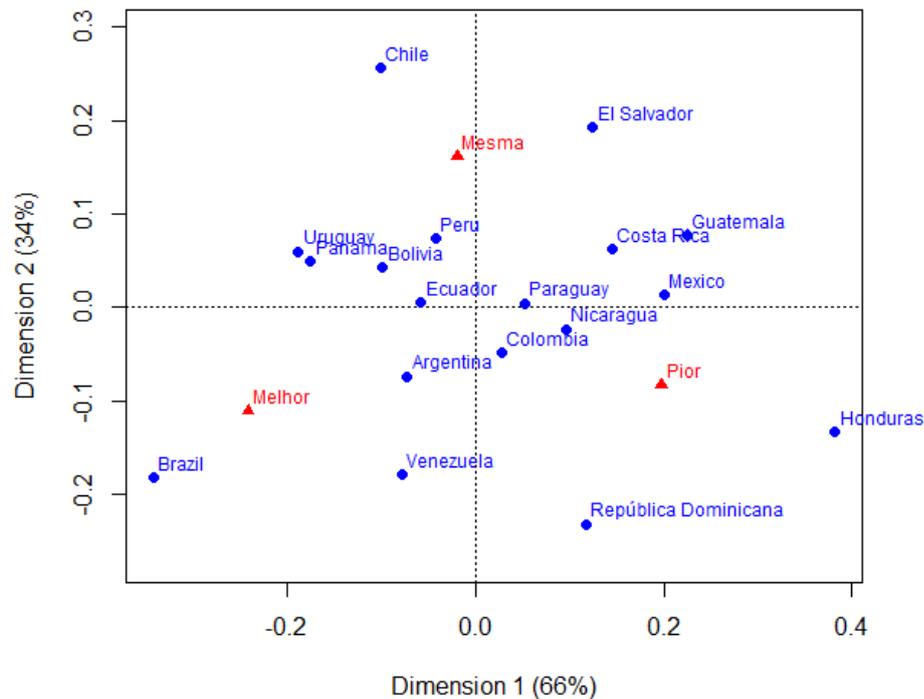


GRÁFICO 11 - Mapa perceptual para a visão sociotrópica retrospectiva

A Tabela 10 apresenta a comparação da visão sociotrópica prospectiva entre os países.

TABELA 10 - Visão sociotrópica prospectiva entre os países

Países	Pior		Melhor		Mesma	
	N	%	N	%	N	%
Argentina	1627	20,8%	3485	44,6%	2703	34,6%
Bolívia	1343	21,5%	2388	38,2%	2524	40,4%
Brasil	1526	19,1%	4080	51,1%	2373	29,7%
Chile	1381	15,6%	3383	38,3%	4071	46,1%
Colômbia	1981	27,2%	2922	40,1%	2385	32,7%
Costa Rica	1822	33,3%	1661	30,4%	1984	36,3%
Equador	1641	24,3%	2614	38,7%	2501	37,0%
El Salvador	2165	33,4%	1639	25,3%	2685	41,4%
Guatemala	1864	38,0%	1246	25,4%	1800	36,7%
Honduras	2885	41,9%	1905	27,6%	2102	30,5%
México	3396	34,4%	2703	27,4%	3770	38,2%
Nicarágua	1735	29,5%	2241	38,1%	1911	32,5%
Panamá	1283	21,7%	2539	43,0%	2080	35,2%
Paraguai	1415	20,9%	3143	46,3%	2228	32,8%
Peru	1308	21,4%	2424	39,6%	2394	39,1%
República Dominicana	2030	37,5%	1997	36,9%	1384	25,6%
Uruguai	1744	18,1%	4122	42,8%	3761	39,1%
Venezuela	2048	26,0%	3856	49,0%	1971	25,0%

Valor-p do teste Qui-Quadrado = 0,000.

Os resultados da Tabela 10, confirmam que houve diferença significativa das visões entre os países (valor-p=0,000). Os indivíduos de Honduras foram os que mais perceberam expectativas futuras da situação econômica do país, em comparação com a atual (visão sociotrópica prospectiva), como “pior”. Nos países Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Venezuela os indivíduos foram os que mais apresentaram uma visão sociotrópica prospectiva como “melhor” que as demais. O Gráfico 12 apresenta o mapa perceptual realizado via análise de correspondência, para os dados da Tabela 10.

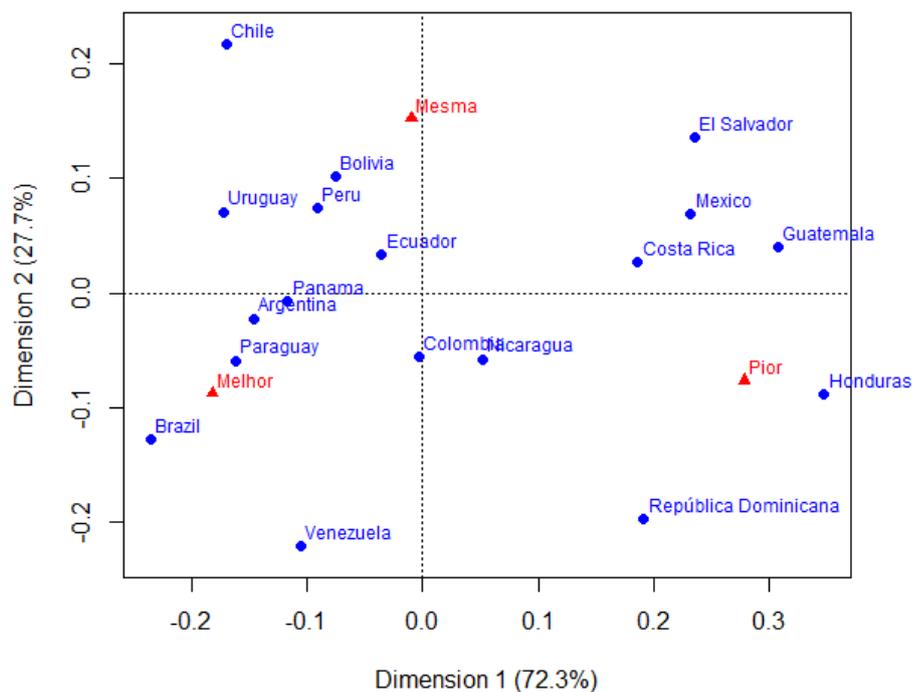


GRÁFICO 12 - Mapa perceptual para a visão sociotrópica prospectiva

A Tabela 11 apresenta a comparação da visão egotrópica retrospectiva entre os países.

TABELA 11 - Visão egotrópica retrospectiva entre os países

Países	Pior		Melhor		Mesma	
	N	%	N	%	N	%
Argentina	2019	25,8%	2305	29,4%	3510	44,8%
Bolívia	1094	17,9%	2045	33,5%	2958	48,5%
Brasil	1547	19,6%	3618	45,9%	2722	34,5%
Chile	1679	19,3%	2147	24,7%	4875	56,0%
Colômbia	1501	21,7%	2403	34,8%	3004	43,5%
Costa Rica	1230	23,4%	1649	31,3%	2383	45,3%
Equador	1377	21,0%	2244	34,2%	2949	44,9%
El Salvador	1618	25,5%	1433	22,6%	3297	51,9%
Guatemala	1147	24,6%	1426	30,6%	2089	44,8%
Honduras	2237	32,0%	1894	27,1%	2862	40,9%
México	2736	28,6%	2368	24,7%	4466	46,7%
Nicarágua	1632	27,7%	1665	28,2%	2600	44,1%
Panamá	882	15,1%	2058	35,2%	2901	49,7%
Paraguai	1275	19,0%	2344	34,8%	3107	46,2%
Peru	1386	21,6%	1860	29,0%	3178	49,5%
República Dominicana	1775	36,2%	1400	28,5%	1732	35,3%
Uruguai	2069	21,0%	2852	29,0%	4930	50,0%
Venezuela	1906	24,5%	2902	37,2%	2985	38,3%

Valor-p do teste Qui-Quadrado = 0,000.

Os resultados da Tabela 11, confirmam que houve diferença significativa das visões entre os países (valor- $\rho=0,000$ ). Os indivíduos de Honduras foram os que mais perceberam a situação econômica pessoal atual, em comparação com sua situação econômica pessoal no passado (visão egotrópica retrospectiva) como “pior”. Os indivíduos do Brasil e Venezuela os foram os que mais perceberam uma visão egotrópica retrospectiva como “melhor”. Nos países Bolívia, Chile, El Salvador, Peru e Uruguai os indivíduos foram os que mais perceberam uma visão egotrópica retrospectiva como “mesma”. O Gráfico 13 apresenta o mapa perceptual realizado via análise de correspondência, para os dados da Tabela 11.

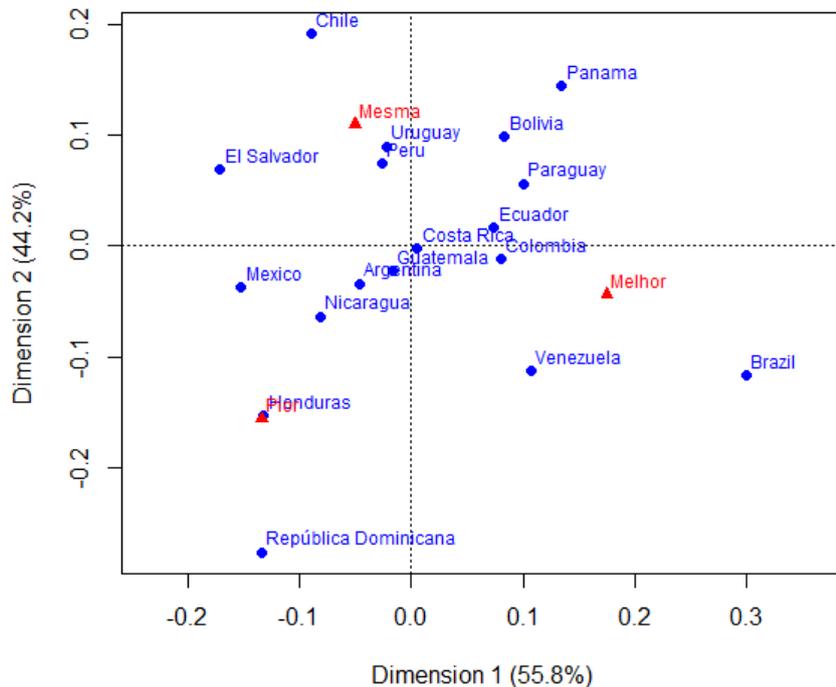


GRÁFICO 13 - Mapa perceptual para a visão egotrópica retrospectiva

A Tabela 12 apresenta a comparação da visão egotrópica retrospectiva entre os países.

TABELA 12 - Visão egotrópica prospectiva entre os países

Países	continua					
	Pior		Melhor		Mesma	
	N	%	N	%	N	%
Argentina	1176	15,8%	3348	45,0%	2918	39,2%
Bolívia	1021	16,9%	2685	44,4%	2338	38,7%
Brasil	1628	20,8%	4374	55,9%	1819	23,3%
Chile	1187	14,5%	3313	40,4%	3706	45,2%
Colômbia	1928	27,6%	3261	46,8%	1786	25,6%
Costa Rica	1396	26,6%	1964	37,4%	1897	36,1%
Equador	1250	21,6%	2362	40,7%	2187	37,7%
El Salvador	1733	28,6%	1607	26,5%	2713	44,8%

Países	continuação					
	Pior		Melhor		Mesma	
	N	%	N	%	N	%
Guatemala	1278	27,0%	1738	36,7%	1720	36,3%
Honduras	2213	32,9%	2294	34,1%	2222	33,0%
México	2131	23,4%	3400	37,4%	3565	39,2%
Nicarágua	1571	27,4%	2172	37,8%	2000	34,8%
Panamá	1387	24,8%	2256	40,3%	1960	35,0%
Paraguai	1037	15,6%	3563	53,6%	2051	30,8%
Peru	1026	17,5%	2614	44,7%	2212	37,8%
República Dominicana	1954	36,2%	1771	32,8%	1668	30,9%
Uruguai	1337	14,7%	3802	41,7%	3985	43,7%
Venezuela	2796	37,0%	2910	38,5%	1843	24,4%

Valor-p do teste Qui-Quadrado = 0,000.

Os resultados da Tabela 12, confirmam que houve diferença significativa das visões entre os países (valor- $p=0,000$ ). Os indivíduos de Honduras, República Dominicana e Venezuela foram os que mais perceberam expectativas futuras da situação econômica do país, em comparação com a atual (visão egotrópica prospectiva), como “pior”. Nos países Brasil e Paraguai os indivíduos apresentaram uma visão egotrópica prospectiva “melhor” que os demais. Nos países Chile e Uruguai os indivíduos apresentaram uma visão egotrópica prospectiva “mesma” que os demais. O Gráfico 14 apresenta o mapa perceptual realizado via análise de correspondência, para os dados da Tabela 12.

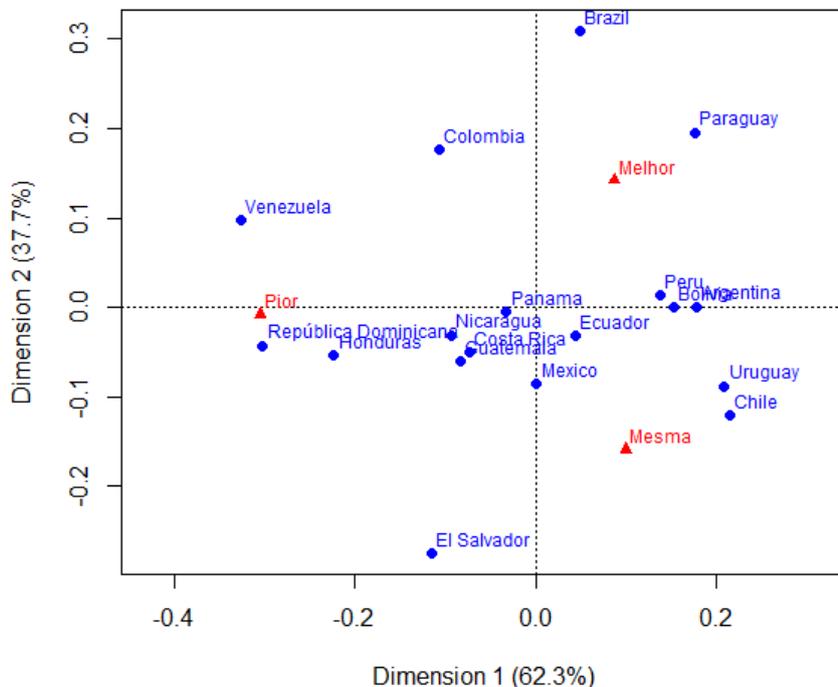


GRÁFICO 14 - Mapa perceptual para a visão egotrópica prospectiva

Como se observou, as análises confirmaram a hipótese de que as percepções econômicas dos indivíduos diferem entre os países da AL ( $H_1$ ), e isto foi verdade para os quatro tipos de visões econômicas.

6.3 Examinar se existe relação entre os tipos de percepções econômicas e a intenção de voto no partido que está no poder na AL como um todo, controlada por outros fatores (objetivo *c* do estudo)

Para atingir este objetivo uma regressão logística com erros padrão *cluster*-robustos nos permitirá realizar inferências não condicionais aos países, logo, as interpretações do modelo são feitas para toda a população latino-americana. No Apêndice A, apresentamos a configuração da apresentação das variáveis independentes do modelo e a forma como foram tratadas. A variável PIB *per capita* foi retirada do modelo, tendo em vista que se mostrou altamente correlacionada com o PIB. Assim, optou-se por inserir somente a variável PIB.

Na Tabela 13, observamos os resultados para o modelo de regressão logística com erros padrão cluster-robustos.

TABELA 13 - Regressão Logística para intenção de voto

Fonte	$\beta$	E.P. ( $\beta$ ) <sup>1</sup>	Valor-p	O.R.	I.C. - 95%
Intercepto	-0,646	0,213	0,002	-	-
Sexo = Feminino				1	-
Sexo = Masculino	-0,082	0,033	0,012	0,921	[0,864; 0,982]
Ano	0,051	0,022	0,021	1,052	[1,008; 1,099]
Visão Sociotrópica Retrospectiva = Pior				1	-
Visão Sociotrópica Retrospectiva = Melhor	0,605	0,112	0,000	1,831	[1,469; 2,282]
Visão Sociotrópica Retrospectiva = Mesma	0,255	0,073	0,000	1,290	[1,119; 1,487]
Visão Sociotrópica Prospectiva = Pior				1	-
Visão Sociotrópica Prospectiva = Melhor	0,451	0,090	0,000	1,570	[1,316; 1,872]
Visão Sociotrópica Prospectiva = Mesma	0,213	0,053	0,000	1,237	[1,115; 1,372]
Visão Egotrópica Retrospectiva = Pior				1	-
Visão Egotrópica Retrospectiva = Melhor	0,114	0,047	0,015	1,120	[1,022; 1,228]
Visão Egotrópica Retrospectiva = Mesma	0,045	0,037	0,228	1,046	[0,972; 1,126]
Visão Egotrópica Prospectiva = Pior				1	-
Visão Egotrópica Prospectiva = Melhor	0,136	0,066	0,040	1,146	[1,006; 1,305]
Visão Egotrópica Prospectiva = Mesma	0,070	0,054	0,196	1,072	[0,965; 1,191]
Idade	-0,001	0,002	0,565	0,999	[0,995; 1,003]
Escolaridade	-0,075	0,024	0,002	0,928	[0,885; 0,972]
Estado Civil = Solteiro				1	-
Estado Civil = Casado/Vive com um parceiro	0,031	0,031	0,312	1,032	[0,971; 1,097]
Estado Civil = Separado/Divorciado/Viúvo	0,069	0,041	0,091	1,071	[0,989; 1,160]
Suporte Democracia = Indiferente				1	-
Suporte Democracia = Democracia	0,072	0,043	0,090	1,075	[0,989; 1,168]
Suporte Democracia = Governo Autoritário	-0,006	0,045	0,892	0,994	[0,910; 1,086]
Satisfação Democracia	0,233	0,037	0,000	1,263	[1,175; 1,357]
Renda = É suficiente				1	-

Fonte	$\beta$	E.P. ( $\beta$ ) <sup>1</sup>	Valor-p	O.R.	continuação	
					I.C. - 95%	
Renda = Não é suficiente	-0,052	0,039	0,186	0,949	[0,879; 1,025]	
Ideologia = Direita				1	-	
Ideologia = Esquerda	0,046	0,143	0,748	1,047	[0,791; 1,387]	
Religião = Nenhuma/Agnóstico/Ateu				1	-	
Religião = Católico	-0,237	0,168	0,158	0,789	[0,568; 1,096]	
Religião = Evangélico	-0,168	0,163	0,301	0,845	[0,615; 1,163]	
Religião = Outras	-0,226	0,103	0,029	0,798	[0,651; 0,977]	
Taxa de Inflação	0,003	0,007	0,710	1,003	[0,988; 1,017]	
Taxa de Desemprego	0,040	0,026	0,125	1,041	[0,989; 1,095]	
PIB	0,004	0,020	0,859	1,004	[0,964; 1,045]	
Longevidade Democrática	0,002	0,005	0,721	1,002	[0,993; 1,011]	
Poder Legislativo = Bicameral				1	-	
Poder Legislativo = Unicameral	0,238	0,199	0,232	1,269	[0,859; 1,874]	
Estrutura do Estado = Federalismo				1	-	
Estrutura do Estado = Unitarismo	-0,415	0,221	0,060	0,660	[0,428; 1,017]	
Duração do mandato = Mais que 4 anos				1	-	
Duração do mandato = 4 anos	-0,099	0,206	0,632	0,906	[0,605; 1,357]	

N = 83451; R<sup>2</sup>=13,80%; AUC= 63,89%; <sup>1</sup> Cluster robusto; GVIF (Max.) = 2,54

O.R. = *Odds Ratio* (Razão de chances)

I.C.= Intervalo de Confiança

Com os dados da Tabela 13, construiu-se a equação do modelo de regressão logística com erros padrões cluster-robustos para as variáveis estudadas:

$$\text{Prop(Intenção de voto}_{ijt}=\text{Partido no poder}) = \frac{\exp(\alpha + X\beta)}{1 + \exp(\alpha + X\beta)}$$

Onde:

- $X\beta = -0,082I(\text{Sex}_{ijt} = \text{Masculino}) + 0,051(\text{Ano} - 2005) + 0,605(\text{VSR}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,255(\text{VSR}_{ijt} = \text{Mesma}) + 0,451(\text{VSP}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,213(\text{VSP}_{ijt} = \text{Mesma}) + 0,114(\text{VER}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,045(\text{VER}_{ijt} = \text{Mesma}) + 0,136(\text{VEP}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,070(\text{VEP}_{ijt} = \text{Mesma}) - 0,001(\text{Ida}_{ijt} - 39,4) - 0,075(\text{Esc}_{ijt} - 4) + 0,031I(\text{Est\_C}_{ijt} = \text{Casado}) + 0,069(\text{Est\_C}_{ijt} = \text{Sep|Div}) + 0,072(\text{Sup}_{ijt} = \text{Democracia}) - 0,006(\text{Sup}_{ijt} = \text{Gov. Autoritário}) + 0,233(\text{Sat\_D}_{ijt} - 3) - 0,052(\text{Ren}_{ijt} = \text{Não é suficiente}) + 0,046(\text{Ide}_{ijt} = \text{Esquerda}) - 0,237(\text{Rel}_{ijt} = \text{Católico}) - 0,168I(\text{Rel}_{ijt} = \text{Evangélico}) - 0,226(\text{Rel}_{ijt} = \text{Outras}) + 0,003(\text{Tax\_I}_{jt} - 9,58) + 0,040(\text{Tax\_D}_{jt} - 7,45) + 0,004(\text{PIB}_{jt} - 3,92) + 0,002(\text{Log\_D}_{jt} - 20,96) + 0,238(\text{Pod\_L}_{jt} = \text{Unicameral}) - 0,455(\text{Est\_T}_{jt} = \text{Unitarismo}) - 0,099(\text{Dur\_M}_{jt} = 4\text{anos})$
- $\alpha = -0,646$
- i representa o i-ésimo indivíduo, j representa o j-ésimo país e t o t-ésimo ano.

Observando os resultados da Tabela 13, pode-se concluir, independentemente do país, que houve um efeito significativo (valor- $\rho=0,012$ ) do sexo sobre a intenção do voto. Assim, a chance de os indivíduos do sexo masculino preferirem votar no partido do poder é reduzida em 7,9% (O.R. = 0,921) do que os indivíduos do sexo feminino, isto é, mulheres tem mais chance de votar no partido do poder que os homens. Esse resultado diverge dos efeitos achados por Lewis-Beck (1988) em seu modelo. No modelo de Lewis-Beck (1988), a variável sexo não foi significativa, assim, não exercia influência na intenção de voto para presidente.

O tempo (anos), também, teve um efeito significativo (valor- $\rho=0,021$ ) sobre a intenção do voto. Assim, independentemente do país, a chance de os indivíduos preferirem votar no partido que está no poder aumenta 5,2% (O.R. = 1,052) a cada ano. Para um mandato de 5 anos, essa chance é aumentada em aproximadamente 29% (O.R.=1,291)<sup>40</sup>. Na literatura do voto econômico, a análise da influência do tempo sobre as preferências dos indivíduos ou sobre os resultados eleitorais, nos modelos empíricos citados nessa pesquisa, não demonstram preocupação com essa variável. No entanto, pelos resultados encontrados aqui, percebe-se que o tempo é fator que exerce influência nas preferências dos indivíduos.

Quanto as percepções econômicas, a *visão sociotrópica retrospectiva* apresentou um efeito significativo (valor- $\rho=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, independentemente do país, indivíduos que perceberam a situação econômica atual do país melhor que no passado tiveram suas chances aumentadas de intenção de voto no partido do poder em 83,1% (O.R. = 1,831) quando comparados àqueles que perceberam a situação econômica atual do país pior que no passado. Esse resultado foi o mesmo encontrado por Lewis-Beck & Ratto (2013), cujo modelo para a América Latina concluiu que a avaliação econômica sociotrópica retrospectiva tem um impacto altamente significativo na intenção de voto. Com esse resultado, também, confirmamos a hipótese (**H<sub>2</sub>**) do nosso estudo.

A *visão sociotrópica prospectiva*, também, apresentou um efeito significativo (valor- $\rho=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, independentemente do país, indivíduos que possuem expectativas futuras de que a situação econômica do país será melhor que a atual, tiveram suas chances aumentadas de intenção de voto no partido do poder em 57% (O.R. = 1,570) em relação àquele que tinha uma visão que o futuro seria pior que na situação atual. Também, esse resultado apoia nossa hipótese (**H<sub>3</sub>**).

---

<sup>40</sup> Cálculo não apresentado na Tabela.

A *visão egotrópica retrospectiva* apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,015$ ) sobre a intenção do voto. Assim, independentemente do país, indivíduos que perceberam sua situação econômica pessoal atual melhor que no passado tiveram suas chances de intenção de voto no partido do poder aumentadas em 12% (O.R. = 1,120) em relação aos indivíduos que perceberam sua situação econômica atual pior que no passado. Esse resultado confirma nossa hipótese (**H<sub>4</sub>**).

A *visão egotrópica prospectiva* apresentou, também, um efeito significativo (valor- $p=0,040$ ). Assim, podemos inferir que, independentemente do país, indivíduos que possuem expectativas futuras de que sua situação econômica pessoal será melhor que a atual, tiveram suas chances de intenção de voto no partido do poder aumentadas em 14,6% (O.R. = 1,146) quando comparados com aqueles que têm expectativas de que sua situação no futuro será pior que a atual. Esse resultado confirma os resultados da análise de Lewis-Beck (1988) e Weyland (1998), em cujo modelo a visão egotrópica retrospectiva mostrou-se importante para a explicação da intenção de voto dos eleitores nos Estados Unidos e na Venezuela, respectivamente. Esse resultado também confirma nossa hipótese (**H<sub>5</sub>**).

As variáveis escolaridade, satisfação com a democracia e religião mostraram-se, também, significativas (valores- $p<0,05$ ). Assim, independentemente do país, a chance dos indivíduos com maior escolaridade preferirem votar no partido que está no poder é 7,2% (O.R. = 0,928) menor do que aqueles com escolaridade inferior. Os resultados para a variável satisfação com a democracia, nos mostraram que a chance dos indivíduos que estão satisfeitos com o regime democrático preferirem votar no partido que está no poder é 26,3% (O.R. = 1,263) maior do que aqueles que estão insatisfeitos. Quanto a variável religião, está apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,029$ ) na a intenção de voto daqueles que têm outras religiões (exceto católico e evangélico) em relação aos que não têm religião ou Agnóstico ou Ateu. Em outras palavras, indivíduos com “outras” religiões tiveram sua intenção de voto no partido reduzida em 20,2% (O.R. = 0,798) quando comparados aos ateus, agnósticos ou sem religião. Os resultados do nosso modelo com erros padrão cluster-robusto, para a variável religião foi contrário aos efeitos encontrados por Lewis-Beck & Ratto (2013), em cujo modelo essa variável não se mostrou significativa para a explicação da intenção do voto latino-americano. Para os teóricos da Escola de Columbia, o contexto social, no qual está incluída a religião, é fator explicativo para um determinado comportamento político dos indivíduos.

As variáveis idade, estado civil, suporte a democracia, renda, ideologia, taxa de inflação, taxa de desemprego, PIB, longevidade democrática, poder legislativo, estrutura do

estado e duração do mandato não tiveram efeito significativo na intenção de voto dos indivíduos para o partido que está no poder (valores- $p > 0,05$ ). No modelo proposto por Lewis-Beck & Ratto (2013) para a América Latina, a variável ideologia, também medida como um auto-posicionamento ideológico, foi significativa, contrariando o resultado de nosso achado.

Além disso, os resultados para as variáveis macroeconômicas taxa de inflação e desemprego, assemelham-se aos encontrados por Kramer (1971). No entanto, no modelo de Kramer (1971), a variável PIB demonstrou-se significativa. As variáveis do contexto institucional dos países, apesar de serem consideradas elementos importantes por Powell & Whitten (1993), para esse tipo de estudo, não mostraram ser fatores de influência na preferência dos indivíduos no modelo cluster-robusto.

O modelo apresentado possui uma capacidade de explicar 13,80% da variabilidade da variável intenção de voto, a área sobre a curva ROC (AUC) foi de 0,639 e não possui problemas graves de multicolinearidade uma vez que o maior GVIF foi de 2,54. Os problemas de multicolinearidade ocorrem com VIF maiores que 5 e, caracterizam-se como problema grave quando os VIF são maiores que 10, sendo que o GVIF de 2,54 equivale ao VIF de 6,45. As variáveis com GVIF elevados foram retiradas e o modelo foi novamente ajustado, sendo observado que os coeficientes e erros padrões das variáveis que restaram ficaram muito próximos dos apresentados na Tabela 13, indicando que o GVIF de 2,54, não comprometeu o modelo.

6.4 Exame da existência de relação entre os tipos de percepções econômicas e a intenção de voto no partido que está no poder em cada país da AL, controlada por outros fatores (objetivo *d* do estudo)

Primeiramente foi ajustada uma regressão logística somente com efeito aleatório no intercepto, o que permite realizar inferências condicionais aos países (*cluster-specific*) diferentemente da regressão logística com erros padrões cluster-robustos onde as inferências foram marginais (*population-averaged*). Porém, para permitir verificar o efeito de cada variável por país, foi incluído o efeito aleatório também nas inclinações. Da mesma forma, no Apêndice A, apresentamos a configuração da apresentação das variáveis independentes do modelo e a forma como foram tratadas. Como no modelo *cluster-robustos* a variável PIB *per capita* foi retirada do modelo.

Na Tabela 14, observamos os resultados para os modelos de regressão logística com efeitos aleatórios.

TABELA 14 - Regressão Logística com efeito aleatório no intercepto

Fonte	$\beta$	E.P. ( $\beta$ )	Valor-p	O.R.	I.C. - 95%
Intercepto	-1,349	0,526	0,010	-	-
Sexo = Feminino				1	-
Sexo = Masculino	-0,072	0,016	0,000	0,930	[0,902; 0,959]
Ano	0,040	0,002	0,000	1,041	[1,037; 1,045]
Visão Sociotrópica Retrospectiva = Pior				1	-
Visão Sociotrópica Retrospectiva = Melhor	0,653	0,023	0,000	1,921	[1,837; 2,010]
Visão Sociotrópica Retrospectiva = Mesma	0,294	0,020	0,000	1,342	[1,289; 1,396]
Visão Sociotrópica Prospectiva = Pior				1	-
Visão Sociotrópica Prospectiva = Melhor	0,523	0,024	0,000	1,687	[1,611; 1,767]
Visão Sociotrópica Prospectiva = Mesma	0,259	0,023	0,000	1,295	[1,239; 1,355]
Visão Egotrópica Retrospectiva = Pior				1	-
Visão Egotrópica Retrospectiva = Melhor	0,151	0,025	0,000	1,164	[1,109; 1,221]
Visão Egotrópica Retrospectiva = Mesma	0,081	0,023	0,000	1,084	[1,037; 1,133]
Visão Egotrópica Prospectiva = Pior				1	-
Visão Egotrópica Prospectiva = Melhor	0,133	0,021	0,000	1,142	[1,095; 1,191]
Visão Egotrópica Prospectiva = Mesma	0,023	0,022	0,303	1,023	[0,979; 1,069]
Idade	-0,001	0,001	0,210	0,999	[0,998; 1,000]
Escolaridade	-0,048	0,005	0,000	0,953	[0,944; 0,962]
Estado Civil = Solteiro				1	-
Estado Civil = Casado/Vive com um parceiro	0,047	0,018	0,011	1,048	[1,011; 1,086]
Estado Civil = Separado/Divorciado/Viúvo	0,049	0,031	0,113	1,050	[0,989; 1,115]
Suporte Democracia = Indiferente				1	-
Suporte Democracia = Democracia	-0,022	0,022	0,314	0,978	[0,937; 1,021]
Suporte Democracia = Governo Autoritário	-0,062	0,026	0,018	0,940	[0,892; 0,989]
Satisfação Democracia	0,197	0,007	0,000	1,218	[1,201; 1,234]
Renda = É suficiente				1	-
Renda = Não é suficiente	-0,039	0,016	0,016	0,961	[0,931; 0,993]
Ideologia = Direita				1	-
Ideologia = Esquerda	0,049	0,016	0,002	1,051	[1,019; 1,083]
Religião = Nenhuma/Agnóstico/Ateu				1	-
Religião = Católico	-0,093	0,029	0,001	0,912	[0,862; 0,964]
Religião = Evangélico	-0,064	0,034	0,062	0,938	[0,878; 1,003]
Religião = Outras	-0,151	0,045	0,001	0,860	[0,788; 0,940]
Taxa de Inflação	-0,001	0,001	0,492	0,999	[0,997; 1,001]
Taxa de Desemprego	-0,001	0,005	0,851	0,999	[0,989; 1,009]
PIB	0,003	0,003	0,239	1,003	[0,998; 1,008]
Longevidade Democrática	-0,004	0,002	0,022	0,996	[0,993; 0,999]
Poder Legislativo = Bicameral				1	-
Poder Legislativo = Unicameral	1,895	0,139	0,000	6,652	[5,067; 8,733]
Estrutura do Estado = Federalismo				1	-
Estrutura do Estado = Unitarismo	-1,026	0,534	0,055	0,359	[0,126; 1,022]
Duração do mandato = Mais que 4 anos				1	-
Duração do mandato = 4 anos	0,266	0,444	0,550	1,304	[0,546; 3,114]

N = 83451; R<sup>2</sup>=11,95%; AUC= 65,88%; GVIF (Max.) = 2,58;  $\sigma^2 = 0,899$

O.R. = *Odds Ratio* (Razão de chances)

I.C.= Intervalo de Confiança

Com os dados da Tabela 14, construiu-se a equação do modelo de regressão logística com efeitos aleatórios para as variáveis estudadas:

$$\text{Prop}(\text{Intenção de voto}_{ijt}=\text{Partido no poder}) = \frac{\exp\{(\alpha+\gamma_j)+X\beta\}}{1 + \exp\{(\alpha+\gamma_j)+X\beta\}}$$

Onde:

- $X\beta = -0,072(\text{Sex}_{ijt} = \text{Masculino}) + 0,040(\text{Ano} - 2005) + 0,653(\text{VSR}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,294(\text{VSR}_{ijt} = \text{Mesma}) + 0,523(\text{VSP}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,259(\text{VSP}_{ijt} = \text{Mesma}) + 0,151(\text{VER}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,081(\text{VER}_{ijt} = \text{Mesma}) + 0,133(\text{VEP}_{ijt} = \text{Melhor}) + 0,023(\text{VEP}_{ijt} = \text{Mesma}) - 0,001(\text{Ida}_{ijt} - 39,4) - 0,048(\text{Esc}_{ijt} - 4) + 0,047(\text{Est}_{c_{ijt}} = \text{Casado}) + 0,049(\text{Est}_{c_{ijt}} = \text{Sep|Div}) - 0,022(\text{Sup}_{ijt} = \text{Democracia}) - 0,062(\text{Sup}_{ijt} = \text{Gov. Autoritário}) + 0,197(\text{Sat}_{D_{ijt}} - 3) - 0,039(\text{Ren}_{ijt} = \text{Não é suficiente}) + 0,049(\text{Ide}_{ijt} = \text{Esquerda}) - 0,093(\text{Rel}_{ijt} = \text{Católico}) - 0,064(\text{Rel}_{ijt} = \text{Evangélico}) - 0,151(\text{Rel}_{ijt} = \text{Outras}) - 0,001(\text{Tax}_{I_{jt}} - 9,58) - 0,001(\text{Tax}_{D_{jt}} - 7,45) + 0,003(\text{PIB}_{jt} - 3,92) - 0,004(\text{Log}_{D_{jt}} - 20,96) + 1,895(\text{Pod}_{L_{jt}} = \text{Unicameral}) - 1,026(\text{Est}_{T_{jt}} = \text{Unitarismo}) + 0,266(\text{Dur}_{M_{jt}} = 4\text{anos})$
- $\alpha = -1,349$  e  $\gamma_j$  é o efeito aleatório que irá captar a heterogeneidade entre os países na intenção do voto.
- $i$  representa o  $i$ -ésimo indivíduo,  $j$  representa o  $j$ -ésimo país e  $t$  o  $t$ -ésimo ano.

Observando os resultados da Tabela 14, pode-se concluir que houve um efeito significativo (valor- $p=0,000$ ) do sexo sobre a intenção do voto. Assim, em um mesmo país, a chance dos indivíduos do sexo masculino preferirem votar no partido do poder é 7,0% (O.R. = 0,930) menor do que os indivíduos do sexo feminino. O tempo (anos), também, teve um efeito significativo (valor- $p=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, em um mesmo país, a chance dos indivíduos preferirem votar no partido que está no poder aumenta 4,0% (O.R. = 1,04) a cada ano. Esse efeito foi aproximadamente o mesmo comparado ao efeito observado no modelo com erros padrões cluster-robusto.

Quanto as percepções econômicas, a *visão sociotrópica retrospectiva* apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, em um mesmo país, indivíduos que perceberam a situação econômica atual do país melhor que no passado tiveram suas chances de intenção de voto no partido do poder aumentadas em 92,1% (O.R. = 1,921)

quando comparados àqueles que perceberam a situação econômica atual do país pior que no passado.

A *visão sociotrópica prospectiva*, também, apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, em um mesmo país, indivíduos que tiveram expectativas futuras da situação econômica do país melhor que a atual, tiveram a intenção de voto no partido do poder aumentada em 68,7% (O.R. = 1,687) quando comparados com aqueles que tiveram expectativas futuras da situação econômica do país pior que a atual.

A *visão egotrópica retrospectiva* apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, em um mesmo país, indivíduos que perceberam sua situação econômica pessoal atual melhor que no passado tiveram a intenção de vota no partido do poder aumentada em 16,4% (O.R. = 1,164) em relação àqueles que perceberam sua situação econômica atual pior que no passado.

A *visão egotrópica prospectiva* apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,000$ ) sobre a intenção do voto. Assim, em um mesmo país, indivíduos que tiveram expectativas futuras de que sua situação econômica pessoal seria melhor que a atual, tiveram a intenção de voto no partido do poder aumentada em 14,2% (O.R. = 1,142) em relação àqueles que tiveram expectativas de que sua situação econômica pessoal seria pior que a atual.

Nesse modelo, como também, no modelo com erros padrões cluster-robusto, todas as variáveis de percepção econômicas demonstraram serem fatores que exercem influência na preferência do eleitor pelo partido que está no poder. Assim, pode-se afirmar, pelo menos para o recorte temporal do estudo, que os eleitores latino-americanos não consideram uma percepção econômica específica, mas o conjunto delas nas suas decisões eleitorais. Assim, o argumento de Lewis-Beck (1988) de que o eleitor tende a combinar orientações prospectivas e retrospectivas é válido para o contexto latino-americano.

Quanto as variáveis sociodemográficas, a idade não apresentou um efeito significativo (valor- $p=0,210$ ), não contribuindo, assim, para a explicação da variável intenção de voto dos indivíduos.

A variável suporte a democracia, satisfação com a democracia, renda e religião tiveram efeitos significativos (valores-  $p<0,05$ ), considerando dentro de um mesmo país, na variável intenção de voto. Assim, em um mesmo país, a chance dos indivíduos que apoiavam governos autoritários intencionarem a votar no partido que está no poder é reduzida em 6,0% (O.R. = 0,940) comparados àqueles que são indiferentes. Os resultados para a variável satisfação com a democracia, nos mostrou que, em um mesmo país, a chance dos indivíduos que estão satisfeitos com o regime democrático intencionarem a votar no partido que está no

poder é aumentada em 21,8% (O.R. = 1,218) do que aqueles que estão insatisfeitos. Quanto a variável renda, em um mesmo país, indivíduos que achavam que sua renda não era suficiente tiveram a intenção de voto no partido do poder reduzida em 3,9% (O.R. = 0,961) do que aqueles que achavam a renda suficiente. Quanto a variável religião, indivíduos católicos, evangélicos ou de outras religiões tiveram a intenção de voto no partido do poder diminuída em 8,8% (O.R. = 0,912), 6,2% (O.R. = 0,938) e 14% (O.R. = 0,860), respectivamente, quando comparados àqueles indivíduos que são ateus, agnósticos ou sem religião.

Ao contrário do efeito apresentado no modelo com erros padrões cluster-robusto, a variável ideologia, em um mesmo país, no modelo com efeitos aleatórios, demonstrou-se significativa (valor- $p$  = 0,002) na variável intenção de voto. Esse resultado comprova a tese dos pesquisadores da Escola de Michigan de que a identificação partidária influencia a decisão dos eleitores. O resultado da análise para a variável ideologia, indica que indivíduos com auto-posicionamento ideológico de esquerda tiveram a intenção de voto no partido do poder aumentada em 5,1% (O.R. = 1,051) quando comparados àqueles com auto-posicionamento ideológico de direita.

Quanto aos indicadores macroeconômicos (taxa de inflação, taxa de desemprego e PIB), assim como no modelo com erros padrões cluster-robustos, esses não tiveram um efeito significativo, não contribuindo, assim, para a explicação da variável intenção de voto dos indivíduos. Esse resultado confirma a tese de Cheibub & Przeworski (1999) cujas análises, tanto para a América Latina como para os outros países analisados, concluíram que os indicadores macroeconômicos não são fatores decisivos ou explicativos para o voto.

As características institucionais estrutura do estado e duração do mandato, esses não tiveram um efeito significativo. Em contrapartida houve um efeito significativo da longevidade da democrática e do poder legislativo, confirmando a tese de Powell & Whitten (1993), de que o contexto político no qual o governo opera é importante e pode explicar as decisões dos eleitores. Assim, em um mesmo país, quanto maior a longevidade da democracia menor a chance dos indivíduos intencionarem e votar no partido que está no poder, e os indivíduos do país com poder legislativo unicameral possui maior chance de intencionarem votar no partido que está no poder se comparado aos indivíduos do país com poder legislativo bicameral.

O modelo apresentado possui uma capacidade de explicar 11,95% da variabilidade da variável intenção de voto. A área sobre a curva ROC (AUC) foi de 61,72% e não possui problemas graves de multicolinearidade uma vez que o maior GVIF foi de 2,58. As variáveis com GVIF elevados foram retiradas e o modelo foi novamente ajustado, sendo observado que

os coeficientes e erros padrões das variáveis que restaram ficaram muito próximos dos apresentados na Tabela 14, indicando que o GVIF de 2,58, não comprometeu o modelo. A variância do efeito aleatório de 0,899 indica a existência de heterogeneidade na intenção de votos entre os países, e a importância de ajustar modelos capazes de comportar essa heterogeneidade. Com a variância reportada tem-se um coeficiente intra-classe de aproximadamente de 0,214. Nos Gráficos 15 a 44 temos a análise das variáveis por país, bem como sua relação com a variável intenção de voto. Na literatura sobre voto econômico, não foi identificado, durante a realização desse trabalho, um estudo que tivesse realizado esse tipo de análise.

No Gráfico 15, abaixo, temos o efeito aleatório no intercepto, que indica que após controlado pelas variáveis inseridas no modelo, os países Uruguai, Republica Dominicana, Paraguai, Colômbia, Bolívia e Argentina apresentam uma maior propensão a votar no partido que está no poder. Já os países Peru, Guatemala, Panamá e Venezuela foram os que apresentaram a menor propensão a votar no partido que está no poder.

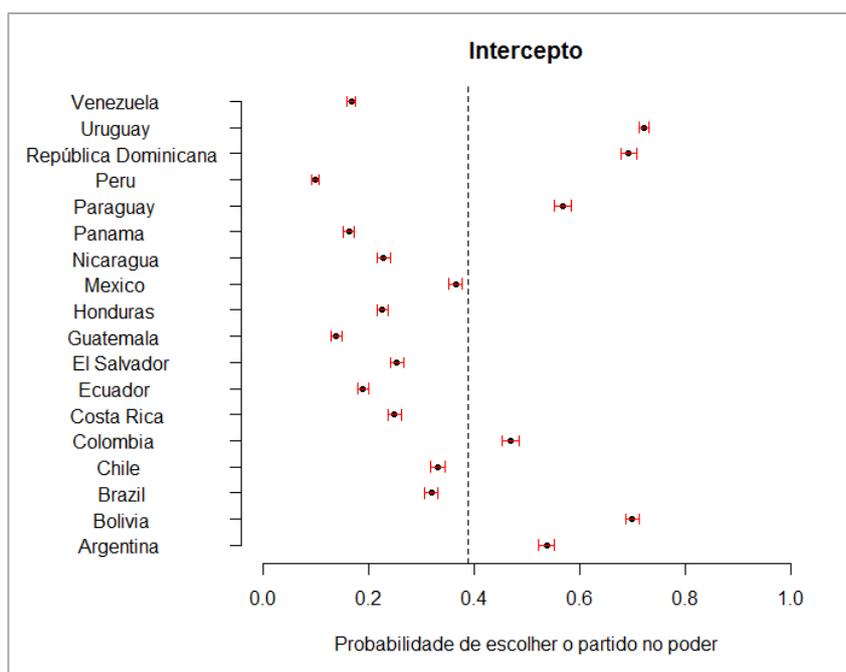


GRÁFICO 15 - Representação dos efeitos aleatórios

Para permitir verificar o efeito de cada variável por país, foi incluído o efeito aleatório também nas inclinações. Com o teste da razão da verossimilhança, foi verificado que o efeito aleatório nas inclinações de todas as variáveis foi significativo (valor- $p < 0,05$ ), exceto para variáveis estrutura do estado e duração do mandato. O que indica que as relações entre as variáveis e a intenção de voto, dependem dos países. Nos gráficos 16 a 44 podemos observar o comportamento dessas variáveis por país. Os dados que deram origem aos gráficos

das regressões logísticas com efeitos aleatórios, podem ser consultados nas Tabelas 15 a 43, constantes no Apêndice B.

Para a variável sexo, Gráfico 16, foi verificado que em média os indivíduos do sexo masculino apresentam uma propensão negativa a votar no partido que está no poder, porém avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que essa propensão é mais forte principalmente na República Dominicana, Guatemala e Costa Rica enquanto que no Chile, embora não significativo, o sexo masculino apresenta uma propensão positiva a votar no partido que está no poder.

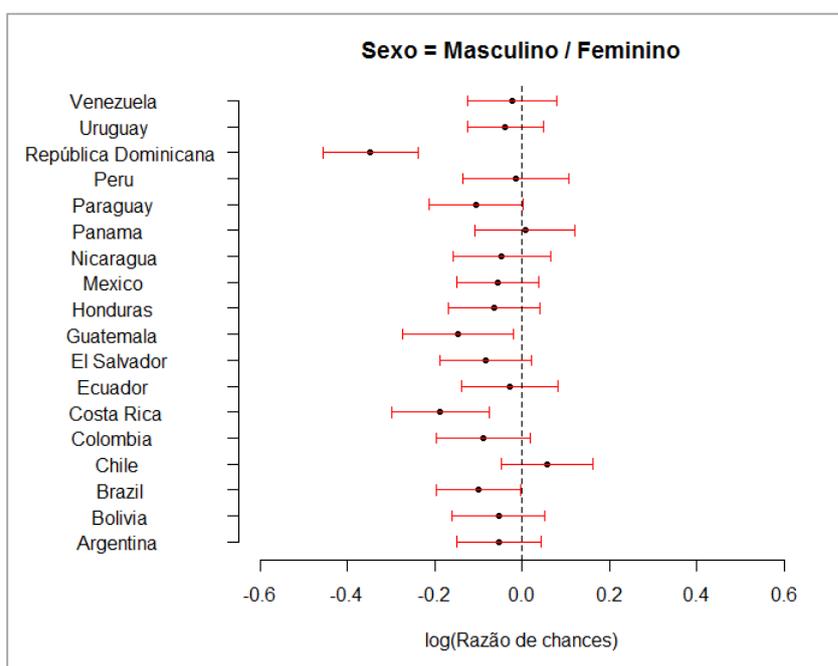


GRÁFICO 16 - Efeito aleatório na inclinação para a variável sexo

Para a variável ano, Gráfico 17, foi verificado que em média a cada ano que passa, a propensão a votar no partido no poder aumenta. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que essa propensão é maior no Equador e que os países Peru, Paraguai e Colômbia a cada ano que se passa, a propensão de votar no partido no poder diminui. O mesmo ocorreu com a República Dominicana, porém, de forma não significativa.

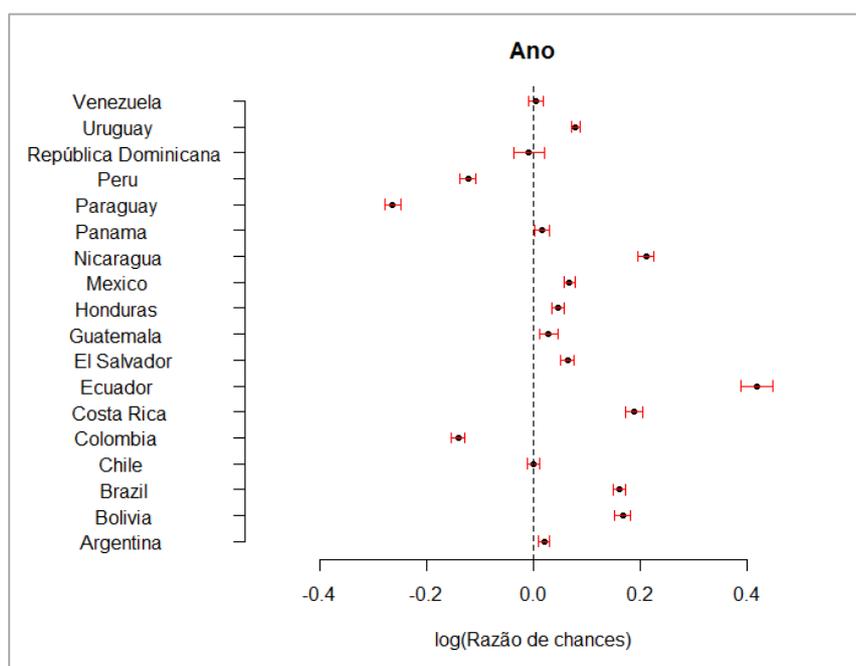


GRÁFICO 17 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ano

Para a variável visão sociotrópica retrospectiva, Gráfico 18, foi verificado que em média os indivíduos que acreditam que a situação econômica atual do país foi melhor que a situação passada, apresentaram uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados àqueles que acreditam que a situação foi pior. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Paraguai e Colômbia os indivíduos que acreditam que a situação foi melhor apresentaram uma propensão negativa a votar no partido no poder quando comparados aqueles que acreditam que a situação foi pior.

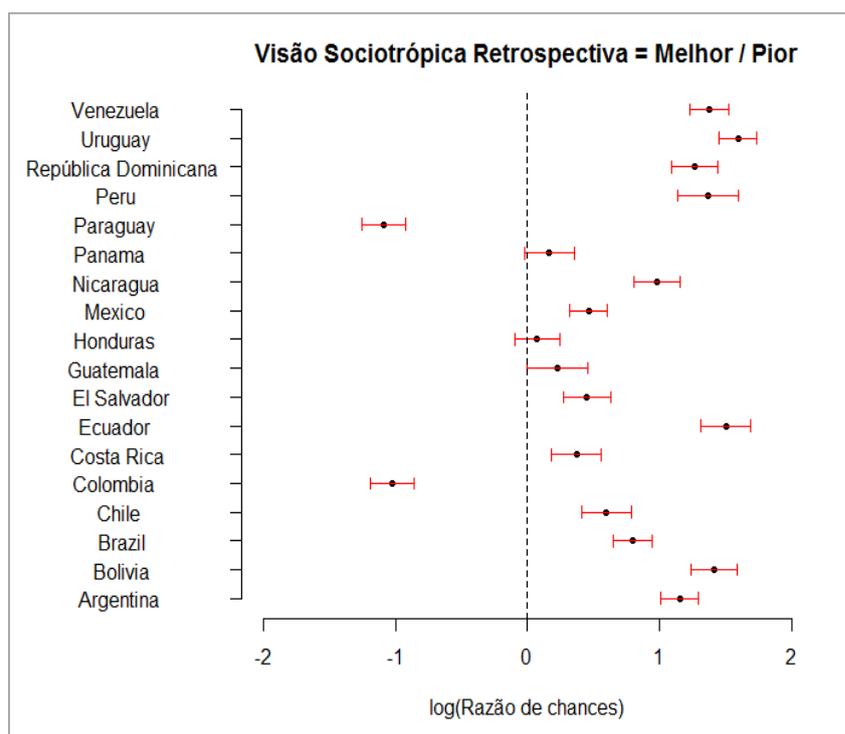


GRÁFICO 18 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (melhor/pior)

Para a variável visão sociotrópica retrospectiva, Gráfico 19, foi verificado que em média os indivíduos que acreditam que a situação econômica atual do país foi a mesma ou quase a mesma que a passada, apresentaram uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados aqueles que afirmaram que a percepção foi pior. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Paraguai e Colômbia os indivíduos que acreditam que a situação foi a mesma ou quase a mesma apresentaram uma propensão negativa a votar no partido no poder quando comparados aqueles que acreditam que a situação foi pior.

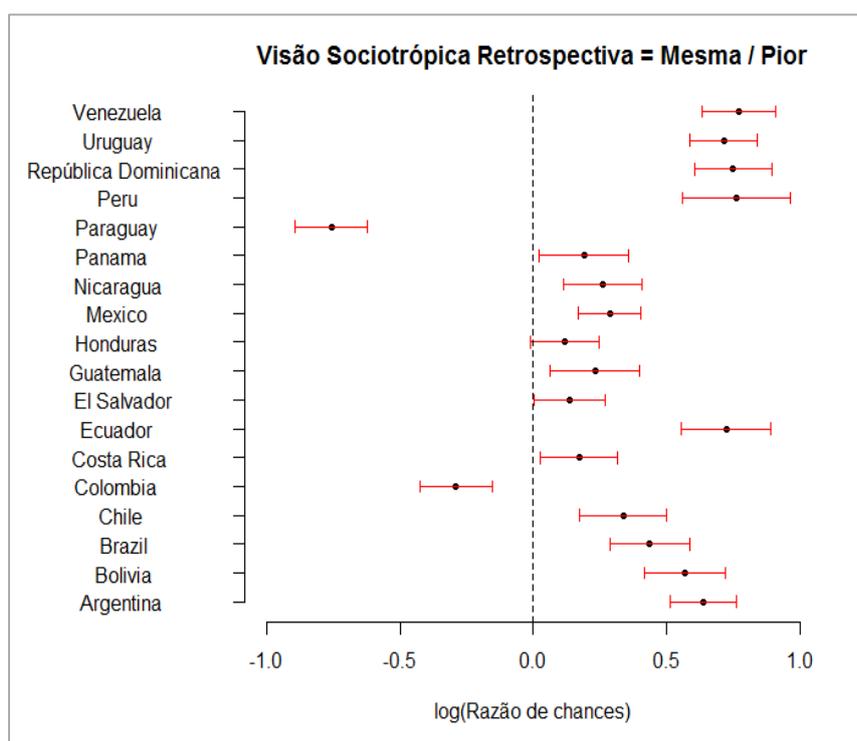


GRÁFICO 19 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (mesma/pior)

Para a variável visão sociotrópica prospectiva, Gráfico 20, foi verificado que em média os indivíduos que acreditam que a situação econômica futura do país será melhor que a atual, apresentaram uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados aqueles que afirmaram que a situação será pior. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Paraguai e Colômbia, os indivíduos que acreditam que a situação será melhor apresentam uma propensão negativa a votar no partido no poder quando comparados aqueles que acreditam que a situação será pior. O mesmo ocorreu com Honduras, porém, de forma não significativa.

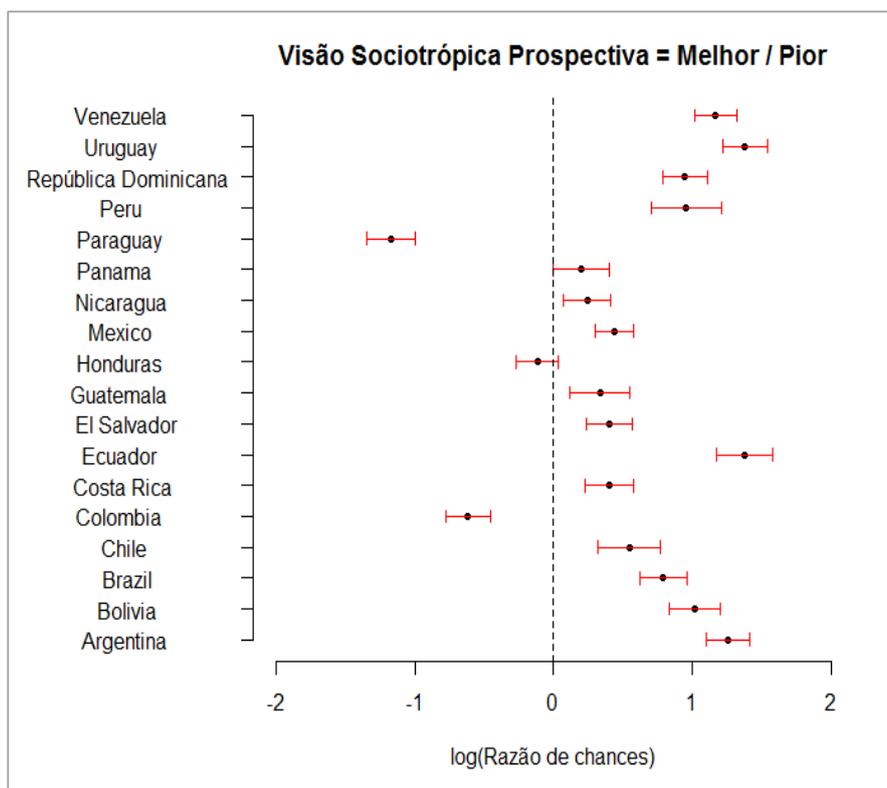


GRÁFICO 20 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva (melhor/pior)

Para a variável visão sociotrópica prospectiva, Gráfico 21, foi verificado que em média os indivíduos que acreditam que a percepção econômica futura do país será a mesma ou quase a mesma que a atual, apresentaram uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados aqueles que afirmaram que a situação será pior.

Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que no Paraguai os indivíduos que acreditam que a situação será a mesma ou quase a mesma apresentaram uma propensão negativa a votar no partido no poder quando comparados aqueles que acreditam que a percepção será pior. O mesmo ocorreu com a Nicarágua, Honduras e Colômbia, porém, de forma não significativa.

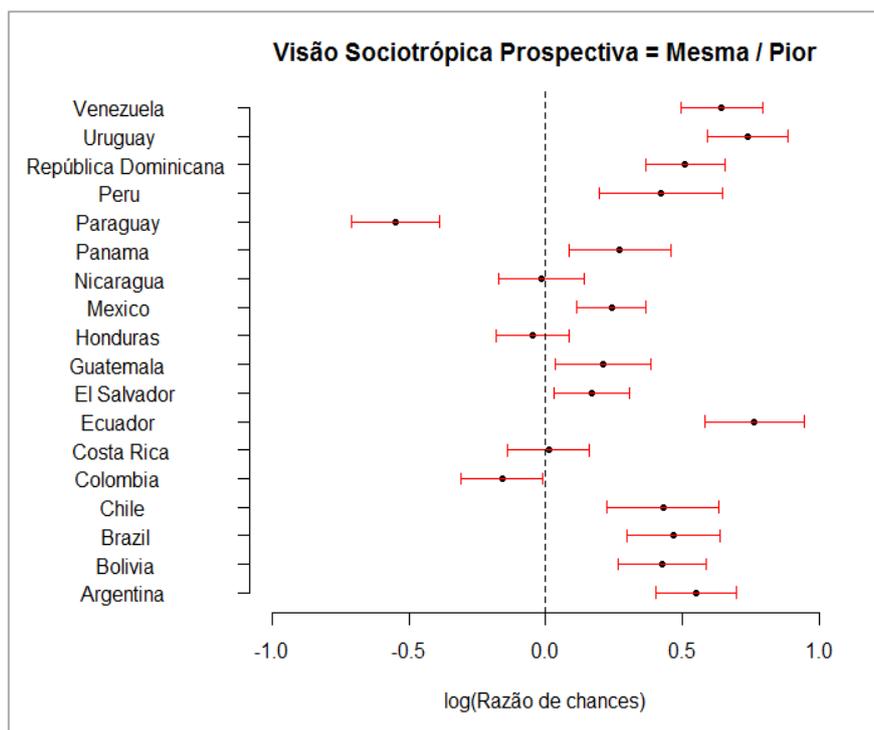


GRÁFICO 21 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva mesma/pior)

Para a variável visão egotrópica retrospectiva, Gráfico 22, foi verificado que em média os indivíduos que acreditam que a sua situação pessoal atual foi melhor que a passada, apresentaram uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados àqueles que afirmaram que a sua situação pessoal foi pior.

Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Paraguai, Panamá, Honduras e Colômbia, os indivíduos que acreditam que a situação pessoal foi melhor apresentam uma propensão negativa a votar no partido no poder quando comparados aqueles que acreditam que a situação pessoal foi pior. O mesmo ocorreu com os países México e Costa Rica, porém, de forma não significativa.

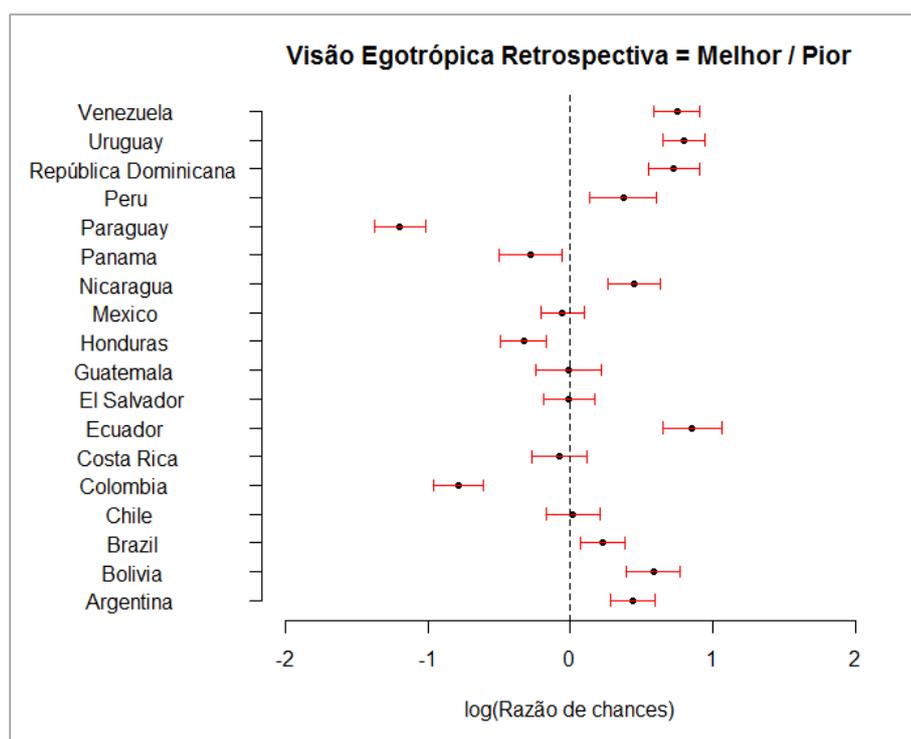


GRÁFICO 22 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (melhor/pior)

Para a variável visão egotrópica retrospectiva, Gráfico 23, foi verificado que, apesar de não significativo, em média os indivíduos que acreditam que a sua situação pessoal atual foi a mesma ou quase a mesma que a passada, apresentaram uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados àqueles que afirmaram que a sua situação pessoal foi pior.

Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Venezuela, Uruguai, República Dominicana, Peru, Equador, Brasil, Bolívia e Argentina, os indivíduos que acreditam que a situação pessoal foi a mesma ou quase a mesma apresentam uma propensão a votar no partido no poder significativamente positiva quando comparados aqueles que acreditam que a situação pessoal foi pior. Já nos países Paraguai, Panamá, Honduras e Colômbia os indivíduos que acreditam que a situação pessoal foi a mesma apresentam uma propensão a votar no partido no poder significativamente negativa quando comparados aqueles que acreditam que a situação pessoal foi pior.

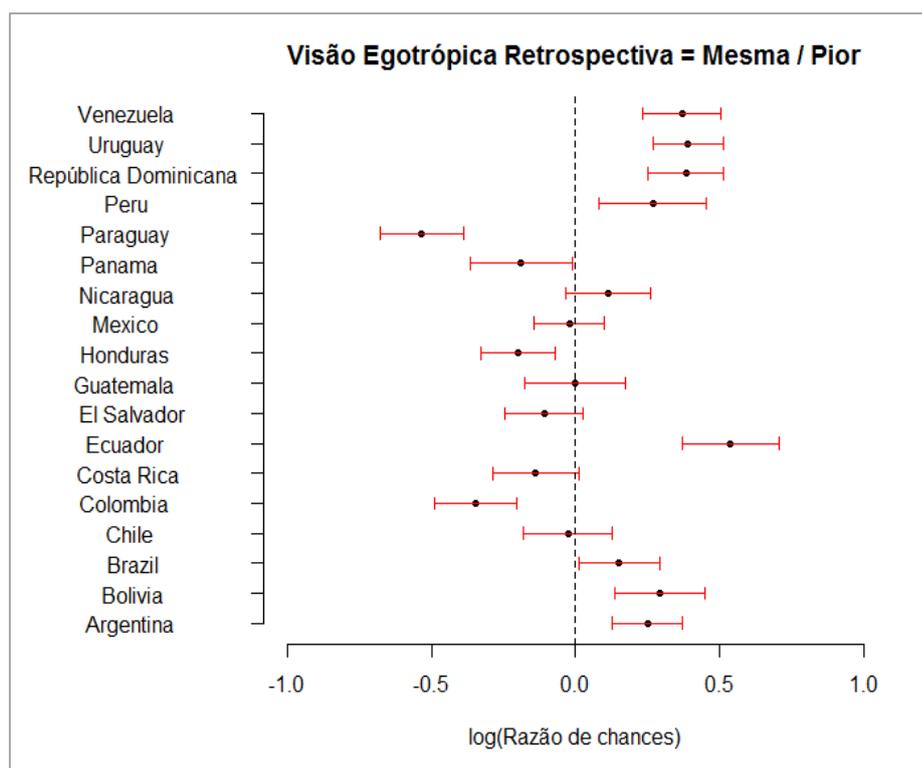


GRÁFICO 23 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (mesma/pior)

Para a variável visão egotrópica prospectiva, Gráfico 24, foi verificado que em média os indivíduos que acreditam que a sua situação pessoal futura será melhor que a atual, apresentam uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados aqueles que afirmaram que a sua situação pessoal futura será pior.

Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que no Panamá e no Brasil, os indivíduos que acreditaram que a situação pessoal será melhor apresentaram uma propensão negativa a votar no partido no poder quando comparados aqueles que acreditam que a situação pessoal será pior. O mesmo ocorreu com os países Paraguai e Honduras, porém, de forma não significativa.

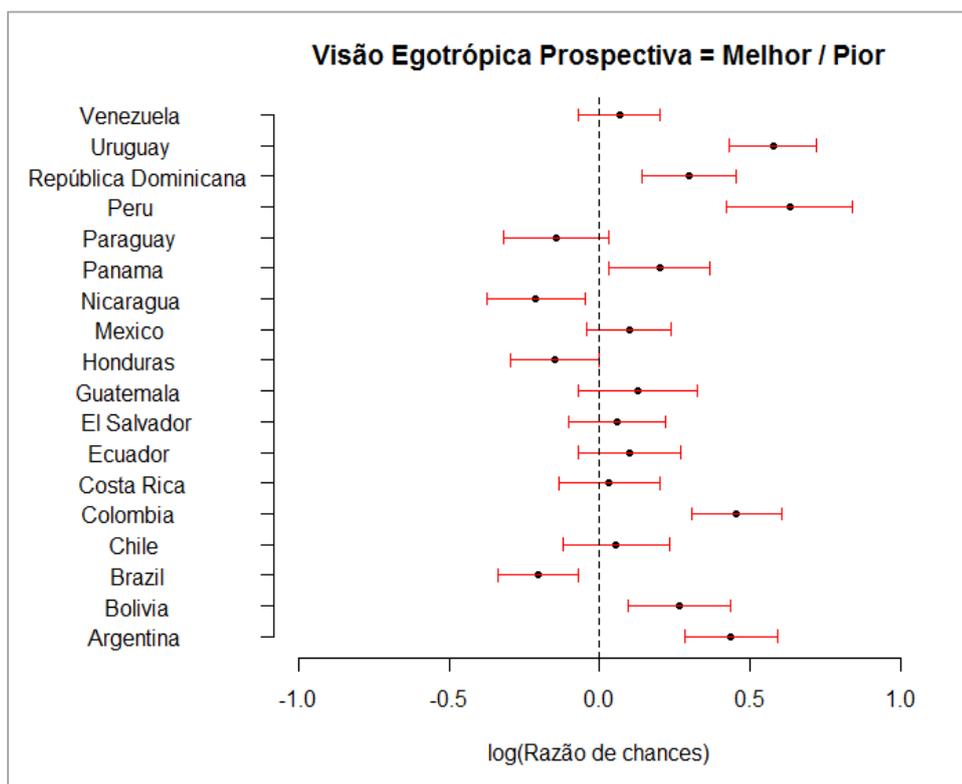


GRÁFICO 24 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (melhor/pior)

Para a variável visão egotrópica prospectiva, Gráfico 25, foi verificado que, apesar de não significativo, em média os indivíduos que acreditaram que a sua situação pessoal futura será a mesma ou quase a mesma que a atual, apresentam uma propensão positiva a votar no partido no poder quando comparados aqueles que afirmaram que a sua situação pessoal será pior.

Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Uruguai, República Dominicana, Paraguai e Colômbia, os indivíduos que acreditam que a situação pessoal será a mesma apresentaram uma propensão a votar no partido no poder significativamente positiva quando comparados aqueles que acreditam que a situação pessoal será pior. Já na Venezuela os indivíduos que acreditam que a situação pessoal será a mesma apresentaram uma propensão a votar no partido no poder significativamente negativa quando comparados aqueles que acreditam que a situação pessoal será pior.

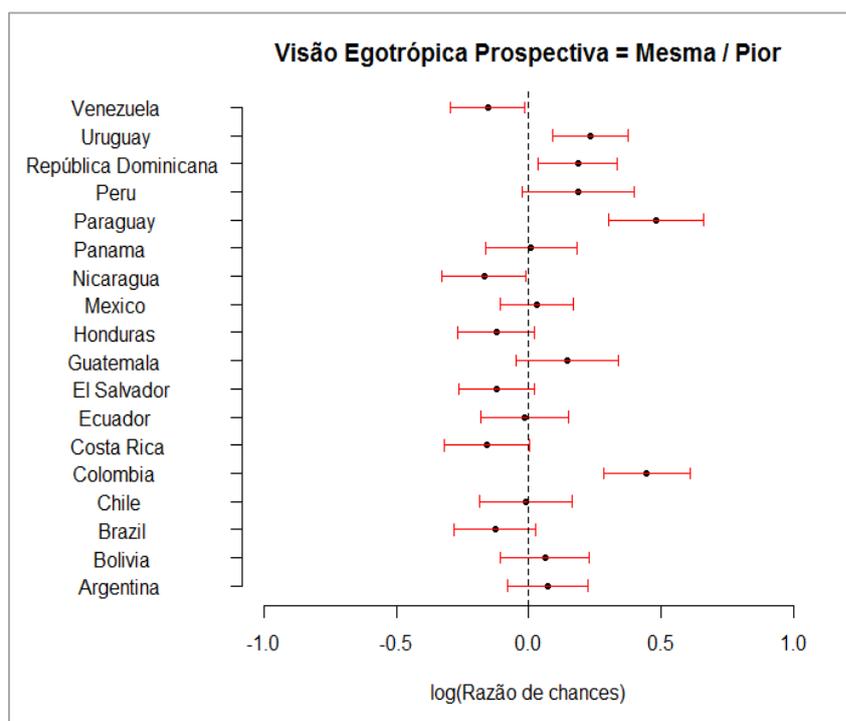


GRÁFICO 25 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (mesma/pior)

Para a variável idade, Gráfico 26, foi verificado que, embora não significativo, em média a cada ano que passa, a propensão a votar no partido no poder diminui. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Uruguai, Peru, Panamá, Colômbia e Chile a cada ano que se passa, a propensão de votar no partido no poder diminui, enquanto que nos países Equador e Bolívia, a cada ano que passa a propensão a votar no partido no poder aumenta.

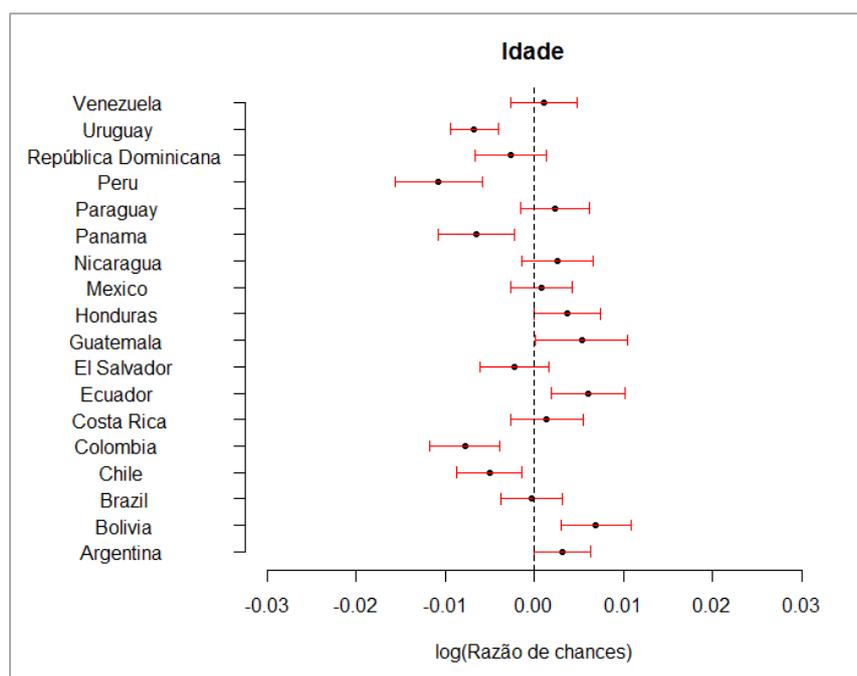


GRÁFICO 26 - Efeito aleatório na inclinação para a variável idade

Para a variável escolaridade, Gráfico 27, foi verificado que em média a medida que se aumenta a escolaridade do indivíduo, a propensão a votar no partido no poder diminui. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Bolívia e Argentina essa propensão é ainda menor, enquanto que na Colômbia a medida que se aumenta a escolaridade do indivíduo, a propensão de votar no partido no poder aumenta.

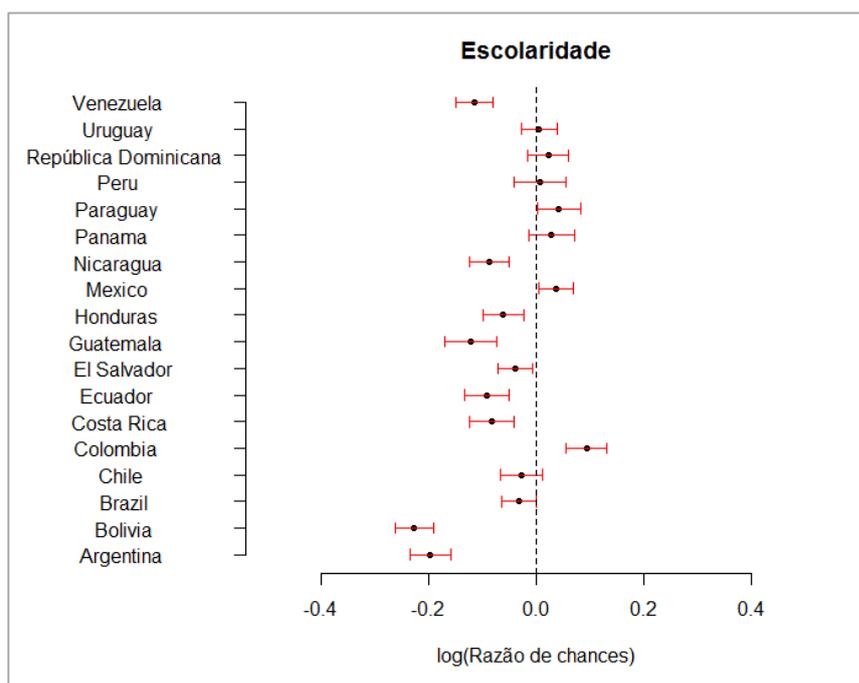


GRÁFICO 27 - Efeito aleatório na inclinação para a variável escolaridade

Para a variável estado civil, Gráfico 28, foi verificado que em média os indivíduos casados têm uma maior propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos solteiros. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Bolívia, Argentina, Equador, México e República Dominicana essa propensão é ainda maior, enquanto que em El Salvador, os indivíduos solteiros têm uma maior propensão a votar no partido do poder.

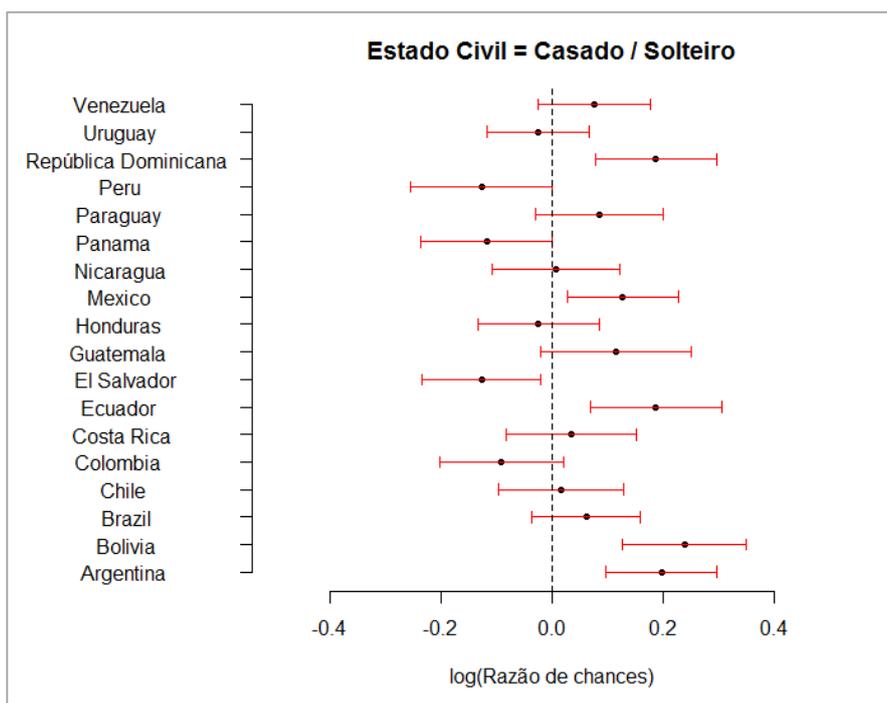


GRÁFICO 28 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (casado/solteiro)

Para a variável estado civil, Gráfico 29, foi verificado que em média os indivíduos separados, apesar de não significativo, têm uma maior propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos solteiros. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Bolívia, Argentina, Equador, México e República Dominicana essa propensão é ainda maior, enquanto que em El Salvador, os indivíduos solteiros têm uma maior propensão a votar no partido do poder.

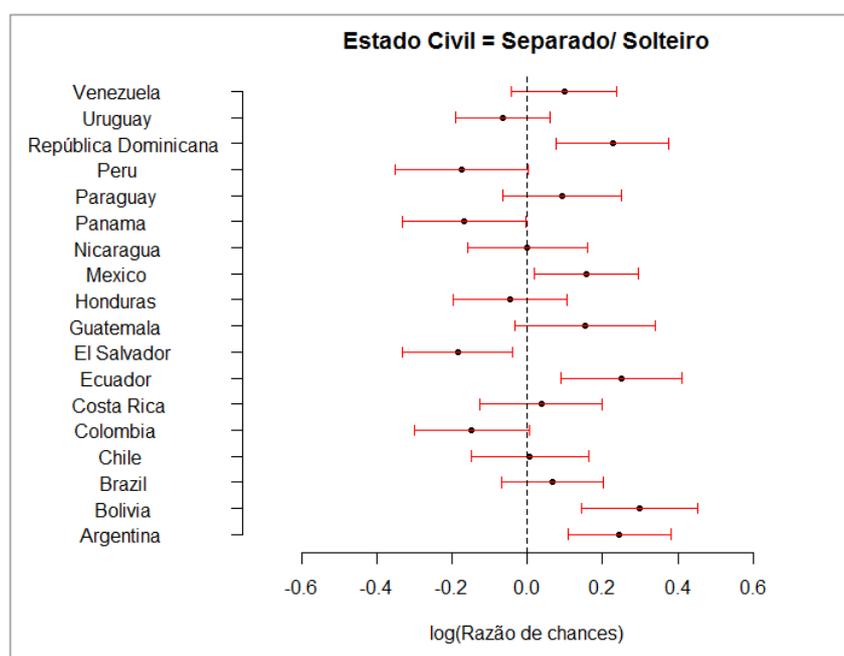


GRÁFICO 29 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (separado/solteiro)

Para a variável suporte a democracia, Gráfico 30, foi verificado que em média os indivíduos que apoiam a democracia, apesar de não significativo, têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos que são indiferentes. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Paraguai, Venezuela, Peru e Nicarágua, os indivíduos que apoiam a democracia tem uma menor propensão a votar no partido no poder enquanto que nos países Uruguai, Equador e Chile, os indivíduos que apoiam a democracia têm uma maior propensão a votar no partido no poder.

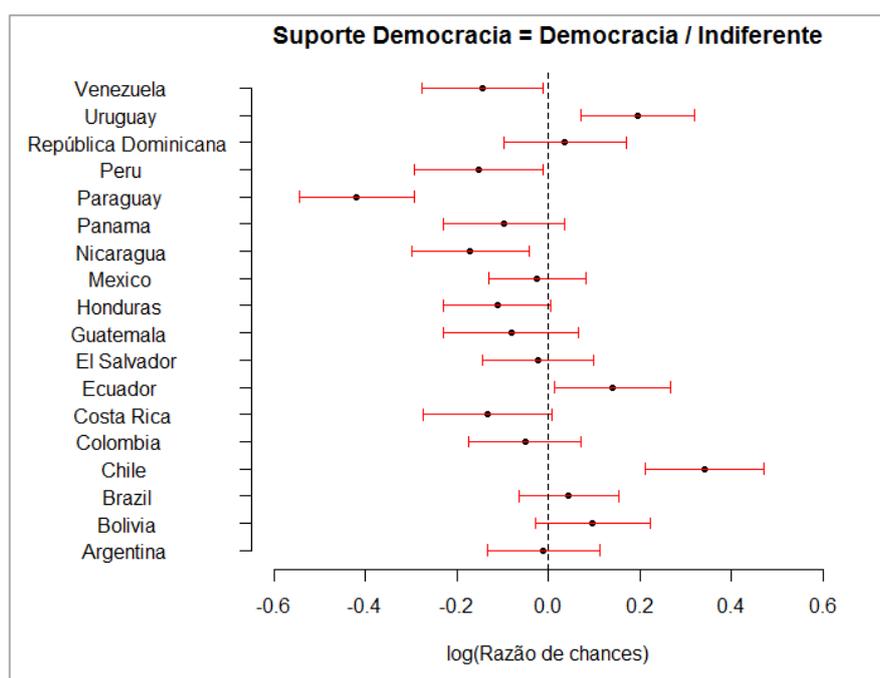


GRÁFICO 30 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (democracia/indiferente)

Para a variável suporte a democracia, Gráfico 31, foi verificado que em média os indivíduos que apoiam um governo autoritário têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos que são indiferentes. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Honduras, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Equador e Chile os indivíduos que apoiam um Governo Autoritário tem uma menor propensão a votar no partido no poder enquanto que no Paraguai, os indivíduos que apoiam um Governo Autoritário têm uma maior propensão a votar no partido no poder.

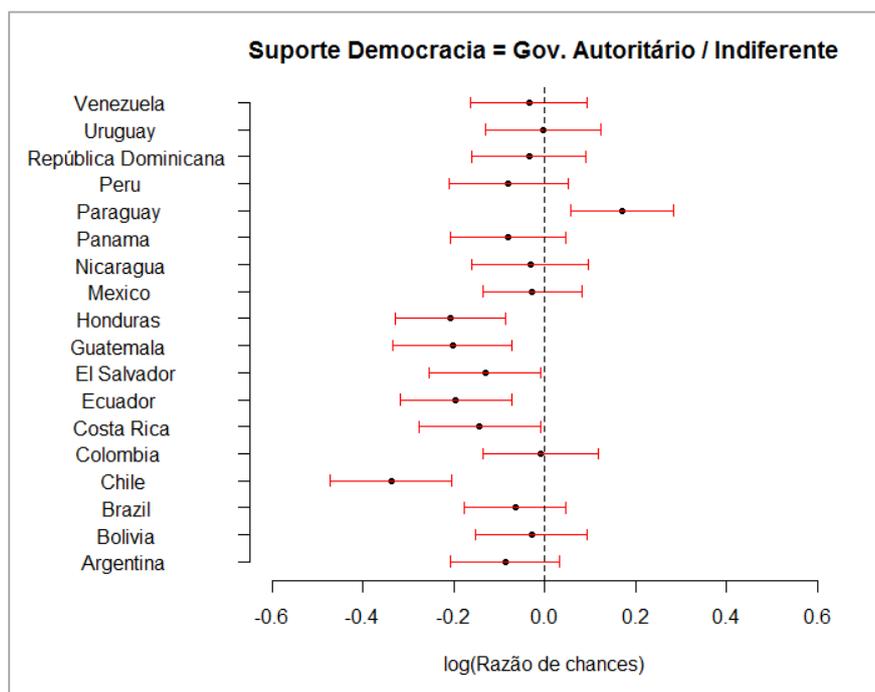


GRÁFICO 31 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (governo autoritário/indiferente)

Para a variável satisfação com a democracia, Gráfico 32, quanto maior a satisfação com a democracia maior tende a ser a chance de votar no partido no poder. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Paraguai e Colômbia a satisfação com a democracia foram as mais baixas dentre os países analisados, indicando que nestes países os indivíduos tendem a não votar nos partidos no poder.

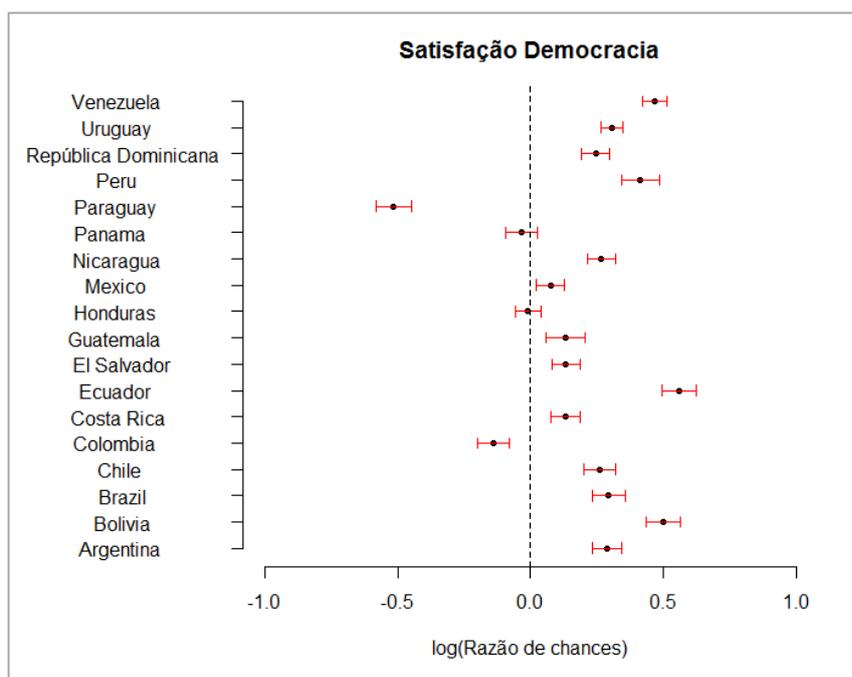


GRÁFICO 32 - Efeito aleatório na inclinação para a variável satisfação com a democracia

Para a variável Renda, Gráfico 33, foi verificado que em média os indivíduos que afirmam que a renda não é suficiente, têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos que afirmam que a renda é suficiente. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países República Dominicana, Peru e Colômbia os indivíduos têm uma menor propensão a votar no partido no poder enquanto que na Guatemala, os indivíduos que têm uma maior propensão a votar no partido no poder.

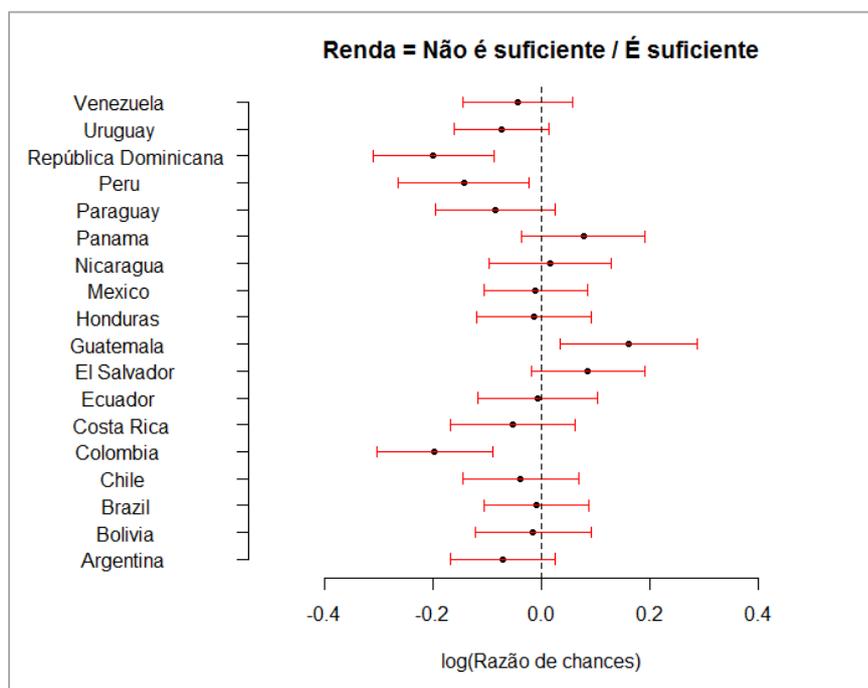


GRÁFICO 33 - Efeito aleatório na inclinação para a variável renda

Para a variável Ideologia, Gráfico 34, foi verificado que em média os indivíduos com ideologia de esquerda, têm uma maior propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos de direita. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Venezuela, Uruguai, Nicarágua, Equador, Chile e Bolívia, os indivíduos têm uma maior propensão a votar no partido no poder enquanto que na República Dominicana, Peru, Paraguai, México, Honduras, El Salvador, Costa Rica e Argentina, os indivíduos que têm uma menor propensão a votar no partido no poder.

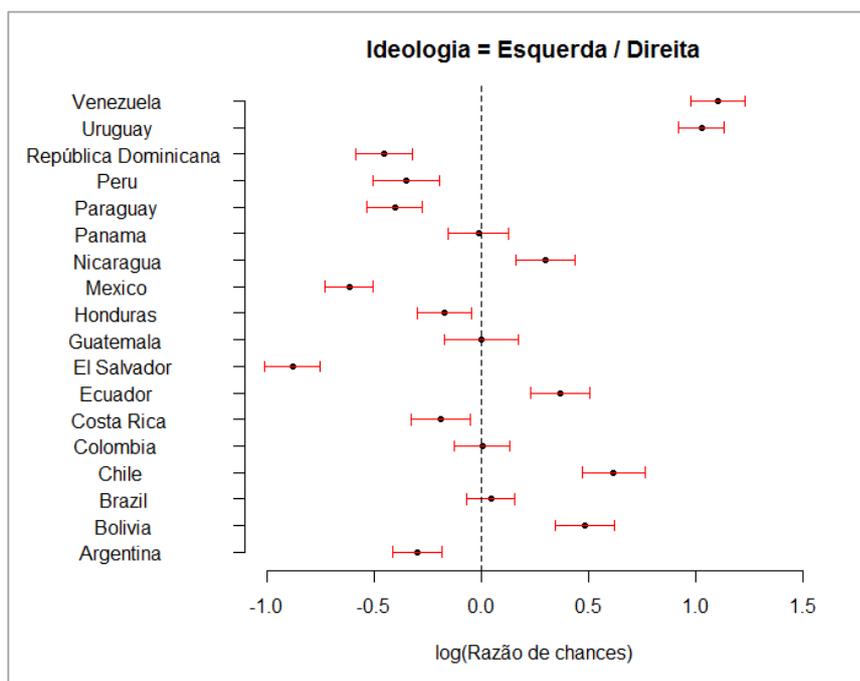


GRÁFICO 34 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ideologia

Para a variável religião, Gráfico 35, foi verificado que em média os indivíduos Católicos, têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos sem religião, agnósticos ou ateus. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Venezuela, Uruguai, Nicarágua e Bolívia, os indivíduos Católicos têm uma menor propensão a votar no partido no poder enquanto que no Paraguai, Costa Rica, Colômbia e Argentina, os indivíduos Católicos têm uma maior propensão a votar no partido no poder.

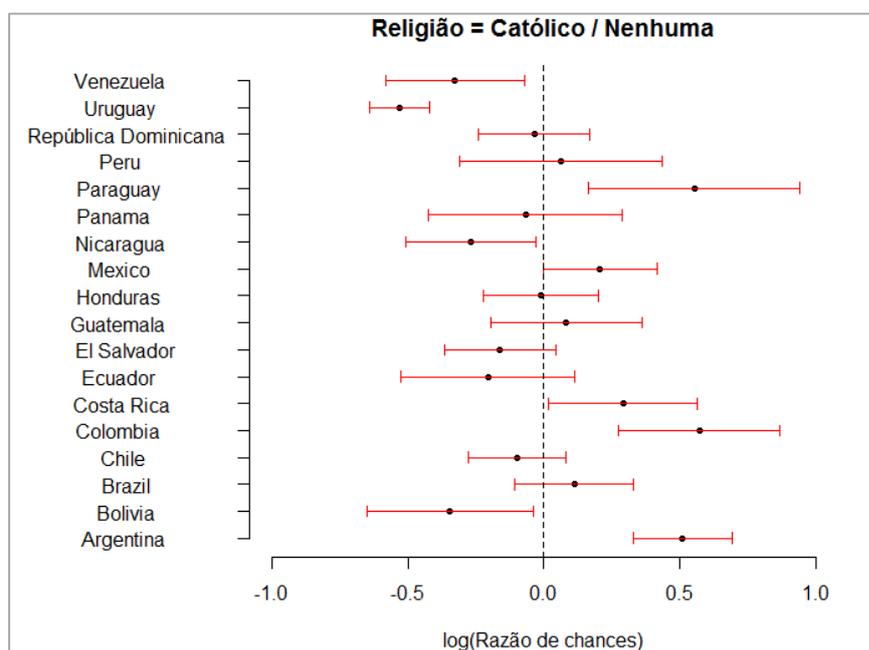


GRÁFICO 35 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (católico/nenhuma)

Para a variável religião, Gráfico 36, foi verificado que em média os indivíduos evangélicos, apesar de não significativo, têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos sem religião, agnósticos ou ateus. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que no Uruguai os indivíduos Evangélicos têm uma menor propensão a votar no partido no poder enquanto que na Costa Rica e Argentina, os indivíduos Evangélicos têm uma maior propensão a votar no partido no poder.

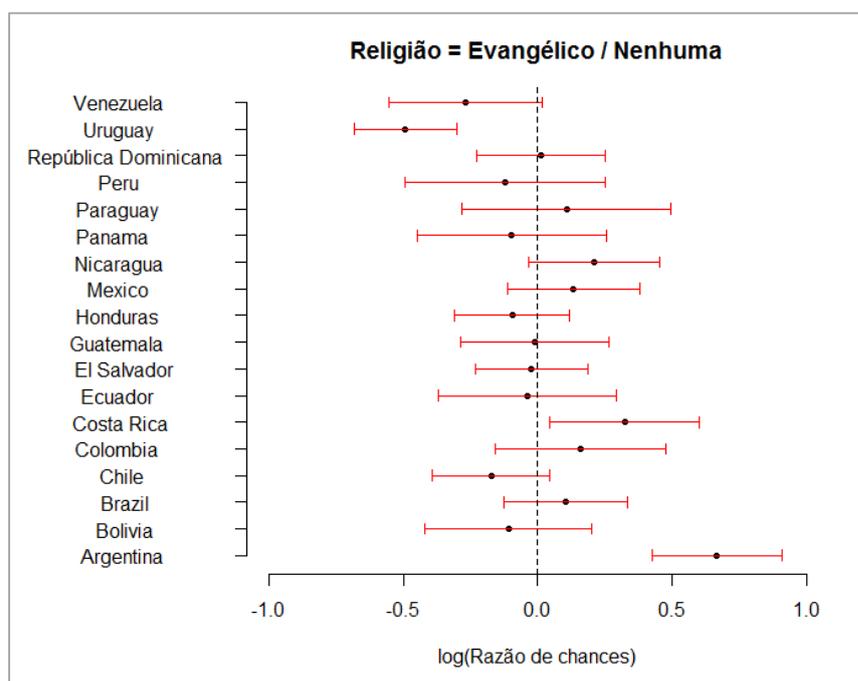


GRÁFICO 36 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (evangélico/nenhuma)

Para a variável religião, Gráfico 37, foi verificado que em média os indivíduos com outras religiões, têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos sem religião, agnósticos ou ateus. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Uruguai, Nicarágua, El Salvador e Bolívia os indivíduos com outras religiões têm uma menor propensão a votar no partido no poder enquanto que no Paraguai e na Colômbia, os indivíduos com outras religiões têm uma maior propensão a votar no partido no poder.

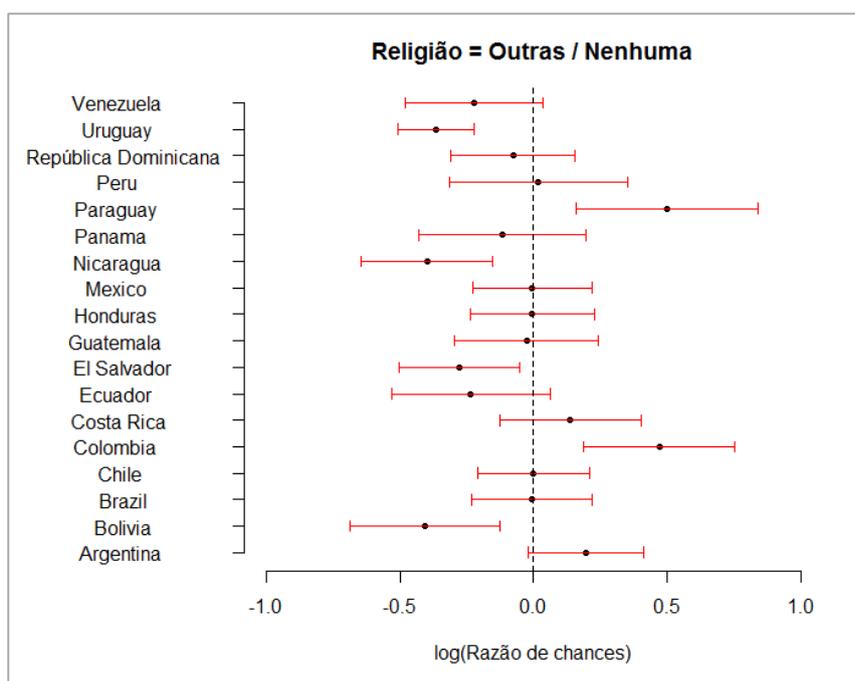


GRÁFICO 37 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (outras/nenhuma)

Para a variável taxa de inflação, Gráfico 38, foi verificado que, embora não significativo, em média a cada unidade a mais na inflação, a propensão a votar no partido no poder diminui. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Nicarágua, Equador, Costa Rica, Brasil e Argentina a cada unidade a mais na inflação, a propensão de votar no partido no poder diminui, enquanto que nos países Peru, Paraguai, Panamá, México, Honduras, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Chile e Bolívia, a cada unidade a mais na inflação, a propensão a votar no partido no poder aumenta.

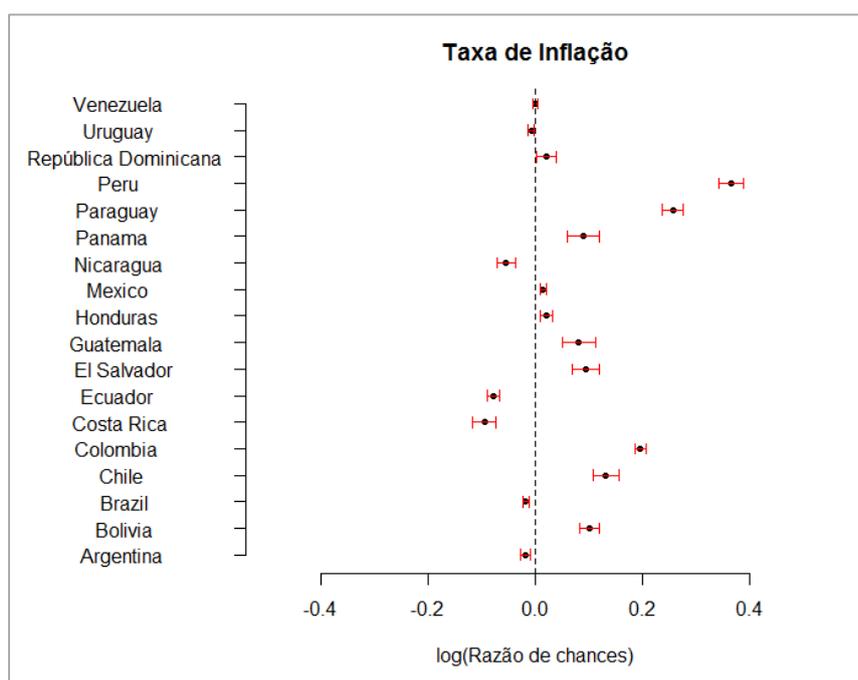


GRÁFICO 38 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de inflação

Para a variável taxa de desemprego, Gráfico 39, foi verificado que, embora não significativo, em média a cada unidade a mais na taxa de desemprego, a propensão a votar no partido no poder diminui. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Panamá, Guatemala, El Salvador, Equador e Bolívia a cada unidade a mais na taxa de desemprego, a propensão de votar no partido no poder diminui, enquanto que nos países Peru, Paraguai, Nicarágua, Costa Rica, Colômbia e Brasil, a cada unidade a mais na taxa de desemprego, a propensão a votar no partido no poder aumenta.

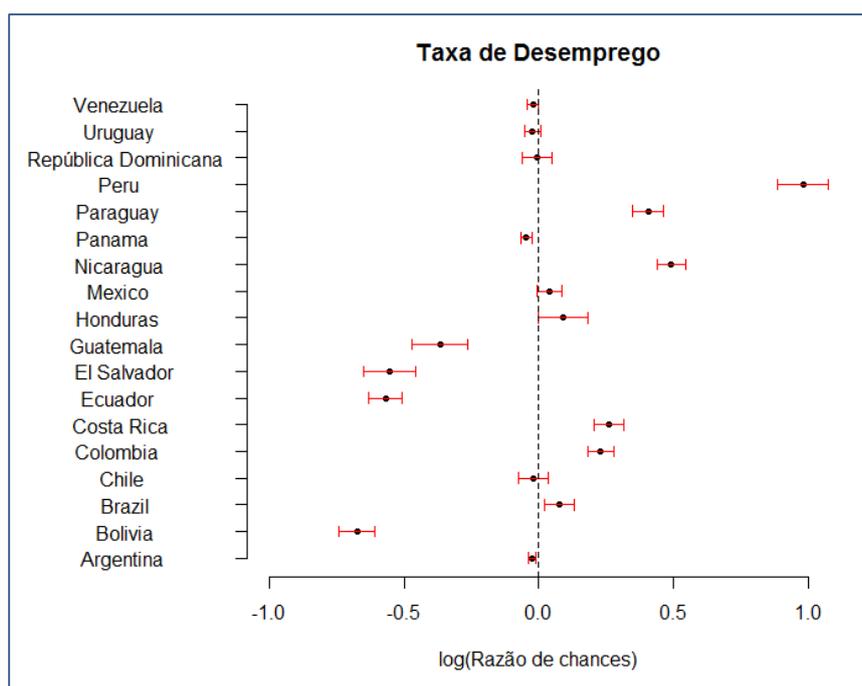


GRÁFICO 39 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de desemprego

Para a variável PIB, foi verificado que, Gráfico 40, embora não significativo, em média a cada unidade a mais no PIB, a propensão a votar no partido no poder aumenta. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Uruguai, República Dominicana, Panamá, El Salvador, Equador, Chile e Bolívia a cada unidade a mais no PIB, a propensão de votar no partido no poder aumenta, enquanto que nos Peru, Paraguai, Nicarágua, México, Guatemala, Costa Rica, Colômbia, a cada unidade a mais no PIB, a propensão a votar no partido no poder aumenta.

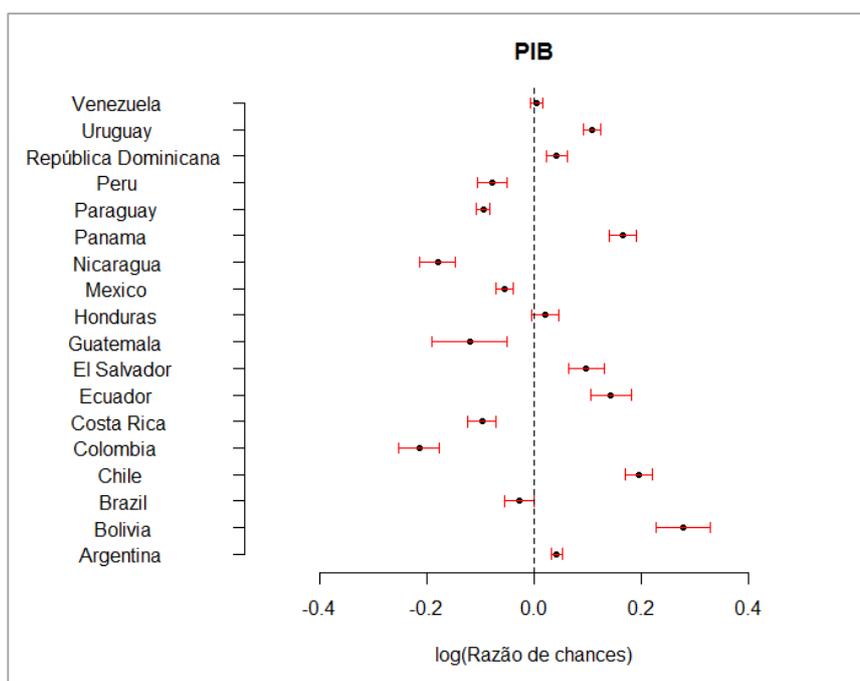


GRÁFICO 40 - Efeito aleatório na inclinação para a variável PIB

Para a variável longevidade democrática, Gráfico 41, foi verificado que em média a medida que se aumenta a Longevidade democrática do país, a propensão a votar no partido no poder diminui. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que nos países Uruguai, República Dominicana, Peru, Paraguai, Panamá, México, Honduras, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Chile e Argentina essa propensão é ainda menor, enquanto que na Nicarágua, Equador, Costa Rica, Brasil e Bolívia, à medida que se aumenta a longevidade democrática do país, a propensão de votar no partido no poder aumenta.

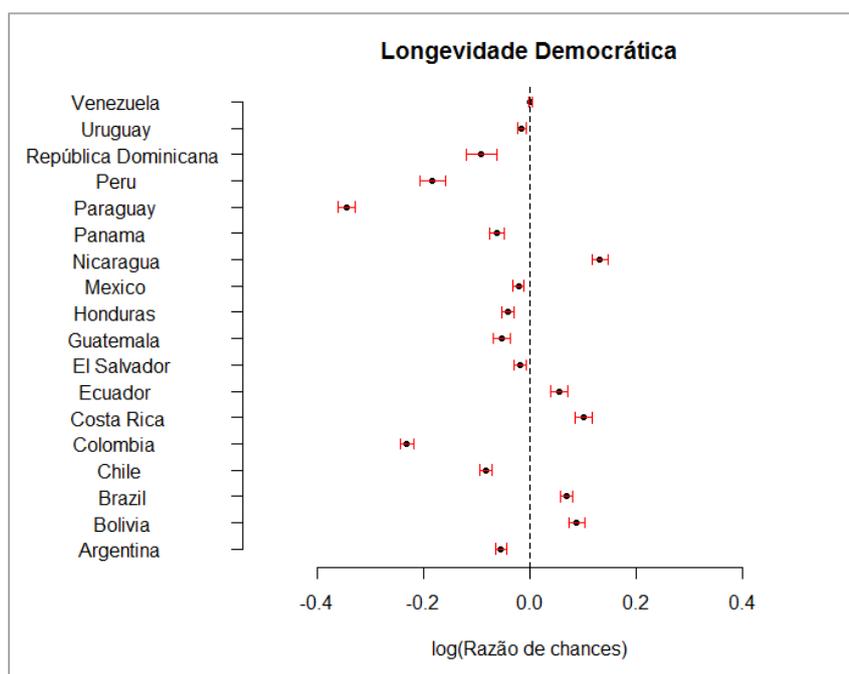


GRÁFICO 41 - Efeito aleatório na inclinação para a variável longevidade democrática

Para a variável poder legislativo, Gráfico 42, foi verificado que em média os indivíduos que apoiam o poder legislativo unicameral, têm uma maior propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos que apoiam o poder legislativo bicameral. Avaliando o gráfico com as inclinações por países, nota-se que somente nos países Uruguai, República Dominicana, Peru, Panamá, Guatemala, Bolívia e Argentina, os indivíduos que apoiam o poder Legislativo Unicameral têm uma menor propensão a votar no partido no poder.

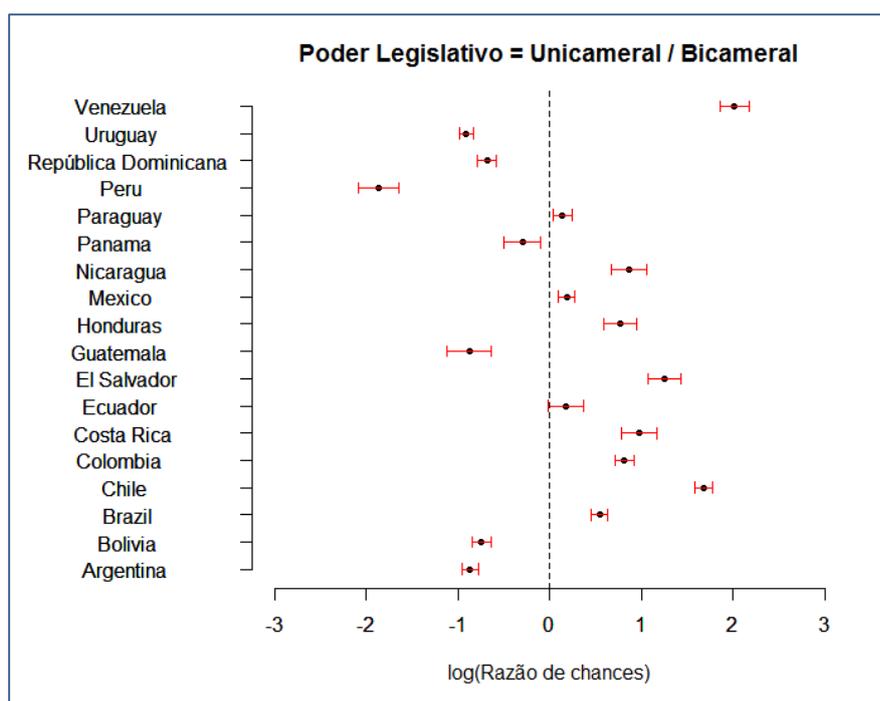


GRÁFICO 42 - Efeito aleatório na inclinação para a variável poder

Para a variável estrutura de estado, Gráfico 43, foi verificado que em média os indivíduos que apoiam a estrutura de estado unitarismo, têm uma menor propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos que apoiam a estrutura de estado federalismo. Avaliando o gráfico nota-se que não houve uma variação significativa da relação da estrutura de estado e a intenção de voto. De acordo com o teste da razão de verossimilhança, o efeito aleatório não foi significativo (valor- $p = 0,449$ ).

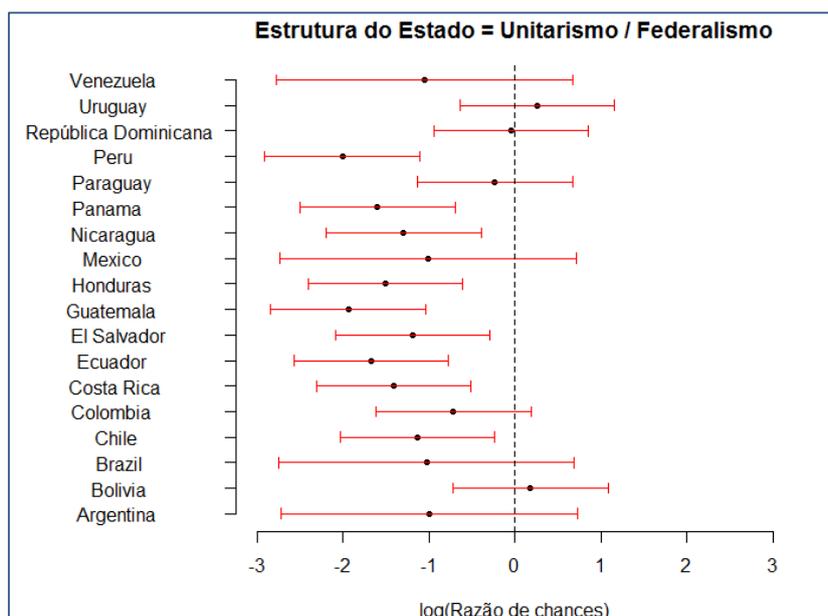


GRÁFICO 43 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estrutura do Estado

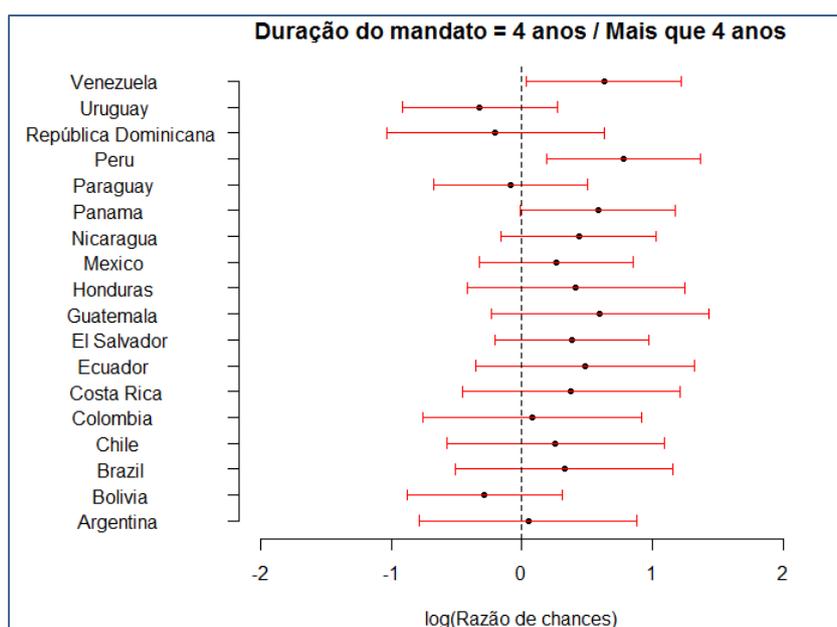


GRÁFICO 44 - Efeito aleatório na inclinação para a variável duração do mandato

Para a variável duração do mandato, Gráfico 44, foi verificado que em média os indivíduos de países onde a duração do mandato é de mais de 4 anos, têm uma maior propensão a votar no partido no poder se comparados aos indivíduos de países onde a duração do mandato é igual a 4 anos, porém esta relação não foi significativa. Avaliando o gráfico nota-se que não houve uma variação significativa da duração do mandato e a intenção de voto. De acordo com o teste da razão de verossimilhança, o efeito aleatório não foi significativo (valor- $p = 0,607$ ).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos que visam analisar o comportamento eleitoral se apresentam como relevantes quando se tem a problematização das democracias contemporâneas, inclusive quando estas têm sua instauração recente, como é o caso dos países Latinos Americanos. Os estudos encontrados para a América Latina, em sua maioria, contemplam análises individuais de países ou anos, eleições em específico, além de análises de grupos relativamente pequeno de países e período de tempo. Além disso, não foi encontrado, durante esse trabalho, nenhum estudo comparado sobre a região que levasse em consideração as diferenças políticas-institucionais dos países, cujo desenho pode modificar a avaliação do eleitor sobre a economia.

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo examinar se as percepções dos eleitores latino-americanos sobre o desempenho econômico de seus países exercem alguma influência sobre sua preferência pelo partido que está no poder.

Com o levantamento bibliográfico acerca do voto econômico, foi possível observar que apesar das variações quanto a técnica de análise e as variáveis empregadas, o fator econômico ainda apresenta relevante peso explicativo no comportamento, nas preferências do eleitor.

Pelos modelos empíricos construídos nesse trabalho, observou-se, de modo geral, que as percepções econômicas dos indivíduos exerceram influência em suas preferências partidárias. Assim, todas as tipologias de percepções estudadas tiveram peso significativo na preferência pelo partido que está no poder. Em especial, as visões sociotrópicas. No entanto, os indicadores macroeconômicos não apresentaram o mesmo efeito.

Apesar das análises terem alcançado o objetivo proposto, o estudo realizado apresenta algumas limitações. A primeira delas, está na dificuldade em encontrar uma variável que meça a clareza de responsabilidade dos eleitores latino-americanos. O desenho institucional latino-americano é bastante peculiar, onde o poder ou as decisões políticas não são centralizadas em um único ator, assim, pode ser difícil para os eleitores responsabilizarem seus governantes, uma vez que podem não ser capazes de identificar os responsáveis por determinada decisão política.

Outra limitação está no cálculo da distância ideológica. Na literatura existe uma preocupação com o intervalo que pode existir entre o impacto do contexto econômico real e a avaliação do eleitor da economia, em decorrência do viés ideológico. Assim, a inclusão dessa variável no modelo, poderia torná-lo mais robusto. Nessa pesquisa não foi possível a inclusão

desta variável nos modelos construídos, tendo em vista que no banco de dados do Latinobarômetro não foi encontrada uma variável que medisse o posicionamento que o eleitor atribui ao partido mandatário. Embora existam outros bancos de dados que possuem essa variável como, por exemplo, o *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), os dados não estão disponíveis para todo o período e/ou países estudados nesse estudo.

A validade deste trabalho centra-se no fato de construir modelos teórico-empíricos à realidade latina que, dada as peculiaridades históricas, são países que podem suscitar importantes discussões a respeito de aspectos democráticos e comportamento político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTI, Alan; KATERI, Maria. **Categorical data analysis**. Springer Berlin Heidelberg, 2011.

ALTMAN, Douglas G.; BLAND, J. Martin. **Statistics notes: diagnostic tests 2: predictive values**. *Bmj*, v. 309, n. 6947, p. 102, 1994.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Vol. XVI, núm. 418 (62), nov. 2012.

BENTON, Allyson Lucinda (2003). Dissatisfied democrats or retrospective voters? Economic hardship, political institutions and voting behavior in Latin America. **Comparative Political Studies**. vol. 38 n°. 4, 2005, p. 417-442.

BELLUCCI, Paolo. The effect of aggregate economic conditions on the political preferences of the Italian electorate, 1953-1979. **European Journal of Political Research**, 1984, p. 387-401.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul. F.; MCPHEE, William. N. **Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

BONIFÁCIO, Robert; CASALECCHI, Gabriel; DEUS, Cleber de. (Orgs.) **O voto para presidente no Brasil: 1989 a 2010, condicionantes e fatores explicativos**. Curitiba: Ithala, 2014; Teresina: Edufpi, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma interpretação da América Latina: a crise do estado. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, nov. 1993, p. 37- 57.

\_\_\_\_\_. A insuficiente política econômica em resposta à crise financeira de 2008. **Economia & Tecnologia**. Universidade Federal do Paraná, ano 5, vol.18, jul/set, 2009. p. 5-15.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado. **Novos estudos CEBRAP**, n° 37, 1993, p. 37- 57. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1993/93-UmaInterpretacaoDaAmericaLatina.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?**. 1991. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/883/820>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CAMARGOS, Malco Braga. Refinando a teoria do voto econômico. In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p.53-81

CAMPBELL et al. **American Voter**. New York: John Wiley and Sons, 1960.

CASELLA, George; BERGER, Roger L. **Statistical inference**. Pacific Grove, CA: Duxbury, 2002.

CLEVELAND, William S. LOWESS: A program for smoothing scatterplots by robust locally weighted regression. **The American Statistician**, v. 35, n. 1, p. 54, 1981.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do governo e “voto econômico”. **Revista Lua Nova**, n. 48, 1999. Disponível:< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n48/a12n48.pdf> >. Acesso em: 16 jul. 2014.

CEPAL. **América Latina y el Caribe series históricas de estadísticas económicas 1950-2008**. Cuadernos Estadístico nº 37, 2009. Disponível em: <[http://interwp.cepal.org/cuaderno\\_37/index.htm](http://interwp.cepal.org/cuaderno_37/index.htm)>. Acesso em: 12 ago 2015.

DALTON, Russell J. **Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. 5 ed. Washington: CQ Press, 2008.

\_\_\_\_\_; WATTENBERG, Martin P. The not so simple act of voting. In: FINIFTER, Ada W. (Ed.). **Political Science: the state of the discipline II**. Washington: American Political Science Association, 1993, p. 193-218.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FITZMAURICE, Garrett M.; LAIRD, Nan M.; WARE, James H. **Applied longitudinal analysis**. John Wiley & Sons, 2012.

FOX, John. **Applied regression analysis, linear models, and related methods**. Sage Publications, Inc, 1997.

ECHEGARAY, F. **Economic crises and electoral responses in Latin America**. Landham: University Press of America, 2005.

GALLAGHER, Michael. **Election indices dataset**. Disponível em: <[http://www.tcd.ie/Political\\_Science/staff/michael\\_gallagher/ElSystems/index.php](http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/index.php)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAIR, Joseph F. et al. **Multivariate data analysis**. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KATZ, Elihu; LAZARFELD, Paul.F. **Personal influence: The part played by people in the flow of mass communications**. New York: The Free Press, 1955.

KINDER, Donald R.; KIEWIET, D. Roderick. Sociotropic politics: the American case. **British Journal of Political Science**, v. 11, n. 2, p. 129-161, 1981.

KON, Anita. **Ajuste econômico na América Latina: impactos sobre a segmentação do trabalho**. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2000.

KRAMER, Gerald H. Short-Term fluctuations in U.S. voting behavior, 1896-1964. **THE American Political Science Review**, vol. 65, n. 1, 1971. p. 131-143. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1955049?uid=2&uid=4&sid=21104530351103>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

**LATINOBARÓMETRO DATABASE**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

LAZARFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign**. New York: Columbia University Press, 1948.

**LEGISLATINA**. Base de dados. Disponível em: <[http://americo.usal.es/oir/legislatina/base\\_de\\_datos.htm#aspectos\\_generales](http://americo.usal.es/oir/legislatina/base_de_datos.htm#aspectos_generales)>. Acesso em: 26 jan. 2016.

LEWIS-BECK, Michael S. Economics and the american voter: Past, present, future. **Political Behavior**, v. 10, n. 1, p. 5-21, 1988.

\_\_\_\_\_ ; STEGMAIER, Mary The economic vote in transitional democracies. **Journal of Elections, Public Opinion & Parties**. vol. 18, n.3, 2008, p.303-323.

\_\_\_\_\_ ; RATTO, Maria Celeste. Economic voting in Latin America: a general model. **Electoral Studies**, n. 32, pp. 489-493, 2013.

LINN, Suzanna; NAGLER, Jonathan; MORALES, Marco A. Economics, elections, and voting behavior. In: LEIGHLEY, Jan E. (Ed.). **The Oxford handbook of American Elections and Political Behavior**. Oxford University Press, 2010.

LOAYZA, Norman; FAJNZYLBER, Pablo; CALDERÓN, César. **Economic growth in Latin America and the Caribbean**: stylized facts, explanations, and forecasts. Central Bank of Chile Working Papers, n. 265, 2004.

MARKUS, Gregory B. The impact of personal and national economic conditions on the presidential vote: a pooled cross-sectional analysis. **American Journal of Political Science**, n. 32, 1988, p. 137- 54.

MAYER, N. **Qui vote pour qui et pourquoi?** Les modèles explicatifs du choix électoral, *Pouvoirs*, n° 120, jan. 2007, p. 17-27.

NAGELKERKE, Nico JD. A note on a general definition of the coefficient of determination. **Biometrika**, v. 78, n. 3, p. 691-692, 1991.

NORDHAUS, William D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, 1975, p. 169-190. Disponível em:  
<<http://www.ekonpol.wne.uw.edu.pl/uploads/Dydaktyka/Ekonomia%20polityczna%20bezrobociaNordhaus.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PEREIRA, Frederico Batista. O voto econômico no Brasil. In: BONIFÁCIO, Robert; CASALECCHI, Gabriel; DEUS, Cleber de. (Orgs.) **O voto para presidente no Brasil: 1989 a 2010, condicionantes e fatores explicativos**. Curitiba: Ithala, 2014; Teresina: Edufpi, 2014.

POWELL Jr., B.; WHITTEN, G. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. **American Journal of Political Science**, v.37, n.2, p.391-414, 1993.

PRICE, Simon; SANDERS, David. Modeling government popularity in postwar Britain: a methodological example. **American Journal of Political Science**, p. 317-334, 1993.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio. Democracy, elections, and accountability for economic outcomes. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan; MANIN, Bernard (Orgs.). **Democracy, accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: <http://partipirate.re/doc/tresors/Democracy-Accountability-and-Representation.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014

REIS, Fábio Wanderley. In: DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

REMMER, K. The Political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. **American Political Science Review**, n. 85, 1991.

ROGOFF, Kenneth. Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, n. 80, 1990, p. 21-36. Disponível em: <[http://scholar.harvard.edu/files/rogoff/files/51\\_aer90.pdf](http://scholar.harvard.edu/files/rogoff/files/51_aer90.pdf) >. Acesso em: 14 jul. 2014.

SAMUELS, David. Presidentialism and accountability for economy in comparative perspective. **American Political Science Review**, vol. 98, n. 3, ago., 2004, p.425- 436.

SINGER, Matthew. Economic voting in an era of (non) crisis: the changing electoral agenda in Latin America 1982-2010. **Comparative Politics**, vol. 45, n. 2, jan., p.169-185, 2013.

STOCK H.; WATSON. M. W. **Introduction to econometrics**. Addison Wesley, 2006.

VEIGA, Luciana. **Economic voting in an age of growth and poverty reduction: electoral response in Latin America (1995-2010)**. CSD Working Papers, Center for the Study of Democracy UC Irvine, 2013.

WEYLAND, Kurt. Peasants or bankers in Venezuela? Presidential popularity and economic reform approval, 1989-1993. **Political Research Quarterly**, Vol. 51, n 2, p. 341-362, jun., 1998.

\_\_\_\_\_. A Paradox of success? Determinants of political support for president Fujimori. **International Studies Quarterly**, n. 44, p. 481–502, 2000.

\_\_\_\_\_. Economic voting reconsidered: crisis and charisma in the election of Hugo Chávez. **Comparative Political Studies**, vol. 36, n 7, p.822-848, set., 2003.

WOOLDRIDGE, J.M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Cengage Learning, 2011.

**APÊNDICE A** – Apresentação da forma de tratamento das variáveis nos modelos

<b>Nível</b>	<b>Variável</b>	<b>Sigla</b>	<b>Tipo</b>	<b>Forma de tratamento</b>	<b>Categorias</b>
Indivíduo	Sexo	Sex	Catagórica	Catagórica	Feminino (Ref.) Masculino
Indivíduo	Visão Sociotrópica Retrospectiva	VSR	Catagórica	Catagórica	Mesma Melhor Pior(Ref.)
Indivíduo	Visão Sociotrópica Prospectiva	VSP	Catagórica	Catagórica	Mesma Melhor Pior(Ref.)
Indivíduo	Visão Egotrópica Retrospectiva	VER	Catagórica	Catagórica	Mesma Melhor Pior(Ref.)
Indivíduo	Visão Egotrópica Prospectiva	VEP	Catagórica	Catagórica	Mesma Melhor Pior(Ref.)
Indivíduo	Idade	Ida	Numérica	Numérica centrada na média	-
Indivíduo	Escolaridade	Esc	Catagórica	Ordinal centrada no ponto médio	-
Indivíduo	Estado Civil	Est_C	Catagórica	Catagórica	Solteiro (Ref.) Casado Separado/Divorciado/Viúvo
Indivíduo	Suporte Democracia	Sup_D	Catagórica	Catagórica	Não importa (Ref.) Democracia Governo Autoritário
Indivíduo	Satisfação Democracia	Sat_D	Catagórica	Ordinal centrada no ponto médio	-
Indivíduo	Renda	Ren	Catagórica	Catagórica	É suficiente (Ref.) Não é suficiente
Indivíduo	Ideologia	Ide	Catagórica	Catagórica	Direita (Referência) Esquerda Nenhuma/Agnóstico./Ateu(Ref.)
Indivíduo	Religião	Rel	Catagórica	Catagórica	Católico Evangélico Outras
País	Taxa de Inflação	Tax_I	Numérica	Numérica centrada na média	-
País	Taxa de Desemprego	Tax_D	Numérica	Numérica centrada na média	-
País	PIB	PIB	Numérica	Numérica centrada na média	-
País	Longevidade Democrática	Log_D	Numérica	Numérica centrada na média	-
País	Poder Legislativo	Pod_L	Catagórica	Catagórica	Bicameral (Ref.) Unicameral
País	Estrutura do Estado	Est_T	Catagórica	Catagórica	Federalismo (Ref.) Unitarismo
País	Duração do mandato	Dur_M	Catagórica	Catagórica	Mais que 4 anos (Ref.) 4 anos

**APÊNDICE B** – Tabelas representativas dos gráficos 15 a 44.

TABELA 15 - Efeito aleatório na inclinação para a variável sexo

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,054	0,95	[0,86; 1,04]
Bolívia	-0,054	0,95	[0,85; 1,05]
Brasil	-0,100	0,91	[0,82; 1]
Chile	0,056	1,06	[0,95; 1,17]
Colômbia	-0,089	0,91	[0,82; 1,02]
Costa Rica	-0,187	0,83	[0,74; 0,93]
Equador	-0,028	0,97	[0,87; 1,09]
El Salvador	-0,083	0,92	[0,83; 1,02]
Guatemala	-0,147	0,86	[0,76; 0,98]
Honduras	-0,065	0,94	[0,84; 1,04]
México	-0,056	0,95	[0,86; 1,04]
Nicarágua	-0,047	0,95	[0,85; 1,07]
Panamá	0,007	1,01	[0,9; 1,13]
Paraguai	-0,105	0,90	[0,81; 1]
Peru	-0,014	0,99	[0,87; 1,11]
República Dominicana	-0,348	0,71	[0,63; 0,79]
Uruguai	-0,038	0,96	[0,88; 1,05]
Venezuela	-0,023	0,98	[0,88; 1,08]

TABELA 16 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ano

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,019	1,02	[1,01; 1,03]
Bolívia	0,167	1,18	[1,16; 1,2]
Brasil	0,160	1,17	[1,16; 1,19]
Chile	0,000	1,00	[0,99; 1,01]
Colômbia	-0,142	0,87	[0,86; 0,88]
Costa Rica	0,188	1,21	[1,19; 1,23]
Equador	0,418	1,52	[1,47; 1,57]
El Salvador	0,063	1,06	[1,05; 1,08]
Guatemala	0,028	1,03	[1,01; 1,05]
Honduras	0,045	1,05	[1,03; 1,06]
México	0,066	1,07	[1,06; 1,08]
Nicarágua	0,210	1,23	[1,22; 1,25]
Panamá	0,015	1,02	[1; 1,03]
Paraguai	-0,264	0,77	[0,76; 0,78]
Peru	-0,123	0,88	[0,87; 0,9]
República Dominicana	-0,009	0,99	[0,96; 1,02]
Uruguai	0,078	1,08	[1,07; 1,09]
Venezuela	0,004	1,00	[0,99; 1,02]

TABELA 17 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (melhor/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	1,152	3,16	[2,74; 3,66]
Bolívia	1,416	4,12	[3,45; 4,91]
Brasil	0,795	2,22	[1,91; 2,57]
Chile	0,600	1,82	[1,51; 2,19]
Colômbia	-1,024	0,36	[0,30; 0,42]
Costa Rica	0,371	1,45	[1,20; 1,75]
Equador	1,503	4,50	[3,71; 5,44]
El Salvador	0,451	1,57	[1,32; 1,87]
Guatemala	0,229	1,26	[1,00; 1,58]
Honduras	0,074	1,08	[0,91; 1,28]
México	0,464	1,59	[1,38; 1,83]
Nicarágua	0,983	2,67	[2,24; 3,19]
Panamá	0,166	1,18	[0,98; 1,42]
Paraguai	-1,089	0,34	[0,29; 0,40]
Peru	1,369	3,93	[3,13; 4,94]
República Dominicana	1,266	3,55	[2,98; 4,22]
Uruguai	1,597	4,94	[4,28; 5,7]
Venezuela	1,377	3,96	[3,41; 4,60]

TABELA 18 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica retrospectiva (mesma/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,638	1,89	[1,67; 2,15]
Bolívia	0,570	1,77	[1,52; 2,06]
Brasil	0,437	1,55	[1,33; 1,80]
Chile	0,337	1,40	[1,19; 1,65]
Colômbia	-0,289	0,75	[0,65; 0,86]
Costa Rica	0,171	1,19	[1,03; 1,37]
Equador	0,723	2,06	[1,74; 2,44]
El Salvador	0,136	1,15	[1,00; 1,31]
Guatemala	0,232	1,26	[1,07; 1,49]
Honduras	0,118	1,13	[0,99; 1,28]
México	0,286	1,33	[1,18; 1,50]
Nicarágua	0,260	1,30	[1,12; 1,50]
Panamá	0,190	1,21	[1,02; 1,43]
Paraguai	-0,757	0,47	[0,41; 0,54]
Peru	0,761	2,14	[1,75; 2,62]
República Dominicana	0,750	2,12	[1,83; 2,45]
Uruguai	0,714	2,04	[1,80; 2,32]
Venezuela	0,770	2,16	[1,88; 2,48]

TABELA 19 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva (melhor/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	1,260	3,53	[3,01; 4,13]
Bolívia	1,020	2,77	[2,31; 3,33]
Brasil	0,793	2,21	[1,86; 2,63]
Chile	0,546	1,73	[1,38; 2,16]
Colômbia	-0,616	0,54	[0,46; 0,63]
Costa Rica	0,401	1,49	[1,25; 1,78]
Equador	1,380	3,98	[3,24; 4,87]
El Salvador	0,399	1,49	[1,26; 1,76]
Guatemala	0,335	1,40	[1,13; 1,73]
Honduras	-0,117	0,89	[0,76; 1,03]
México	0,438	1,55	[1,35; 1,78]
Nicarágua	0,242	1,27	[1,08; 1,51]
Panamá	0,199	1,22	[1,00; 1,49]
Paraguai	-1,168	0,31	[0,26; 0,37]
Peru	0,957	2,60	[2,02; 3,35]
República Dominicana	0,947	2,58	[2,19; 3,03]
Uruguai	1,381	3,98	[3,40; 4,66]
Venezuela	1,169	3,22	[2,76; 3,76]

TABELA 20- Efeito aleatório na inclinação para a variável visão sociotrópica prospectiva (mesma/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,549	1,73	[1,50; 2,01]
Bolívia	0,426	1,53	[1,30; 1,80]
Brasil	0,468	1,60	[1,35; 1,89]
Chile	0,430	1,54	[1,25; 1,89]
Colômbia	-0,160	0,85	[0,73; 0,99]
Costa Rica	0,011	1,01	[0,87; 1,17]
Equador	0,764	2,15	[1,79; 2,58]
El Salvador	0,169	1,18	[1,03; 1,36]
Guatemala	0,210	1,23	[1,04; 1,47]
Honduras	-0,048	0,95	[0,83; 1,09]
México	0,241	1,27	[1,12; 1,44]
Nicarágua	-0,015	0,98	[0,84; 1,15]
Panamá	0,272	1,31	[1,09; 1,58]
Paraguai	-0,549	0,58	[0,49; 0,68]
Peru	0,423	1,53	[1,22; 1,91]
República Dominicana	0,511	1,67	[1,44; 1,93]
Uruguai	0,739	2,09	[1,81; 2,43]
Venezuela	0,644	1,90	[1,64; 2,21]

TABELA 21 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (melhor/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,441	1,55	[1,33; 1,81]
Bolívia	0,582	1,79	[1,48; 2,17]
Brasil	0,225	1,25	[1,07; 1,47]
Chile	0,020	1,02	[0,84; 1,24]
Colômbia	-0,782	0,46	[0,38; 0,55]
Costa Rica	-0,078	0,93	[0,76; 1,12]
Equador	0,856	2,35	[1,91; 2,90]
El Salvador	-0,008	0,99	[0,83; 1,19]
Guatemala	-0,010	0,99	[0,79; 1,25]
Honduras	-0,329	0,72	[0,61; 0,85]
México	-0,056	0,95	[0,81; 1,10]
Nicarágua	0,446	1,56	[1,30; 1,88]
Panamá	-0,279	0,76	[0,61; 0,94]
Paraguai	-1,197	0,30	[0,25; 0,36]
Peru	0,371	1,45	[1,14; 1,84]
República Dominicana	0,727	2,07	[1,73; 2,47]
Uruguai	0,796	2,22	[1,91; 2,57]
Venezuela	0,750	2,12	[1,80; 2,49]

TABELA 22 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica retrospectiva (mesma/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,250	1,28	[1,14; 1,45]
Bolívia	0,295	1,34	[1,15; 1,57]
Brasil	0,153	1,16	[1,01; 1,34]
Chile	-0,026	0,97	[0,84; 1,14]
Colômbia	-0,347	0,71	[0,61; 0,82]
Costa Rica	-0,138	0,87	[0,75; 1,01]
Equador	0,538	1,71	[1,45; 2,03]
El Salvador	-0,109	0,90	[0,78; 1,02]
Guatemala	-0,003	1,00	[0,84; 1,19]
Honduras	-0,201	0,82	[0,72; 0,93]
México	-0,021	0,98	[0,87; 1,11]
Nicarágua	0,113	1,12	[0,97; 1,30]
Panamá	-0,189	0,83	[0,69; 0,99]
Paraguai	-0,533	0,59	[0,51; 0,68]
Peru	0,269	1,31	[1,09; 1,57]
República Dominicana	0,384	1,47	[1,29; 1,68]
Uruguai	0,392	1,48	[1,31; 1,67]
Venezuela	0,371	1,45	[1,26; 1,66]

TABELA 23 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (melhor/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,250	1,28	[1,14; 1,45]
Bolívia	0,295	1,34	[1,15; 1,57]
Brasil	0,153	1,16	[1,01; 1,34]
Chile	-0,026	0,97	[0,84; 1,14]
Colômbia	-0,347	0,71	[0,61; 0,82]
Costa Rica	-0,138	0,87	[0,75; 1,01]
Equador	0,538	1,71	[1,45; 2,03]
El Salvador	-0,109	0,90	[0,78; 1,02]
Guatemala	-0,003	1,00	[0,84; 1,19]
Honduras	-0,201	0,82	[0,72; 0,93]
México	-0,021	0,98	[0,87; 1,11]
Nicarágua	0,113	1,12	[0,97; 1,30]
Panamá	-0,189	0,83	[0,69; 0,99]
Paraguai	-0,533	0,59	[0,51; 0,68]
Peru	0,269	1,31	[1,09; 1,57]
República Dominicana	0,384	1,47	[1,29; 1,68]
Uruguai	0,392	1,48	[1,31; 1,67]
Venezuela	0,371	1,45	[1,26; 1,66]

TABELA 24 - Efeito aleatório na inclinação para a variável visão egotrópica prospectiva (mesma/pior)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,073	1,08	[0,92; 1,25]
Bolívia	0,061	1,06	[0,90; 1,26]
Brasil	-0,127	0,88	[0,75; 1,03]
Chile	-0,011	0,99	[0,83; 1,18]
Colômbia	0,446	1,56	[1,33; 1,84]
Costa Rica	-0,158	0,85	[0,73; 1,00]
Equador	-0,016	0,98	[0,83; 1,16]
El Salvador	-0,121	0,89	[0,77; 1,02]
Guatemala	0,146	1,16	[0,95; 1,40]
Honduras	-0,122	0,89	[0,77; 1,02]
México	0,029	1,03	[0,90; 1,18]
Nicarágua	-0,168	0,85	[0,72; 0,99]
Panamá	0,010	1,01	[0,85; 1,20]
Paraguai	0,484	1,62	[1,36; 1,94]
Peru	0,186	1,20	[0,97; 1,49]
República Dominicana	0,185	1,20	[1,04; 1,40]
Uruguai	0,233	1,26	[1,10; 1,45]
Venezuela	-0,155	0,86	[0,75; 0,98]

TABELA 25 - Efeito aleatório na inclinação para a variável idade

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,003	1,00	[1; 1,01]
Bolívia	0,007	1,01	[1; 1,01]
Brasil	0,000	1,00	[1; 1]
Chile	-0,005	0,99	[0,99; 1]
Colômbia	-0,008	0,99	[0,99; 1]
Costa Rica	0,001	1,00	[1; 1,01]
Equador	0,006	1,01	[1; 1,01]
El Salvador	-0,002	1,00	[0,99; 1]
Guatemala	0,005	1,01	[1; 1,01]
Honduras	0,004	1,00	[1; 1,01]
México	0,001	1,00	[1; 1]
Nicarágua	0,003	1,00	[1; 1,01]
Panamá	-0,007	0,99	[0,99; 1]
Paraguai	0,002	1,00	[1; 1,01]
Peru	-0,011	0,99	[0,98; 0,99]
República Dominicana	-0,003	1,00	[0,99; 1]
Uruguai	-0,007	0,99	[0,99; 1]
Venezuela	0,001	1,00	[1; 1]

TABELA 26 - Efeito aleatório na inclinação para a variável escolaridade

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,198	0,82	[0,79; 0,85]
Bolívia	-0,227	0,80	[0,77; 0,82]
Brasil	-0,032	0,97	[0,94; 1]
Chile	-0,029	0,97	[0,93; 1,01]
Colômbia	0,093	1,10	[1,06; 1,14]
Costa Rica	-0,083	0,92	[0,88; 0,96]
Equador	-0,093	0,91	[0,87; 0,95]
El Salvador	-0,040	0,96	[0,93; 0,99]
Guatemala	-0,123	0,88	[0,84; 0,93]
Honduras	-0,062	0,94	[0,9; 0,98]
México	0,036	1,04	[1; 1,07]
Nicarágua	-0,088	0,92	[0,88; 0,95]
Panamá	0,027	1,03	[0,98; 1,07]
Paraguai	0,041	1,04	[1; 1,09]
Peru	0,006	1,01	[0,96; 1,05]
República Dominicana	0,022	1,02	[0,98; 1,06]
Uruguai	0,005	1,00	[0,97; 1,04]
Venezuela	-0,116	0,89	[0,86; 0,92]

TABELA 27 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (casado/solteiro)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,197	1,22	[1,1; 1,35]
Bolívia	0,238	1,27	[1,13; 1,42]
Brasil	0,061	1,06	[0,96; 1,17]
Chile	0,016	1,02	[0,91; 1,14]
Colômbia	-0,092	0,91	[0,82; 1,02]
Costa Rica	0,035	1,04	[0,92; 1,16]
Equador	0,187	1,21	[1,07; 1,36]
El Salvador	-0,128	0,88	[0,79; 0,98]
Guatemala	0,113	1,12	[0,98; 1,28]
Honduras	-0,026	0,97	[0,87; 1,09]
México	0,126	1,13	[1,03; 1,25]
Nicarágua	0,006	1,01	[0,9; 1,13]
Panamá	-0,119	0,89	[0,79; 1]
Paraguai	0,084	1,09	[0,97; 1,22]
Peru	-0,128	0,88	[0,77; 1]
República Dominicana	0,186	1,20	[1,08; 1,34]
Uruguai	-0,026	0,97	[0,89; 1,07]
Venezuela	0,076	1,08	[0,98; 1,19]

TABELA 28 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estado civil (separado/solteiro)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,245	1,28	[1,11; 1,47]
Bolívia	0,299	1,35	[1,16; 1,57]
Brasil	0,066	1,07	[0,93; 1,22]
Chile	0,007	1,01	[0,86; 1,18]
Colômbia	-0,148	0,86	[0,74; 1,01]
Costa Rica	0,037	1,04	[0,88; 1,22]
Equador	0,250	1,28	[1,09; 1,51]
El Salvador	-0,186	0,83	[0,72; 0,96]
Guatemala	0,152	1,16	[0,97; 1,4]
Honduras	-0,045	0,96	[0,82; 1,11]
México	0,156	1,17	[1,02; 1,34]
Nicarágua	0,000	1,00	[0,85; 1,17]
Panamá	-0,169	0,84	[0,72; 1]
Paraguai	0,093	1,10	[0,94; 1,29]
Peru	-0,175	0,84	[0,7; 1]
República Dominicana	0,227	1,25	[1,08; 1,46]
Uruguai	-0,066	0,94	[0,82; 1,06]
Venezuela	0,097	1,10	[0,96; 1,27]

TABELA 29 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (democracia/indiferente)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,010	0,99	[0,87; 1,12]
Bolívia	0,097	1,10	[0,97; 1,25]
Brasil	0,044	1,05	[0,94; 1,16]
Chile	0,341	1,41	[1,24; 1,6]
Colômbia	-0,052	0,95	[0,84; 1,07]
Costa Rica	-0,134	0,87	[0,76; 1,01]
Equador	0,140	1,15	[1,01; 1,31]
El Salvador	-0,024	0,98	[0,86; 1,1]
Guatemala	-0,082	0,92	[0,8; 1,07]
Honduras	-0,112	0,89	[0,79; 1,01]
México	-0,025	0,98	[0,88; 1,08]
Nicarágua	-0,171	0,84	[0,74; 0,96]
Panamá	-0,097	0,91	[0,8; 1,04]
Paraguai	-0,420	0,66	[0,58; 0,74]
Peru	-0,154	0,86	[0,74; 0,99]
República Dominicana	0,035	1,04	[0,91; 1,18]
Uruguai	0,195	1,22	[1,07; 1,37]
Venezuela	-0,145	0,87	[0,76; 0,99]

TABELA 30 - Efeito aleatório na inclinação para a variável suporte a democracia (governo autoritário/indiferente)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,087	0,92	[0,81; 1,03]
Bolívia	-0,030	0,97	[0,86; 1,1]
Brasil	-0,066	0,94	[0,84; 1,05]
Chile	-0,339	0,71	[0,62; 0,82]
Colômbia	-0,009	0,99	[0,87; 1,13]
Costa Rica	-0,144	0,87	[0,76; 0,99]
Equador	-0,196	0,82	[0,73; 0,93]
El Salvador	-0,132	0,88	[0,77; 0,99]
Guatemala	-0,204	0,82	[0,72; 0,93]
Honduras	-0,207	0,81	[0,72; 0,92]
México	-0,028	0,97	[0,87; 1,08]
Nicarágua	-0,033	0,97	[0,85; 1,1]
Panamá	-0,082	0,92	[0,81; 1,05]
Paraguai	0,170	1,19	[1,06; 1,33]
Peru	-0,080	0,92	[0,81; 1,05]
República Dominicana	-0,035	0,97	[0,85; 1,09]
Uruguai	-0,004	1,00	[0,88; 1,13]
Venezuela	-0,035	0,97	[0,85; 1,1]

TABELA 31 - Efeito aleatório na inclinação para a variável satisfação com a democracia

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,288	1,33	[1,26; 1,41]
Bolívia	0,499	1,65	[1,54; 1,76]
Brasil	0,294	1,34	[1,26; 1,43]
Chile	0,261	1,30	[1,22; 1,38]
Colômbia	-0,141	0,87	[0,82; 0,92]
Costa Rica	0,130	1,14	[1,08; 1,2]
Equador	0,560	1,75	[1,64; 1,87]
El Salvador	0,134	1,14	[1,08; 1,2]
Guatemala	0,133	1,14	[1,06; 1,23]
Honduras	-0,009	0,99	[0,94; 1,04]
México	0,075	1,08	[1,02; 1,14]
Nicarágua	0,267	1,31	[1,24; 1,38]
Panamá	-0,033	0,97	[0,91; 1,02]
Paraguai	-0,514	0,60	[0,56; 0,64]
Peru	0,414	1,51	[1,41; 1,62]
República Dominicana	0,246	1,28	[1,21; 1,35]
Uruguai	0,307	1,36	[1,3; 1,42]
Venezuela	0,467	1,60	[1,52; 1,67]

TABELA 32 - Efeito aleatório na inclinação para a variável renda

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,072	0,93	[0,84; 1,03]
Bolívia	-0,016	0,98	[0,89; 1,09]
Brasil	-0,010	0,99	[0,9; 1,09]
Chile	-0,039	0,96	[0,86; 1,07]
Colômbia	-0,198	0,82	[0,74; 0,91]
Costa Rica	-0,054	0,95	[0,84; 1,06]
Equador	-0,008	0,99	[0,89; 1,11]
El Salvador	0,085	1,09	[0,98; 1,21]
Guatemala	0,160	1,17	[1,03; 1,33]
Honduras	-0,014	0,99	[0,89; 1,1]
México	-0,011	0,99	[0,9; 1,09]
Nicarágua	0,016	1,02	[0,91; 1,14]
Panamá	0,076	1,08	[0,96; 1,21]
Paraguai	-0,086	0,92	[0,82; 1,02]
Peru	-0,144	0,87	[0,77; 0,98]
República Dominicana	-0,200	0,82	[0,73; 0,92]
Uruguai	-0,075	0,93	[0,85; 1,01]
Venezuela	-0,045	0,96	[0,86; 1,06]

TABELA 33 - Efeito aleatório na inclinação para a variável ideologia

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,297	0,74	[0,66; 0,83]
Bolívia	0,486	1,63	[1,42; 1,87]
Brasil	0,045	1,05	[0,93; 1,17]
Chile	0,619	1,86	[1,6; 2,15]
Colômbia	0,004	1,00	[0,88; 1,14]
Costa Rica	-0,188	0,83	[0,72; 0,95]
Equador	0,370	1,45	[1,26; 1,66]
El Salvador	-0,881	0,41	[0,36; 0,47]
Guatemala	0,001	1,00	[0,84; 1,19]
Honduras	-0,172	0,84	[0,74; 0,96]
México	-0,616	0,54	[0,48; 0,6]
Nicarágua	0,299	1,35	[1,17; 1,55]
Panamá	-0,012	0,99	[0,86; 1,14]
Paraguai	-0,402	0,67	[0,59; 0,76]
Peru	-0,349	0,71	[0,6; 0,83]
República Dominicana	-0,453	0,64	[0,56; 0,73]
Uruguai	1,028	2,80	[2,51; 3,11]
Venezuela	1,104	3,02	[2,66; 3,42]

TABELA 34 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (católico/nenhuma)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,510	1,67	[1,39; 2]
Bolívia	-0,345	0,71	[0,52; 0,96]
Brasil	0,112	1,12	[0,9; 1,39]
Chile	-0,100	0,91	[0,76; 1,08]
Colômbia	0,572	1,77	[1,32; 2,38]
Costa Rica	0,292	1,34	[1,02; 1,76]
Equador	-0,206	0,81	[0,59; 1,12]
El Salvador	-0,161	0,85	[0,69; 1,04]
Guatemala	0,082	1,09	[0,82; 1,43]
Honduras	-0,009	0,99	[0,8; 1,22]
México	0,206	1,23	[1; 1,51]
Nicarágua	-0,268	0,76	[0,6; 0,97]
Panamá	-0,068	0,93	[0,66; 1,33]
Paraguai	0,554	1,74	[1,18; 2,57]
Peru	0,062	1,06	[0,73; 1,55]
República Dominicana	-0,035	0,97	[0,79; 1,18]
Uruguai	-0,530	0,59	[0,53; 0,66]
Venezuela	-0,326	0,72	[0,56; 0,93]

TABELA 35 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (evangélico/nenhuma)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,667	1,95	[1,53; 2,48]
Bolívia	-0,108	0,90	[0,66; 1,22]
Brasil	0,103	1,11	[0,88; 1,4]
Chile	-0,173	0,84	[0,68; 1,05]
Colômbia	0,159	1,17	[0,85; 1,61]
Costa Rica	0,323	1,38	[1,05; 1,83]
Equador	-0,040	0,96	[0,69; 1,34]
El Salvador	-0,023	0,98	[0,79; 1,2]
Guatemala	-0,011	0,99	[0,75; 1,3]
Honduras	-0,094	0,91	[0,74; 1,13]
México	0,134	1,14	[0,89; 1,46]
Nicarágua	0,209	1,23	[0,97; 1,57]
Panamá	-0,097	0,91	[0,64; 1,29]
Paraguai	0,107	1,11	[0,76; 1,64]
Peru	-0,122	0,89	[0,61; 1,28]
República Dominicana	0,012	1,01	[0,8; 1,29]
Uruguai	-0,492	0,61	[0,51; 0,74]
Venezuela	-0,267	0,77	[0,58; 1,02]

TABELA 36 - Efeito aleatório na inclinação para a variável religião (outras/nenhuma)

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,196	1,22	[0,98; 1,51]
Bolívia	-0,405	0,67	[0,5; 0,88]
Brasil	-0,006	0,99	[0,79; 1,25]
Chile	0,000	1,00	[0,81; 1,23]
Colômbia	0,472	1,60	[1,21; 2,13]
Costa Rica	0,139	1,15	[0,88; 1,5]
Equador	-0,234	0,79	[0,59; 1,06]
El Salvador	-0,277	0,76	[0,61; 0,95]
Guatemala	-0,025	0,97	[0,74; 1,28]
Honduras	-0,005	0,99	[0,79; 1,26]
México	-0,004	1,00	[0,8; 1,25]
Nicarágua	-0,399	0,67	[0,53; 0,86]
Panamá	-0,116	0,89	[0,65; 1,22]
Paraguai	0,501	1,65	[1,17; 2,32]
Peru	0,018	1,02	[0,73; 1,42]
República Dominicana	-0,077	0,93	[0,73; 1,17]
Uruguai	-0,364	0,69	[0,6; 0,8]
Venezuela	-0,223	0,80	[0,62; 1,04]

TABELA 37 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de inflação

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,019	0,98	[0,97; 0,99]
Bolívia	0,101	1,11	[1,09; 1,13]
Brasil	-0,018	0,98	[0,98; 0,99]
Chile	0,131	1,14	[1,11; 1,17]
Colômbia	0,196	1,22	[1,2; 1,23]
Costa Rica	-0,096	0,91	[0,89; 0,93]
Equador	-0,078	0,92	[0,91; 0,93]
El Salvador	0,093	1,10	[1,07; 1,13]
Guatemala	0,080	1,08	[1,05; 1,12]
Honduras	0,020	1,02	[1,01; 1,03]
México	0,013	1,01	[1,01; 1,02]
Nicarágua	-0,055	0,95	[0,93; 0,96]
Panamá	0,089	1,09	[1,06; 1,13]
Paraguai	0,257	1,29	[1,27; 1,32]
Peru	0,365	1,44	[1,41; 1,47]
República Dominicana	0,019	1,02	[1; 1,04]
Uruguai	-0,009	0,99	[0,99; 1]
Venezuela	0,000	1,00	[1; 1]

TABELA 38 - Efeito aleatório na inclinação para a variável taxa de desemprego

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,024	0,98	[0,96; 0,99]
Bolívia	-0,675	0,51	[0,48; 0,54]
Brasil	0,078	1,08	[1,02; 1,14]
Chile	-0,020	0,98	[0,93; 1,04]
Colômbia	0,230	1,26	[1,2; 1,32]
Costa Rica	0,261	1,30	[1,23; 1,37]
Equador	-0,568	0,57	[0,53; 0,6]
El Salvador	-0,553	0,58	[0,52; 0,63]
Guatemala	-0,367	0,69	[0,63; 0,77]
Honduras	0,091	1,10	[1; 1,2]
México	0,039	1,04	[0,99; 1,09]
Nicarágua	0,492	1,64	[1,55; 1,72]
Panamá	-0,046	0,95	[0,94; 0,97]
Paraguai	0,406	1,50	[1,42; 1,59]
Peru	0,982	2,67	[2,43; 2,94]
República Dominicana	-0,008	0,99	[0,94; 1,05]
Uruguai	-0,022	0,98	[0,95; 1,01]
Venezuela	-0,022	0,98	[0,96; 1]

TABELA 39 - Efeito aleatório na inclinação para a variável PIB

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,041	1,04	[1,03; 1,05]
Bolívia	0,277	1,32	[1,25; 1,39]
Brasil	-0,028	0,97	[0,95; 1]
Chile	0,195	1,21	[1,18; 1,25]
Colômbia	-0,215	0,81	[0,78; 0,84]
Costa Rica	-0,098	0,91	[0,88; 0,93]
Equador	0,143	1,15	[1,11; 1,2]
El Salvador	0,097	1,10	[1,07; 1,14]
Guatemala	-0,121	0,89	[0,83; 0,95]
Honduras	0,020	1,02	[0,99; 1,05]
México	-0,056	0,95	[0,93; 0,96]
Nicarágua	-0,181	0,83	[0,81; 0,86]
Panamá	0,165	1,18	[1,15; 1,21]
Paraguai	-0,095	0,91	[0,9; 0,92]
Peru	-0,079	0,92	[0,9; 0,95]
República Dominicana	0,042	1,04	[1,02; 1,06]
Uruguai	0,108	1,11	[1,1; 1,13]
Venezuela	0,004	1,00	[0,99; 1,01]

TABELA 40 - Efeito aleatório na inclinação para a variável longevidade democrática

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,056	0,95	[0,94; 0,96]
Bolívia	0,088	1,09	[1,08; 1,11]
Brasil	0,069	1,07	[1,06; 1,08]
Chile	-0,083	0,92	[0,91; 0,93]
Colômbia	-0,232	0,79	[0,78; 0,8]
Costa Rica	0,100	1,11	[1,09; 1,12]
Equador	0,054	1,06	[1,04; 1,07]
El Salvador	-0,019	0,98	[0,97; 0,99]
Guatemala	-0,053	0,95	[0,93; 0,96]
Honduras	-0,042	0,96	[0,95; 0,97]
México	-0,022	0,98	[0,97; 0,99]
Nicarágua	0,131	1,14	[1,12; 1,16]
Panamá	-0,063	0,94	[0,93; 0,95]
Paraguai	-0,346	0,71	[0,7; 0,72]
Peru	-0,184	0,83	[0,81; 0,85]
República Dominicana	-0,092	0,91	[0,89; 0,94]
Uruguai	-0,016	0,98	[0,98; 0,99]
Venezuela	0,000	1,00	[1; 1]

TABELA 41 - Efeito aleatório na inclinação para a variável poder legislativo

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,870	0,42	[0,38; 0,46]
Bolívia	-0,745	0,47	[0,43; 0,52]
Brasil	0,542	1,72	[1,58; 1,88]
Chile	1,684	5,39	[4,88; 5,94]
Colômbia	0,817	2,26	[2,05; 2,5]
Costa Rica	0,976	2,65	[2,18; 3,23]
Equador	0,173	1,19	[0,98; 1,44]
El Salvador	1,249	3,49	[2,92; 4,16]
Guatemala	-0,876	0,42	[0,33; 0,53]
Honduras	0,768	2,15	[1,8; 2,57]
México	0,182	1,20	[1,1; 1,31]
Nicarágua	0,868	2,38	[1,97; 2,88]
Panamá	-0,300	0,74	[0,61; 0,91]
Paraguai	0,140	1,15	[1,04; 1,27]
Peru	-1,872	0,15	[0,12; 0,19]
República Dominicana	-0,686	0,50	[0,45; 0,56]
Uruguai	-0,914	0,40	[0,37; 0,43]
Venezuela	2,016	7,51	[6,41; 8,79]

TABELA 42 - Efeito aleatório na inclinação para a variável estrutura do Estado

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	-0,997	0,37	[0,07; 2,06]
Bolívia	0,181	1,20	[0,49; 2,95]
Brasil	-1,032	0,36	[0,06; 1,99]
Chile	-1,138	0,32	[0,13; 0,79]
Colômbia	-0,717	0,49	[0,2; 1,2]
Costa Rica	-1,415	0,24	[0,1; 0,6]
Equador	-1,672	0,19	[0,08; 0,46]
El Salvador	-1,195	0,30	[0,12; 0,74]
Guatemala	-1,942	0,14	[0,06; 0,35]
Honduras	-1,508	0,22	[0,09; 0,54]
México	-1,013	0,36	[0,06; 2,03]
Nicarágua	-1,295	0,27	[0,11; 0,67]
Panamá	-1,598	0,20	[0,08; 0,5]
Paraguai	-0,233	0,79	[0,32; 1,95]
Peru	-2,011	0,13	[0,05; 0,33]
República Dominicana	-0,047	0,95	[0,39; 2,35]
Uruguai	0,259	1,30	[0,53; 3,19]
Venezuela	-1,053	0,34	[0,06; 1,94]

TABELA 43 - Efeito aleatório na inclinação para a variável duração do mandato

<b>País</b>	<b><math>\beta</math></b>	<b>O.R</b>	<b>I.C - 95%</b>
Argentina	0,050	1,05	[0,46; 2,42]
Bolívia	-0,284	0,75	[0,42; 1,36]
Brasil	0,324	1,38	[0,6; 3,18]
Chile	0,258	1,29	[0,56; 2,98]
Colômbia	0,081	1,08	[0,47; 2,5]
Costa Rica	0,377	1,46	[0,63; 3,36]
Equador	0,484	1,62	[0,71; 3,74]
El Salvador	0,386	1,47	[0,82; 2,65]
Guatemala	0,598	1,82	[0,79; 4,19]
Honduras	0,415	1,51	[0,66; 3,49]
México	0,262	1,30	[0,72; 2,34]
Nicarágua	0,435	1,54	[0,86; 2,79]
Panamá	0,582	1,79	[0,99; 3,23]
Paraguai	-0,083	0,92	[0,51; 1,66]
Peru	0,782	2,19	[1,21; 3,94]
República Dominicana	-0,201	0,82	[0,36; 1,88]
Uruguai	-0,321	0,73	[0,4; 1,31]
Venezuela	0,628	1,87	[1,04; 3,38]